

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**  
**Pró-Reitoria de Planejamento e Administração**

**PDI**  
**PLANO DE DESENVOLVIMENTO**  
**INSTITUCIONAL**  
**2009 - 2014**

**Petrolina- PE**  
**novembro de 2009**

**LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA**

*Presidente da República*

**FERNANDO HADDAD**

*Ministro da Educação*

**MARIA PAULA DALLARI BUCCI**

*Secretária de Educação Superior*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

**Prof. Dr. JOSÉ WEBER FREIRE MACEDO**

*Reitor*

**Prof. MSc. PAULO CÉSAR DA SILVA LIMA**

*Vice-Reitor*

**INAJARA MORAES PERES**

*Chefe de Gabinete do Reitor*

**PRÓ-REITORIAS:**

**Prof. Dr. RENÉ GERALDO CORDEIRO SILVA JUNIOR**

*Pró-Reitor de Planejamento e Administração*

**Prof. Dr. JOSÉ BISMARCK MEDEIROS**

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação*

**Prof. MARCELO SILVA DE SOUZA RIBEIRO**

*Pró-Reitor de Ensino*

**Prof. Esp. DERANOR GOMES DE OLIVEIRA**

*Pró-Reitor de Integração*

**LUZIA COELHO RODRIGUES**

*Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos*

# **ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

## **PROPLAD**

René Geraldo Cordeiro Silva Junior

Jonalice da Silva Rêgo

## **Comissão de Sistematização**

### **Coordenação - Adriana Mayumi Yano de Melo (CPGCA/PRPPG)**

Elísia Carmem Gonçalves Bastos (CEAGRO)

João Carlos Sedraz (PROEN)

Leila Damiana Almeida dos Santos (CCNAT-SBF)

Lino Marcos da Silva (CENEL)

Mário Luiz Chizzotti (CPGCA)

Mateus Matiuzzi da Costa (CZOO)

Rodrigo Gustavo da Silva Carvalho (CCE)

Sandra Lucia da Silva Tavares (CZOO)

Viviane Euzébia Pereira dos Santos (CENF)

## **I. Perfil institucional**

### **Coordenação - Viviane Euzébia Pereira dos Santos (CENF)**

Luciana Dantas Faria (CENF)

Jackson Roberto Guedes da Silva Almeida (PRPPG)

Lutécia Maciel Nóbrega (PRPPG)

Luiz Severino da Silva Júnior (CARTES)

## **II. Projeto Pedagógico Institucional**

### **Coordenação - Lino Marcos da Silva (CENEL)**

Eduard Montgomery Meira Costa (CENEL)

Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira (CCSOCIAIS)

Leila Damiana Almeida dos Santos (CCNAT-SBF)

Michely Correa Diniz (CCBIO)

## **III. Implantação e Desenvolvimento da Instituição de Novos Cursos**

### **Coordenação - Sandra Lucia da Silva Tavares (CZOO)**

Mateus Matiuzzi da Costa (CZOO)

Wagner de Assis Cangussu Passos (CPGCM)

#### **IV. Perfil do Corpo Docente**

##### **Coordenação - João Carlos Sedraz (PROEN)**

Maurício Cláudio Horta (CMVET)

#### **V. Organização Administrativa da Univasf**

##### **Coordenação - Manoel Messias Alves de Souza (REUNI)**

Antônio Sabino da Silva Filho (PROEN)

Heloísa Helena Mafra Novaes (REUNI)

Cátia Valéria dos Santos Passos (REUNI)

#### **VI. Políticas de Atendimento aos Discentes**

##### **Coordenação - Elísia Carmem Gonçalves Bastos (CEAGRO)**

Rodrigo Gustavo da Silva Carvalho (CCE)

#### **VII. Infraestrutura**

##### **Coordenação - João Pedro da Silva Neto (CCIVIL)**

Petrúcio Antunes Martins (CCIVIL)

Karla Daniele de Sá Araújo Maciel (CPSI)

Fabício Souza Silva (CFARM)

Paulo Gustavo Serafim de Carvalho (CENAMB)

Roberto César Ferreira da Silva (PROEN)

#### **VIII. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional**

##### **Coordenação - Leila Damiana Almeida dos Santos (CCNAT-SBF)**

Mário Luiz Chizzotti (CPGCA)

Adriana Mayumi Yano de Melo (CPGCA/PRPPG)

Maria Luciana da Silva Nóbrega (CCNAT-SRN)

#### **IX. Aspectos Financeiros e Orçamentários**

##### **Coordenação - Umarac da Nóbrega Borges (CADM)**

Edilson Pinheiro Araújo (CADM)

## **APRESENTAÇÃO**

A Universidade Federal do Vale do São Francisco sente-se muito honrada em oferecer à sociedade brasileira e muito em particular, ao povo do semiárido e do Sertão Nordestino o seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.

A sua elaboração transcorreu em um ambiente extremamente participativo, envolvendo tanto a comunidade interna quanto externa, conseguindo captar e registrar a essência dos anseios de cada uma delas através de debates feitos de forma livre e crítica.

Este PDI representa um momento único da vida institucional da UNIVASF que, pela primeira vez depois de sua criação, no ano de dois mil e dois, e após os seus primeiros cinco anos de funcionamento acadêmico, extrapola os seus limites formais construindo cenários e indicadores que representam o amadurecimento da sua comunidade docente, discente, técnico-administrativo e bem como da sua relação com a sociedade civil.

Entendemos ser importante expressar que a análise deste PDI não deve ater-se unicamente à sua leitura, mas principalmente à apropriação de sua essência propositiva a qual expressa à confirmação da inserção social e tecnológica da UNIVASF na educação superior como pano de fundo e instrumento para o cumprimento de sua missão de desenvolvimento do semiárido nordestino.

Reafirmamos nosso compromisso na consolidação de uma instituição cada vez mais autônoma, competente e capaz de assumir seu papel político, inovador e a serviço de uma educação de qualidade e comprometida com as demandas sociais e tecnológicas, próprias para o subsídio de um processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável e que acredita na capacidade da universidade em transmitir às gerações, presente e futura, valores morais, éticos e humanos que promovam bem estar e qualidade de vida, duradouros.

**JOSÉ WEBER FREIRE MACEDO  
REITOR**

## LISTA DE ABREVIACÕES

|                |   |
|----------------|---|
| <b>EMBRAPA</b> | EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA   |
| <b>IPA</b>     | INSTITUTO AGRONMICO DE PERNAMBUCO  |
| <b>UNESCO</b>  | UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFC AND CULTURAL ORGANIZATION – ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL CIENTÍFICA E CULTURAL DAS NAÇÕES UNIDAS |
| <b>PIB</b>     | PRODUTO INTERNO BRUTO   |
| <b>SUDENE</b>  | SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE   |
| <b>CONUNI</b>  | CONSELHO UNIVERSITÁRIO  |
| <b>MEC</b>     | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  |
| <b>CAPES</b>   | COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR   |
| <b>CNPq</b>    | CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO   |
| <b>ENADE</b>   | EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES  |
| <b>FACEPE</b>  | FUNDAÇÃO DE AMPARO  CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO   |
| <b>FAPESB</b>  | FUNDAÇÃO DE AMPARO  PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA  |
| <b>IBGE</b>    | INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA   |
| <b>Comut</b>   | COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA   |
| <b>Scad</b>    | SERVIÇO COOPERATIVO DE ACESSO A DOCUCMENTOS   |
| <b>LIBRAS</b>  | LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS   |

## SUMÁRIO

|   | Pág. |
|---|------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>   | 09   |
| <b>1. PERFIL INSTITUCIONAL</b>  | 11   |
| 1.1 <i>Abordagem Histórica da Univasf</i>   | 11   |
| 1.2 <i>Localização</i>  | 13   |
| 1.3 <i>Condições Socioeconômicas</i>  | 15   |
| 1.4 <i>Indicadores Sociais</i>  | 18   |
| 1.5 <i>A Inserção Regional</i>  | 19   |
| 1.6 <i>Missão Institucional</i>   | 23   |
| 1.7 <i>Definição dos Objetivos e Metas Institucionais</i>   | 23   |
| 1.7.1 <i>Objetivo Geral</i>   | 23   |
| 1.7.2 <i>Objetivos Específicos</i>  | 24   |
| 1.7.3 <i>Metas</i>  | 25   |
| <b>2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL</b>  | 27   |
| 2.1 <i>Princípios Filosóficos e Técnico-Methodológicos</i>  | 27   |
| 2.1.1 <i>Concepções de educação, educação superior, de universidade</i>                             | 28   |
| 2.1.2 <i>Concepções de ensino-aprendizagem, currículo, planejamento e avaliação de aprendizagem</i> | 31   |
| 2.2 <i>Organização Didático-Pedagógica</i>  | 34   |
| 2.2.1 <i>Inovações e Flexibilidade Curricular</i>   | 35   |
| 2.2.2 <i>Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular</i>                               | 39   |
| 2.2.3 <i>Atividades Práticas de Estágio</i>   | 40   |
| 2.2.4 <i>Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos</i>   | 43   |
| 2.2.5 <i>Incorporação de Avanços Tecnológicos</i>   | 43   |
| 2.3 <i>Política de Ensino</i>   | 45   |
| 2.4 <i>Política de Pesquisa</i>   | 51   |
| 2.5 <i>Política de Extensão</i>   | 56   |
| 2.6 <i>Política de Gestão Institucional</i>   | 66   |
| 2.7 <i>Política de Responsabilidade Social</i>  | 73   |
| <b>3. IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CURSOS</b>   | 80   |
| 3.1 <i>Cursos de graduação</i>  | 81   |
| 3.2 <i>Cursos de pós-graduação</i>  | 83   |
| <b>4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</b>  | 85   |
| 4.1 <i>Organograma Institucional</i>  | 86   |
| 4.2 <i>Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão</i>  | 86   |

|            |   |     |
|------------|---|-----|
| <b>4.3</b> | <b><i>Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional</i></b> | 93  |
|            | <i>4.3.1 Metodologia</i>  | 95  |
|            | <i>4.3.2 Dimensões</i>  | 97  |
|            | <i>4.3.3 Instrumentos Utilizados no Processo de Autoavaliação</i>         | 105 |
|            | <i>4.3.4 Formas e Utilização dos Resultados das Avaliações</i>            | 106 |
| <b>4.4</b> | <b><i>Política de Atendimento ao Discente</i></b>                         | 107 |
|            | <i>4.4.1 Formas de Acesso, Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro</i> | 108 |
|            | <i>4.4.2 Estímulos à Permanência</i>                                      | 109 |
|            | <i>4.4.3 Organização Estudantil</i>                                       | 111 |
|            | <i>4.4.4 Acompanhamento de Egressos</i>                                   | 113 |
| <b>5.</b>  | <b>PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</b>                   | 113 |
| <b>5.1</b> | <b><i>Perfil do Corpo Docente</i></b>                                     | 113 |
| <b>5.2</b> | <b><i>Perfil do Corpo Técnico-Administrativo</i></b>                      | 114 |
| <b>6.</b>  | <b>INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS</b>                            | 116 |
| <b>7.</b>  | <b>ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS</b>                            | 124 |
| <b>8.</b>  | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>   | 128 |



## **INTRODUÇÃO**

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) é fruto do trabalho da comunidade acadêmica que na soma de esforços define os rumos, objetivos, programas e metas da Instituição, para o período de 2009 a 2014.

A composição da equipe responsável pela elaboração do PDI foi construída a partir da indicação de representantes de cada Colegiado, Pró-Reitorias, Diretório Central dos Estudantes e Corpo técnico-administrativo. Desta forma, a organização do PDI se deu por eixos temáticos, sendo eles: Perfil institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Implantação e Desenvolvimento da Instituição de Novos Cursos, Perfil do Corpo Docente, Organização Administrativa da Univasf, Políticas de Atendimento aos Discentes, Infraestrutura, Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional e Aspectos Financeiros e Orçamentários.

Neste sentido, foram organizadas oficinas para apresentação do trabalho de cada eixo, de forma que a comunidade pudesse apreciar e fazer as considerações pertinentes. Após todas as apresentações e discussões, um documento preliminar foi apresentado a comunidade universitária e posteriormente a sociedade, de forma que novas contribuições pudessem ser agregadas ao documento e a sistematização fosse finalizada, culminando assim, com o documento que ora se apresenta.

Para além de atender as exigências legais preconizadas na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, o Plano de Desenvolvimento Institucional orienta-se a partir das dimensões históricas e sociais da Instituição, levando em conta a trajetória e as projeções nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nesse sentido, o PDI demarca a atuação e a projeção da Univasf no cenário educacional do Vale do São Francisco, nos Estados de Pernambuco, Bahia e Piauí e, certamente no Brasil. Os princípios que norteiam a missão da Instituição fundamentam-se nos compromissos de atendimento às demandas da sociedade na área da educação, ciência e tecnologia. Busca-se também com as ações propostas no PDI ampliar a autonomia institucional com vistas ao

cumprimento da função social que cabe a Universidade, contribuindo dessa forma, para consolidação de um projeto de modernização e desenvolvimento nacional.

O PDI enquanto instrumento de planejamento e gestão permite externar a identidade da Instituição acerca da sua filosofia de trabalho, a missão proposta, as diretrizes pedagógicas, a estrutura organizacional e as ações acadêmicas em execução e as que se objetiva desenvolver no prazo de vigência deste Plano.

Portanto, na certeza que o PDI de uma Universidade é muito mais do que o cumprimento de exigências legais para o credenciamento e avaliação da instituição, entregamos a comunidade o resultado dos esforços coletivos que apontarão os rumos do planejamento estratégico da Univasf para o próximo quinquênio, certos também que este documento aponta a viabilidade para o cumprimento das ações planejadas que primam pela busca de uma excelência educacional cada vez mais elevada.

## **1. PERFIL INSTITUCIONAL**

### ***1.1 Abordagem Histórica da Univasf***

A Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) é uma instituição de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação, criada com o nome de Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, legitimada pela Lei nº. 10.473 de 27 de junho de 2002, que a conferiu uma natureza fundacional, com sede na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

A Univasf é a primeira Universidade Brasileira voltada para o desenvolvimento regional, neste caso, o semiárido nordestino e, por esta razão, não leva o nome de uma cidade ou estado. Sua missão é fomentar o desenvolvimento da região onde está localizada, a qual compreende parte de oito estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais, sendo que no ato de sua criação estava estabelecida fisicamente em três pólos: o pólo Petrolina, no Estado de Pernambuco, o pólo de Juazeiro, no Estado da Bahia e o pólo de São Raimundo Nonato no Piauí, conforme previsto na Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001.

Os três pólos integram a região do semiárido brasileiro, considerados importantes unidades geoeconômica e natural, para efeito de planejamento de políticas públicas, possuidores de uma riqueza multicultural e apresentam demandas bastante diferenciadas do restante do Brasil. No ano de 2009, foi criado o campus de Senhor do Bonfim no estado da Bahia.

Durante a etapa de concepção da Univasf foi realizada uma pesquisa criteriosa sobre as demandas da comunidade quanto à nova instituição. Verificou-se a necessidade de criar-se uma Universidade capaz de oferecer formação superior pública e diversificada aos jovens da região, muitas vezes forçados a buscar seu diploma nas instituições federais situadas nas capitais litorâneas do Nordeste. Nesse sentido, foi ressaltada a importância de uma Instituição de Ensino Superior, em seus desdobramentos na pesquisa e na extensão, para o avanço de uma área de grande dinamismo econômico e estratégica para o desenvolvimento do Nordeste e, por extensão, do próprio país.

Cerca de 54 municípios de maior expressão populacional (oito na área do pólo Petrolina e Juazeiro, 17 em Pernambuco, 21 na Bahia e oito no Piauí) foram selecionados num raio de 250 Km da sede da universidade. Esse levantamento foi complementado por pesquisa qualitativa em que se consultou 108 lideranças de diversos segmentos da região, incluindo políticos, empresários, sindicatos, etc.

Os resultados da pesquisa quantitativa expressam claramente o desejo da comunidade de que a nova Universidade apresente perfil adequado ao mundo moderno e às necessidades regionais. Nesse sentido, a população respondeu que a Univasf deve, prioritariamente, "estar voltada para o desenvolvimento", "preparar para o mercado de trabalho", "ter professores e técnico-administrativos qualificados", "servir para aprimorar o conhecimento" e "contribuir com a pesquisa científica".

Na pesquisa qualitativa, os entrevistados ressaltaram que os conteúdos dos cursos propostos devem estar voltados às demandas e às realidades locais. Quanto a esse ponto, indicou-se ainda que todos os cursos precisam estar apoiados em "estruturas curriculares flexíveis e interdisciplinares dando ao aluno uma visão empreendedora de mundo".

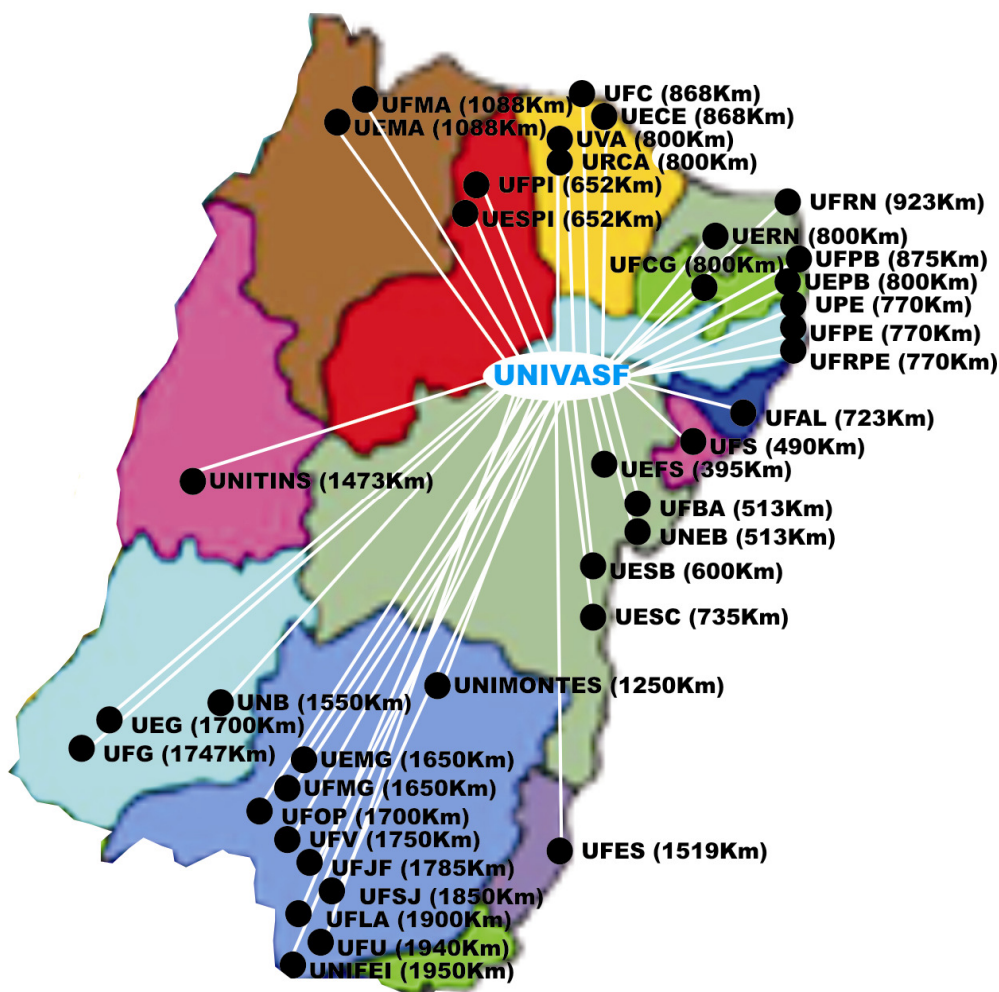
Com base nos estudos anteriores, na pesquisa com a comunidade e lideranças locais, nas características da região e na oferta de cursos superiores existente na região; inicialmente, em 2004, foram definidos que onze cursos seriam implementados, sendo eles: **campus de Petrolina-Sede (CPS)** – Enfermagem, Medicina, Administração e Psicologia; **campus de Ciências Agrárias (CCA)** – Zootecnia; **campus de Juazeiro (CJ)** - Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica e no **campus de São Raimundo Nonato (CSRN)** - Arqueologia e Preservação Patrimonial. A partir de 2006, mais dois cursos foram ofertados, Medicina Veterinária (**CCA**) e Engenharia de Computação (**CJ**).

No ano de 2007, através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril, o Governo Federal instituiu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, cujo objetivo é criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos

humanos existentes nas Universidades Federais. O REUNI foi aprovado em reunião do Conselho Universitário da UNIVASF no dia 15 de fevereiro de 2008 através da Decisão nº 11/2008. A partir do REUNI, foram criados mais oito cursos de graduação na UNIVASF, no **campus de Senhor do Bonfim (CSB)** – Ciências da Natureza, **CJ** - Artes Visuais e Ciências Sociais, **CCA** - Ciências Biológicas e Engenharia Agrônômica, **CSRN** – Ciências da Natureza e **CPS** - Educação Física e Ciências Farmacêuticas, totalizando 21 cursos.

## 1.2 Localização

Do ponto de vista geográfico e estratégico a Univasf configura-se de forma incontestável como opção de fomento científico e agente de modificação da realidade socioeconômica e cultural de toda uma região. Ressalta-se ainda, seu isolamento geográfico em relação às demais Universidades do Nordeste, uma vez que o perfil geográfico de localização está disposto conforme se segue:



A região do semiárido corresponde a uma das seis grandes zonas climáticas do Brasil. Caracteriza-se basicamente pelo regime de chuvas, definido pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações pluviométricas num curto período de cerca de três a cinco meses, durante o qual ocorrem sob a forma de fortes aguaceiros, de pequena duração. Tem a Caatinga como vegetação predominante e apresenta temperaturas elevadas. Abrange as terras interiores à isoieta anual de 800 mm e situa-se, majoritariamente, na região Nordeste, estendendo-se até o norte de Minas Gerais, ou seja, até o que foi legalmente definido como pertencente ao Polígono das Secas.

O Polígono das Secas é um território reconhecido pela legislação como sujeito a períodos críticos de prolongadas estiagens. Trata-se de uma divisão regional efetuada em termos político-administrativo e não corresponde à zona semiárida, pois apresenta diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez, indo desde áreas com características estritamente de seca, com paisagem típica de semideserto às áreas com balanço hídrico positivo.

O Vale do São Francisco abrange os estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, além do Distrito Federal. Sua superfície é de 639.219,4 Km<sup>2</sup> (640.000 Km<sup>2</sup>), sua população, em 1999, era de 15.545.866 (15,5 milhões) habitantes e abrange 503 municípios (fonte: <http://www.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/estados>). Destes, 92 situam-se parcialmente no Vale, ou seja, seus territórios se estendem além dos limites da bacia hidrográfica do Rio São Francisco. A área total dos municípios, se consideradas as partes externas ao Vale, perfaz 709.771,3 Km<sup>2</sup>.

Dos 639.219,4 Km<sup>2</sup> do Vale, 235.471,3 Km<sup>2</sup> (36,8%) situam-se na região Sudeste (estado de Minas Gerais), 4.477,4 Km<sup>2</sup> (0,7%) situam-se na região Centro-Oeste (estado de Goiás e Distrito Federal) e o restante pertence à região Nordeste: são 399.270,7 Km<sup>2</sup> (62,5%), 5.643.790 habitantes (36,3%) e 259 municípios (51%).

Desta região, 363.396,1 Km<sup>2</sup> (56,8%) estão incluídos no Polígono das Secas, correspondendo a 270 municípios (54%) e 5.892.081 habitantes (37,9%). Quanto ao semiárido, são 335.945,5 Km<sup>2</sup> (52,6%), 241 municípios (48%) e 5.244.241 habitantes (33,7%).

### **1.3 Condições Socioeconômicas**

A região do Vale do São Francisco, apesar dos esforços desenvolvidos na área social, ainda apresenta baixos índices de educação, saúde e saneamento básico (<http://www.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/aspectos-sociais>).

A economia do Vale do São Francisco (VSF), tradicionalmente baseada na exploração da pecuária extensiva, combinada com a agricultura de subsistência, passou, a partir dos anos 60, por um significativo processo de transformação, com a ampliação dos investimentos no setor agrícola e a implantação de perímetros irrigados (Projetos Bebedouro e Senador Nilo Coelho). Tal processo induziu a instalação de empreendimentos fabris, vinculados à base agrícola regional.

Hoje, a principal fonte de renda e emprego no pólo Petrolina-Juazeiro é a fruticultura irrigada, que tem conferido aos municípios a condição de expressivo pólo de exportação de frutas tropicais, respondendo, inclusive, pelo incremento das exportações nacionais neste setor. A região conta, atualmente, com 120.000 ha irrigados com culturas perenes, entre as quais têm alcançado maiores índices de desenvolvimento as da manga, uva, banana, coco, goiaba, acerola e mamão, tanto pelo aumento de áreas plantadas, quanto pela melhoria de qualidade dos frutos produzidos. Tal fato vem contribuindo para a ação de instituições de pesquisa e desenvolvimento como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), Embrapa Semiárido, Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA), cujos objetivos estão voltados para geração e adaptação de tecnologias apropriadas para as condições locais. O setor agrícola responde por 51,6 % das atividades praticadas no Município.

Apoiada nas vantagens proporcionadas pelo clima quente e seco da região, com incidência mínima de patologias e facilidades para o manejo dos rebanhos, a pecuária dos municípios tem, registrado um razoável nível de desenvolvimento. O rebanho de caprinos e ovinos está estimado em 100 mil cabeças e o de bovinos na faixa de 30 mil animais, com perspectivas de crescimento quantitativo e qualitativo.

Em conseqüência da expansão da agricultura, o setor industrial do município vem experimentando sensível progresso, notadamente na

agroindústria de alimentos, com destaque para o ramo de polpas, sucos e doces respondendo por 8,7 % das atividades praticadas nos municípios. No comércio varejista destacam-se os ramos de confecções, armarinho, calçados, material de construção e ferragens, enquanto no atacadista a maioria é do ramo de alimentos, insumos agrícolas e materiais de limpeza. No setor de serviços salientam-se, pelo número de estabelecimentos, os ramos de bares, restaurantes e hotéis, oficinas mecânicas e eletrônicas e profissões liberais, como médicos, dentistas e advogados. Este setor responde por 39,7 % das atividades econômicas praticadas no município.

O Campus de Senhor de Bonfim está localizado no Território de Identidade da Bahia, chamado Piemonte Norte do Itapicuru, que compreende, além de Senhor do Bonfim, os Municípios de: Campo Formoso, Jaguarari, Andorinha, Ponto Novo, Caldeirão Grande, Pindobaçu, Filadélfia, Antônio Gonçalves, que juntos possuem cerca de 265.000 habitantes. O território apresenta ainda 275 pontos de recursos minerais cadastrados, dentre esses Minerais e Rochas Industriais; Minerais Energéticos; Minerais Metálicos e Recursos Hídricos. Essa riqueza natural contrasta com os baixos índices de desenvolvimento humano do território que, carece da ação das Instituições de Ensino Superior no sentido de contribuir para a potencialização do desenvolvimento local e regional, pois esse deve ser o compromisso social das três Instituições – duas federais (UNIVASF e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBAIANO) e uma estadual (Universidade do Estado da Bahia - UNEB) – que lá desenvolvem suas atividades.

Esses dados apontam na direção de que existe, tanto na região do Vale do São Francisco quanto no Piemonte Norte do Itapicuru, a necessidade de competência científica e tecnológica potencialmente capaz de atuar na melhoria da qualidade do ensino/aprendizagem e da vida econômica e social da população local/regional.

O município de São Raimundo Nonato está localizado na Mesorregião Sudoeste do Estado do Piauí, no extremo leste da região semiárida brasileira, com latitude 9°0'55"S, longitude 42°41'57"W, área de 2.608,8 km<sup>2</sup>, com altitude de 333 m (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>). O Município é cortado pelo Rio Piauí, de curso não perene e afluente do Rio Parnaíba, em seu leito foram construídos diversos açudes, inclusive o Açude da Aldeia,



localizado na sede do município. São Raimundo Nonato está a 440 km distante de Teresina, PI, seu clima é semiárido, com população estimada em 32.215 habitantes (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>). A densidade populacional é de 12,17 hab./km<sup>2</sup>.

A economia é baseada nos setores primário (agricultura e pecuária) e terciário (serviços). Parte do município localiza-se dentro do Parque Nacional Serra da Capivara, um parque que envolve ao todo quatro municípios, sendo protegido pela UNESCO e que tem 129.140 hectares e um perímetro de 214 quilômetros. Outros pontos turísticos que se destacam são Museu do Homem Americano e o Cruzeiro.

Devido a inserção do município de SRN na área do Parque Nacional Serra da Capivara, Patrimônio Cultural da Humanidade, a região tem vocação para as pesquisas arqueológicas. O Parque Nacional Serra da Capivara (e seu entorno) abriga um grande acervo cultural, com aproximadamente mil sítios arqueológicos pré-históricos, históricos e paleontológicos, que são de grande importância para as pesquisas científicas nacionais e internacionais, em especial para as pesquisas sobre o povoamento da América.

Em virtude de sua importância, a região atrai pesquisadores de centros de pesquisas e instituições nacionais e internacionais, que por sua vez, interagem com o corpo docente e discente da Univasf por meio de palestras, cursos e participação nos trabalhos científicos por cooperação técnica e ou estágios.

Ressalta-se que a economia nordestina apresenta, atualmente, uma estrutura bem distinta da prevalente ao final dos anos 50. Em 1960, a participação setorial na formação do PIB do Nordeste era: agricultura (30,4 %), indústria (22,1 %) e serviços (47,5 %). Trinta anos depois, em 1990, a participação setorial no PIB era: agricultura (15,1 %), indústria (27,0 %) e serviços (57,9 %).

Esses números indicam haver uma clara tendência de expansão do setor serviços, além de demonstrar uma perda de importância relativa do setor agropecuário, cuja participação no PIB regional sofreu uma redução de 50% nas três décadas de apoio governamental praticado no período pós-SUDENE. Contudo a exportação de frutas cresceu muito na região.

### **1.4 Indicadores Sociais**

Segundo Jannuzzi (2002) indicador social é uma medida quantitativa com significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático (para formulação de políticas). Assim, informações sobre tais indicadores subsidiam a importância de ações que tenham com relação com a educação visando o desenvolvimento regional.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH, medida moderna de bem-estar, envolvendo expectativa de vida, educação e renda – no pólo Juazeiro-Petrolina são similares. O IDH médio de Petrolina, PE é de 0,747 ([http://www.cnm.org.br/idh/mu\\_idh\\_atual.asp](http://www.cnm.org.br/idh/mu_idh_atual.asp)), PIB R\$ 1.771.786,00 e PIB per capita R\$ 6.814,00 (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>). Enquanto em Juazeiro, BA, os seguintes indicadores são observados: IDH médio 0,683 ([http://www.cnm.org.br/idh/mu\\_idh\\_atual.asp](http://www.cnm.org.br/idh/mu_idh_atual.asp)), PIB R\$ 1.313.446,00, PIB per capita R\$ 6.306,00 (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>). O desempenho bem sucedido do dipólo é resultado das transformações iniciadas no período de 1970 e 1985 que conduziram a região a uma posição de destaque no cenário econômico do nordeste e do Brasil

Por outro lado, São Raimundo Nonato e Senhor do Bonfim apresentam IDH médio similares (0,681 e 0,69, respectivamente), porém com PIB e PIB per capita distintos, com os seguintes valores: São Raimundo Nonato - PIB R\$ 101.376,00 e PIB per capita R\$ 3.452,00 (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>) e Senhor do Bonfim - PIB R\$ 275.008,00 e PIB per capita R\$ 4.898,00 (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>).

Analisando os dados nacionais e regionais relacionados à expectativa de vida média, observou-se a elevação de 44 anos na década de 60 para 69 em 2005, sendo que na Região Nordeste esta Média é de 66 e no Sul 71 anos, na Bahia está média é de 68 anos e em Pernambuco de 64 anos. A mortalidade infantil até 1(um) ano, era de 160/1.000 nascidos vivos em 1960 e reduziu para 26,5 em 2002, para o Vale do São Francisco ([http://www.codevasf.gov.br/os\\_vales\\_verificar/arquivo\\_morto/aspectos\\_macro](http://www.codevasf.gov.br/os_vales_verificar/arquivo_morto/aspectos_macro)). Apesar destas mudanças positivas, as diferenças regionais permanecem,

demonstrando a importância, em especial, da implantação dos cursos de saúde da Univasf para a melhoria dos indicadores sociais.

### **1.5 A inserção regional**

A região de abrangência da Univasf caracteriza-se por uma forte vocação agropecuária, mineradora e turística, em franca expansão. Por muito tempo a população ansiava pela chegada do ensino superior federal na região, com diversas demandas por cursos que pudessem contribuir para a formação de profissionais que atendessem o mercado e as vocações da região.

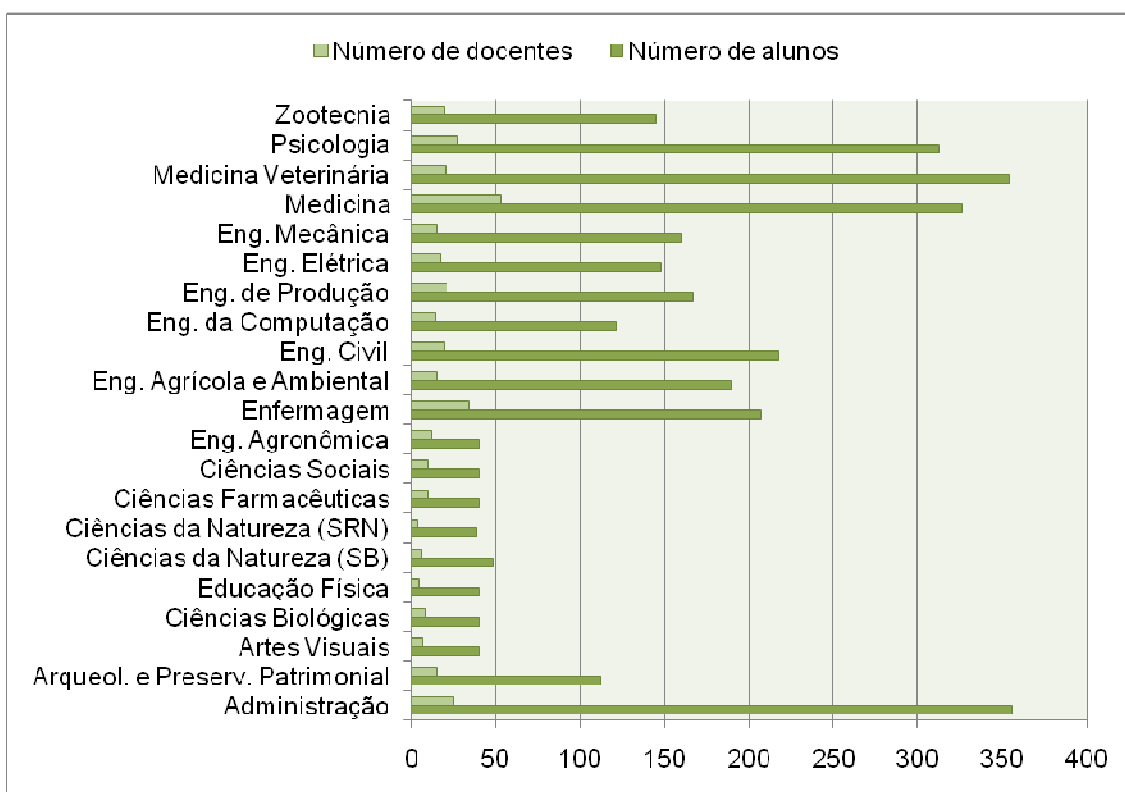
Dessa forma, a Univasf oferta de 21 cursos de graduação num total de 1.420 vagas por ano (Quadro 1). Além dos cursos de graduação, existem dois Cursos de Pós-graduação *stricto sensu* Ciência dos Materiais e Ciência Animal, duas residências na área de saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Residência Médica em Saúde da Família e Comunidade e um curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão Organizacional Pública. Além disso, está em andamento um programa especial de Minter/Dinter em Psicologia em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

**Quadro 1.** Número de vagas ofertadas nos cursos de graduação e pós-graduação da Univasf

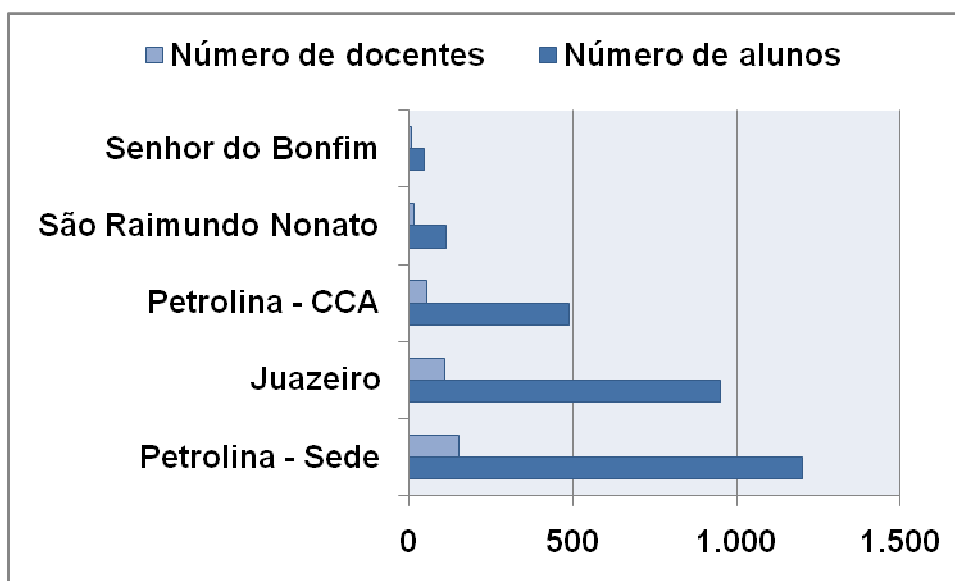
| <b>Curso</b>                          | <b>Número de vagas anual</b> |
|---------------------------------------|------------------------------|
| <b>Graduação</b>                      |                              |
| Administração                         | 100                          |
| Arqueologia e Preservação Patrimonial | 40                           |
| Artes Visuais                         | 80                           |
| Ciências Biológicas                   | 80                           |
| Educação Física                       | 80                           |
| Ciências da Natureza (SB)             | 100                          |
| Ciências da Natureza (SRN)            | 50                           |
| Ciências Farmacêuticas                | 80                           |
| Ciências Sociais                      | 80                           |
| Engenharia Agrônoma                   | 80                           |
| Enfermagem                            | 40                           |
| Engenharia Agrícola e Ambiental       | 50                           |
| Engenharia Civil                      | 50                           |

|  |            |
|--|------------|
| Engenharia da Computação                           | 50         |
| Engenharia de Produção                             | 50         |
| Engenharia Elétrica                                | 50         |
| Engenharia Mecânica                                | 50         |
| Medicina   | 80         |
| Medicina Veterinária                               | 100        |
| Psicologia   | 80         |
| Zootecnia  | 50         |
| <b>Pós-graduação</b>                               |            |
| Ciência Animal                                     | Por edital |
| Ciência dos Materiais                              | Por edital |
| Residência Multiprofissional em Saúde da Família   | Por edital |
| Residência Médica em Saúde da Família e Comunidade | Por edital |
| Gestão Organizacional Pública                      | 35         |

Atualmente a Univasf possui 3.393 alunos de graduação e 339 professores distribuídos em cinco *campi* localizados em quatro cidades de três estados diferentes. As figuras abaixo demonstram a distribuição de alunos e professores pelos diversos cursos e *campi* da Univasf.

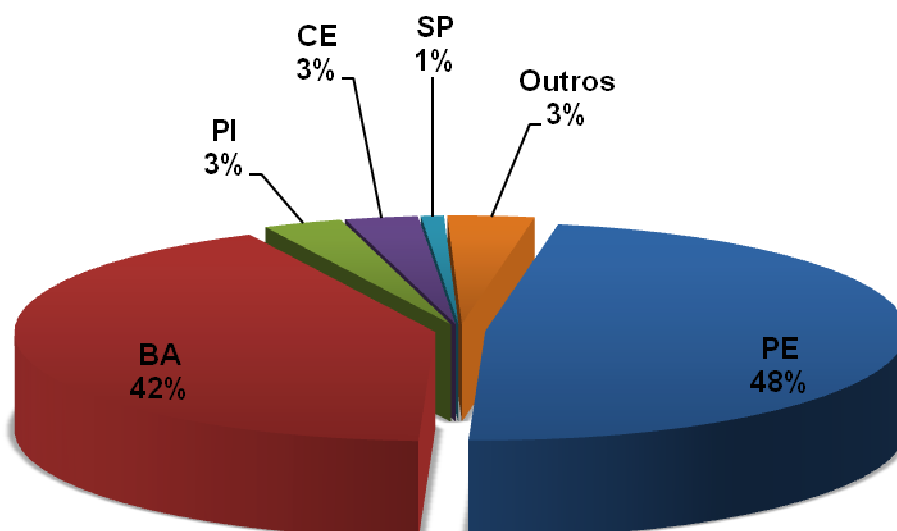


**Figura 1.** Distribuição de alunos e docentes por curso da Univasf.



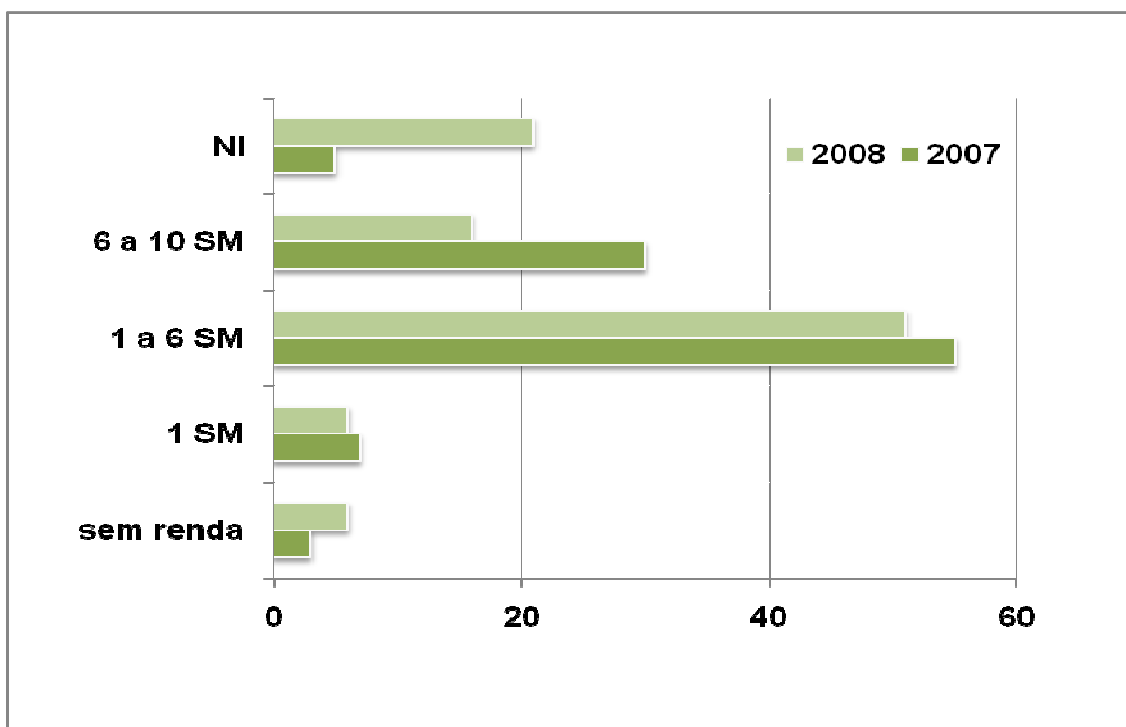
**Figura 2.** Número de alunos e docentes por campi da Univasf

Pelo levantamento realizado pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), relativo ao período de 2007 a 2009 (primeiro semestre), cerca de 48 % dos alunos são procedentes de Pernambuco e 42 % da Bahia, seguidos do Piauí e Ceará com 3 %, São Paulo com 1 % e os demais estados que perfazem 3 % (Figura 3).



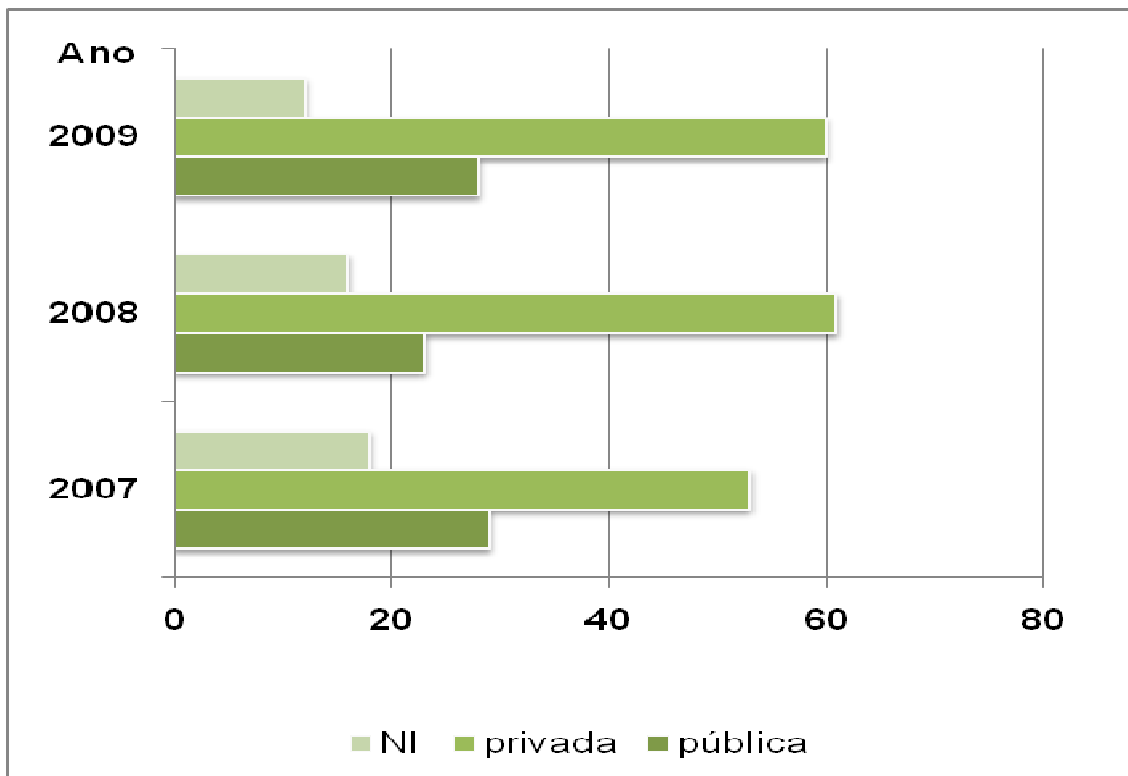
**Figura 3.** Procedência dos alunos da Univasf, avaliados no período de 2007 a 2009, em relação às Unidades da Federação (Fonte: DRCA, 2009)

Pelo levantamento realizado por Rocha et al. (2009), abrangendo cerca de 33 % dos alunos da Instituição, relativo ao período de 2007 a 2009 (primeiro semestre), em torno de 30 % destes procedem do ensino público (Figura 4) e cerca de 50 % possuem renda de um a seis salários mínimos (Figura 5).



**Figura 4.** Renda familiar dos alunos da Univasf avaliados no período de 2007 a 2009. SM – salário mínimo, NI – não informado. (Fonte: Rocha et al., 2009)

Ressalta-se que a Univasf está inserida em estados nos quais os percentuais de pessoas com deficiência, atingem 18, 16 e 17 %, respectivamente em PE, BA e PI, enquanto a média nacional situa-se em 14 %. Neste sentido, a partir de 2008 foi implementado o Núcleo “Univasf e Diversidade”, que visa à inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.



**Figura 5.** Procedência em relação à rede de ensino dos estudantes da Univasf, avaliados no período de 2007 a 2009. NI – não informado. (Fonte: Rocha et al., 2009)

### **1.6 Missão Institucional**

Ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária na região do semiárido nordestino.

### **1.7 Definição dos Objetivos e Metas Institucionais**

#### **1.7.1 Objetivo geral**

Atender a missão institucional de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação *multicampi* no semiárido brasileiro, reduzindo as desigualdades sociais e científicas em nível regional e nacional.

### *1.7.2 Objetivos específicos*

- Desenvolver e disseminar, com padrão de excelência, o conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico;
- Promover a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma a buscar soluções criativas para a convivência e desenvolvimento do semiárido;
- Expandir a oferta de cursos e número de vagas no ensino, em nível de graduação e pós-graduação, considerando estudos de demanda, o retorno social e o desenvolvimento regional, condicionada à disponibilidade de recursos;
- Viabilizar cursos de pós-graduação para o corpo técnico administrativo, com fins à qualificação dos recursos humanos no desenvolvimento e atendimento das atividades administrativas e de apoio acadêmico;
- Promover a qualificação dos docentes, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem e da produção tecnológica, científica e artística;
- Buscar otimizar os modelos administrativos, visando eficiência e transparência no atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma a promover agilidade na resposta às demandas da sociedade;
- Ampliar o acesso e estimular a sua permanência na Universidade de grupos sociais historicamente excluídos;
- Promover o desenvolvimento de políticas que permitam a inserção e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior;
- Desenvolver sistemas de informação e avaliação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, de forma a gerar e aperfeiçoar os indicadores de qualidade da instituição;
- Contribuir para a redução das desigualdades social, econômica e científica da região de abrangência por meio do desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a convivência com o semiárido.



### 1.7.3 Metas

- Consolidar os cursos de graduação iniciados em 2004-2006 na modalidade presencial até 2012;
- Ampliar em cinco anos pelo menos 50 % das vagas de graduação e pós-graduação hoje existentes na Univasf;
- Criar oito cursos de licenciatura na modalidade à distância, até 2011; (quadro 2)
- Criar novos cursos de graduação na modalidade presencial, principalmente no período noturno, de forma a otimizar o uso das instalações da universidade, até 2014; (quadro 3)
- Ampliar os programas de pós-graduação, com a oferta de, pelo menos, dois novos cursos de Mestrado acadêmico e dois cursos de Doutorado, até 2014;
- Qualificar, em nível de pós-graduação, 20 % do quadro de servidores da Universidade até 2014;
- Estimular a consolidação do desenvolvimento da pós-graduação e de pesquisa, dobrando o número de mestres formados na instituição, até 2014;
- Aumentar em 20 % o número de cursos e vagas de pós-graduação *lato sensu* até 2013.
- Aumentar e diversificar o número de grupos de pesquisa na instituição, com estimativa de 50 % em relação ao quantitativo atual, até 2014;
- Ampliar a quantidade de bolsas de Iniciação Científica e de Pós-Graduação em 20 % até 2014;
- Ofertar anualmente, pelo menos, cinco cursos de treinamento à comunidade externa;
- Ampliar a quantidade de eventos científicos realizados na Univasf em 100% até 2014;
- Implementar dois novos programas de incentivo à cultura e artes na universidade até 2014;
- Reduzir em pelo menos 20 % o nível atual de evasão discente até 2014.
- Elaborar, revisar e atualizar os documentos normativos da Univasf até 2012.

- Adequar todas as construções da instituição para acessibilidade das pessoas com deficiência, até 2014.
- Expandir para todos os *campi* as atividades do Núcleo “Univasf e Diversidade”, até 2014.
- Construir espaços devidamente preparados para o Núcleo “Univasf e Diversidade”, nos *campi* da Univasf, até 2014.
- Criar e consolidar as comissões de avaliação da instituição até 2010;
- Ampliar e manter atualizado o acervo das bibliotecas dos *Campi* da Univasf, com destinação de pelo menos 3 % do valor referente ao total do custeio anual.
- Fomentar a criação de periódicos científicos com corpo editorial multiinstitucional para disseminação de artigos científicos em distintas áreas do conhecimento.

## **2. Projeto Pedagógico Institucional**

### **2.1 Princípios Filosóficos e Técnico-Methodológicos**

Entendida como uma instituição complexa que desenvolve indissociavelmente ensino, pesquisa e extensão em múltiplas áreas de conhecimento e nos diversos campos das atividades humanas, a Univasf, ressaltando as diferenças culturais que lhe são peculiares, deve ter, como assegura Dias Sobrinho (2002), os seguintes princípios e conceitos básicos:

1. **Responsabilidade social e pública:** Orientada pelos valores básicos da humanidade como democracia, justiça, solidariedade e respeito à diversidade, deve a Univasf formar cidadãos com elevada competência profissional, científica e ética, capazes de tomar iniciativas e contribuir para o desenvolvimento social da região.
2. **Pertinência:** comprometida com a redução das desigualdades e o desenvolvimento integral da sociedade, buscar atender às necessidades da população, cooperando com as demais instâncias públicas nos projetos de maior interesse da sociedade no que diz respeito ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento educacional e cultural.
3. **Relevância científica, artística e social:** por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e das diferentes manifestações artísticas, a Univasf deverá se comprometer a produzir e difundir conhecimentos relevantes tanto para o desenvolvimento da ciência como da sociedade através do conhecimento universalmente científico, socialmente relevante e localmente pertinente, fomentando as culturas locais e impulsionando o desenvolvimento sustentável.
4. **Justiça e Equidade:** os processos formativos praticados pela Univasf deverão ter como finalidades a construção de uma sociedade livre e solidária, facilitando o acesso à educação para grupos desfavorecidos.
5. **Inovação:** as transformações da vida contemporânea requerem uma revisão dos currículos escolares, tanto na forma quanto nos conteúdos, exigindo dos cursos uma nova relação com o conhecimento. Nessa perspectiva, a Univasf deve desenvolver a capacidade de contínua inovação diante das transformações da sociedade e da ciência, exercitando a capacidade para compreender as novas demandas do

mercado e as necessidades fundamentais da sociedade, priorizando aquelas que tenham maior relevância social, aumentando a interatividade com o mundo do trabalho e intensificando estágios e outras experiências práticas em situações concretas.

6. **Internacionalidade e interatividade:** manter colaboração permanente com outras instituições nacionais e internacionais e institutos de pesquisa, de ensino e de extensão em projetos de interesse comum, conciliando, sempre que possível, o caráter universal da ciência e dos valores fundamentais da humanidade com as características e necessidades locais ou regionais.
7. **Autonomia:** nos termos do artigo 53 da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB), a autonomia assegura à universidade, dentre outras coisas, a criação, organização e extinção de cursos e programas, fixação de currículos, projetos e programas de pesquisa, de produção artística e atividades de extensão, definição do número de vagas, elaboração de estatutos e normas internas, expedição de diplomas e certificados, celebração de acordos, convênios e contratos, gestão dos recursos, elaboração e execução de programas de investimento, definição de carreiras, contratação e dispensa de pessoal. A autonomia didático-científica inclui necessariamente a liberdade de pensamento e de expressão.

Demo (2002) coloca a aprendizagem como um fenômeno reconstrutivo e criativo, pois o conhecimento só se dá pela via da interpretação pessoal, marcada pela cultura. Mesmo num processo de imposição de idéias a outros, a interpretação se dá ao modo de cada um, sendo que toda cultura é própria. Além disso, a aprendizagem é um fenômeno também político, pois os sujeitos edificam um espaço específico, possuem determinada perspectiva de manobra e constroem sua própria história.

### *2.1.1 Concepções de educação, educação superior, de universidade*

#### Educação

Segundo Castanho (2006), a educação é um processo basicamente intencional e, mais do que isso, envolve preparação, planejamento e predisposição.

Importante considerar o relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Nele, Dellors et al (1999) apontam que a educação, no percurso de toda a vida, deve se organizar em quatro aprendizagens fundamentais, que constituem os pilares do conhecimento. Tais pilares estão presentes nos projetos pedagógicos dos cursos da UNIVASF. O primeiro é aprender a conhecer, ou seja, tornar prazeroso o ato de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento. Para isso, é preciso valorizar a criatividade, a autonomia e a atenção, continuamente, além de pensar o novo, reconstruir o velho e reinventar o pensar. O segundo é aprender a fazer, para agir sobre o meio envolvente, ou seja, criar algo novo, trazer à luz as próprias potencialidades criativas, para que o sujeito venha a exercer uma profissão em conformidade com suas predisposições interiores, desenvolvendo espírito cooperativo. Significa também, participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas. O terceiro pilar é aprender a viver juntos e compreender os outros. É desenvolver a percepção de interdependência, administrar conflitos, participar de projetos comuns e ter prazer no esforço comum. Por último, aprender a ser para desenvolver sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa e desenvolvimento integral da pessoa em relação à inteligência.

A partir da visão dos quatro pilares do conhecimento, o processo ensino-aprendizagem focalizará não apenas a absorção do saber, mas vivenciará o ensinar a pensar, a comunicar-se, a pesquisar, a ter raciocínio lógico, a fazer sínteses e elaborações teóricas, a ser independente e autônomo, enfim, ser socialmente competente. (Dellors et al, 1999).

Segundo Libâneo (2007), o papel educacional da universidade diante das novas transformações sociais e as novas atitudes docentes, merecem ser destacados os seguintes pontos; assumir o ensino como mediação: aprendizagem ativa do aluno com a ajuda pedagógica do professor, empenho em auxiliar os alunos a buscarem uma perspectiva crítica dos conteúdos, apreender as realidades enfocadas nos conteúdos programáticos de forma crítica-reflexiva, assumir o trabalho de sala como um processo comunicacional (desenvolvimento de capacidades comunicativas pelo docente), reconhecer o impacto das novas tecnologias da comunicação e informação

atender à diversidade cultural e respeitar as diferenças no contexto da universidade, investir na atualização científica, técnica e cultural, como ingredientes do processo de formação continuada, desenvolver comportamento ético e saber orientar alunos em valores e atitudes em relação à vida, ao ambiente, às relações humanas, a si próprio.

### Educação Superior

A participação do aluno na sala de aula é delimitada pelos próprios professores, ou seja, o conceito de participação varia segundo o referencial filosófico de cada docente.

É preciso lutar por uma educação emancipadora, em que os objetivos educacionais acompanhem uma sólida fundamentação teórica por parte do professor. Além disso, ele deve incentivar a participação na dinâmica da sala de aula, estabelecendo diálogo entre os conhecimentos, articulando sua fundamentação com diversos conceitos ressignificados, como o de homem, de aprendizagem, de autonomia, de democracia e de conhecimento. (Santos, 2003).

### Universidade

Na ação pedagógica, quer seja na universidade ou demais instituições educativas da sociedade, subjazem diferentes concepções sobre as relações entre os homens e a realidade social: concepções reprodutoras da estrutura social ou transformadoras desta. A ação pedagógica é um ato político. Sendo assim, ensino e pesquisa na universidade expressam não só as concepções dos atores sociais nela envolvidos, mas também a filosofia norteadora da instituição. Segundo Maccariello et al.(2002):

*A ação pedagógica transformadora, que visa à apropriação e à produção de conhecimentos capazes de modificar a realidade social, atua no sentido do desenvolvimento da consciência que, aliada ao conhecimento, intervém na realidade modificando as estruturas sociais com vistas à consolidação de uma democracia plena (social, política e econômica). O conhecimento implica a integração teoria-prática para*

*conhecer o mundo e responder aos desafios da realidade social. Esse processo aplica-se à ação pedagógica na iniciação científica.*

Os desafios que o mundo concreto apresenta exigem um conhecimento que questione as percepções pautadas no senso comum, influenciadas pelos meios de comunicação a serviço da elite dirigente, rumo a uma consciência mais elaborada do mundo, uma reflexão-ação transformadora, envolvendo a formação de cidadãos. Segundo Cunha (1996) o ensino só será indissociável da pesquisa quando um novo paradigma de ensinar e aprender for construído, estabelecendo um novo estatuto científico-social, com repercussão na organização de currículos e nos espaços acadêmicos do ensinar e aprender.

No que se refere ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável, como princípio da ação educativa da Univasf, busca-se superar a dicotomia existente entre produção do saber e a sua socialização, deixando clara a opção política de atendimento às demandas sociais da maioria da população, efetivando a transformação social e a formação da cidadania que se deseja.

O exercício profissional contemporâneo demanda aperfeiçoamento e atualização. A Instituição precisa investir na qualificação do egresso, por meio da educação continuada, favorecendo uma atuação competente e responsável na prática profissional, promovendo as transformações sociais, política, econômica, cultural, social e ambiental.

### *2.1.2 Concepções de ensino-aprendizagem, currículo, planejamento e avaliação de aprendizagem*

O ensino responde a três desafios: é uma tarefa humana, trabalha com, sobre e para seres humanos; é um desafio da dimensão afetiva, do compartilhamento, da interação; é uma provocação de seu papel cognitivo, pela razão de possibilitar que o educando construa seu saber graças ao uso de uma diversidade metodológica e tecnológica. “Ensino é carregado de razão e emoção, é o espaço para a vida, para a vivência das relações entre professores e alunos, para a ampliação da convivência socioafetiva e cultural do aluno” (Veiga, 2006).

Dessa forma, Santos (2003) coloca que o indivíduo aprende usando não apenas a razão e o intelecto, mas também mobilizando sensações, emoções, sentimentos e sua intuição. Além disso, Paulo Freire (1983), na pedagogia do diálogo, enfatiza a necessidade do homem ser considerado como sujeito de sua própria educação, sendo essa desinibidora, ofertando oportunidades para que os educandos sejam eles mesmos. Como o processo de aquisição do conhecimento é inacabado, o homem é um ser incompleto.

A relação professor-aluno envolve um conjunto de dimensões de natureza humana, necessitando que o professor considere o processo de construção de conhecimento, estimulando o aluno a produzir seu próprio saber. Nesse caso, o docente assume o papel de facilitador de diálogos com os saberes, respeitando a diversidade e peculiaridade de cada um. A dinâmica dos aspectos do físico, do biológico e do social origina o conhecimento, o qual é fruto da atividade auto-organizativa do homem em sua relação com o meio ambiente (Santos, 2003).

O ser humano necessita se situar neste mundo. Para que isso ocorra, o conhecimento, em qualquer que seja a profissão, deve estar contextualizada com outros saberes, como a Filosofia, Antropologia, História, Sociologia, Ética. Os alunos precisam descobrir a unidade dos conhecimentos e suas ligações com o todo e com outras áreas de saber. É notória a necessidade de refletir o conceito de aprendizagem considerando “estilos cognitivos” e habilidades diversas, obrigando o professor a mudar seus métodos de ensino. Levam-se em conta os aspectos da aprendizagem na articulação ser/saber, entendendo-a como um processo vital por meio da contextualização do ensino, possibilitando uma aprendizagem significativa. (Santos, 2003).

O significado de currículo tem sido muito pesquisado e debatido. Currículo tem significado de lugar, espaço, território, constituindo-se de relações de poder. Assim é um percurso que identifica as escolhas (Silva, 2001), possuindo a finalidade de estabelecer orientações para as experiências pedagógicas que os alunos irão vivenciar, garantindo assim uma igualdade de condições e homogeneidade, considerando, também as individualidades e a diversidade. Para tanto, contempla espaços que favoreçam as adaptações necessárias a sua reformulação constante, entendendo como um projeto educativo aberto em um processo contínuo de melhora, enriquecimento e revisão.



A flexibilidade curricular substitui o modelo tradicional por uma nova estrutura, que permite ao aluno participar do processo de formação profissional, possibilitando a ampliação de novos percursos de saber numa perspectiva crítica e extrapolando os campos de atuação profissional. A abordagem apenas disciplinar cede lugar a um ensino dinâmico, permeado de experiências a serem vivenciadas, numa relação que considera o diálogo com o outro e com o mundo, unida num pensamento articulado que reflete um saber ser e um saber fazer.

Os núcleos temáticos (NT) são espaços pedagógicos que visam fornecer, aos graduandos, ferramentas teórico-metodológicas para a identificação de demandas da população do semiárido nordestino e reflexão consistente para a compreensão dos problemas sociais, econômicos, tecnológicos, ambientais, de saúde, entre outros, eleitos a partir da especificidade e da natureza do que se espera desenvolver como habilidades e competências gerais (Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia – UNIVASF, 2010).

O planejamento é a atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando na definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação (Libâneo, 2001).

Tem um caráter processual, sendo uma atividade permanente de reflexão e ação. Demanda análise da realidade institucional em suas condições concretas, de busca de alternativas para a solução de problemas e de tomada de decisões. Caracteriza-se como um plano prévio, sendo um roteiro para a prática, mas não determina rigidamente os resultados (Libâneo, 2004).

Por meio de uma reflexão constante dos conteúdos, o planejamento atende às seguintes funções: diagnóstico e análise da realidade da instituição; definição de objetivos; sistematização dos conteúdos, seleção dos procedimentos/recursos e determinação de atividades a serem desenvolvidas. Esse registro é feito no programa de disciplina e no plano de unidade didática.

A prática da avaliação do processo de ensino-aprendizagem está intimamente relacionada à concepção de mundo, de sociedade, de homem e de educação em que se acredita e que se busca na instituição de ensino. O ato de planejar integra as dimensões político-sociais e técnica, enquanto o

planejamento dimensiona o que se vai construir, a avaliação subsidia essa construção.

A avaliação subsidia dois tipos de decisão: construção do próprio plano de trabalho por meio de um constante olhar crítico, envolvendo todas as categorias do trabalho pedagógico; a construção do conhecimento pelo aluno, que serve como um elemento do plano de trabalho, orientando o trabalho do professor e do aluno. Nesse contexto, vai fornecer informações aos alunos/professores/instituição sobre a atuação do professor, permitindo uma redefinição e reorientação no sentido de se alcançar os objetivos.

Os objetivos nortearão a seleção dos critérios e os procedimentos de avaliação. Várias práticas avaliativas oferecem diferentes maneiras e procedimentos para avaliar os alunos. É preciso pensar a avaliação como um ato ético e moral, com finalidades sociais, lembrando que não só o aluno deve ser avaliado pelo professor, mas se auto-avaliar e avaliar o professor. A prática pedagógica participativa aponta a co-responsabilidade dos dois atores principais.

Necessário refletir os novos rumos da avaliação, que apontam a formação do professor nas três dimensões fundamentais: dimensão dos conteúdos, das habilidades didáticas e das relações situacionais (Castanho e Castanho, 2001). Assim, o processo ensino-aprendizagem requer uma concepção emancipatória de avaliação, revelando o desenvolvimento de competências e habilidades num plano multidimensional, como um processo de compreensão da realidade, do desenvolvimento da capacidade de interpretação e de produção do novo. Tal transformação move a dimensão individual e social do mundo, da política, da cultura, da ciência, da técnica, da ética e da estética.

O projeto político-pedagógico de cada curso orienta as atividades pedagógicas, colocando a ênfase no processo avaliação, que deve buscar substancialmente a transformação.

## **2.2 Organização Didático-Pedagógica**

A Univasf ao estabelecer um plano para atendimento às diretrizes pedagógicas busca estabelecer critérios, em consonância com a política geral da Instituição, com a finalidade de direcionar algumas metas que se materializem em ações específicas das seguintes áreas: 1) Inovações e Flexibilidade Curricular; 2) Oportunidades diferenciadas de integralização curricular; 3) Atividades práticas e estágio; 4) Desenvolvimento de materiais pedagógicos; 5) Incorporação de avanços tecnológicos.

Assim, a tarefa posta no presente PDI deve ser definir as possibilidades de transformações, seja no âmbito da instituição ou da sociedade, e aproximá-las na organização dos cursos de ensino superior, a partir da definição de eixos e princípios que superem as exigências dos dispositivos legais e busquem implementar ações didático-pedagógicas dentro do contexto da Instituição. Pois, o ensino superior como um todo, para estar imbricado a estas transformações precisa pautar-se num Plano de Desenvolvimento Institucional, por um Projeto Político-Pedagógico Institucional e por um Projeto de Curso que estejam em permanente processo de (re)construção, e que considerem os aspectos global e o local que regem a Universidade.

Diante da tarefa posta, a Universidade necessita de uma organização didático-pedagógica que proporcione a emersão de saberes relacionados à docência e à gestão. Assim, torna-se pertinente um Projeto de Desenvolvimento Institucional que perceba a competência formativa aliada à qualidade do trabalho docente, conjugando as dimensões técnica, política e ética. Entende-se então que a organização didático-pedagógica deve ser perpassada por uma competência que envolva um conjunto de qualidades positivas fundadas no bem comum, na realização dos direitos do coletivo de uma sociedade. Nesse sentido, o presente PDI apresenta algumas ações específicas, divididas em áreas às quais somam-se algumas metas a serem alcançadas durante o período que este Plano vigorar.

### **2.2.1 Inovações e Flexibilidade Curricular**

Dessa forma faz-se necessário compreender que os princípios da flexibilização curricular apresentam uma relação direta às exigências advindas

das transformações sociais, econômicas, tecnológicas, geopolíticas e culturais ocorrentes na sociedade, com suas interpenetrações em todos os níveis da educação. Por isso, a flexibilidade curricular pode vir a contribuir para uma ação didático-pedagógica que leve a instituição implicar-se nas transformações da realidade por meio de práticas pedagógicas vinculadas às realidades internacionais, nacionais e locais.

Mediante este contexto, a flexibilização curricular precisa estar atrelada ao respeito à diversidade de sujeitos e práticas, assim, segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (2003), para se alcançar a flexibilização do currículo faz-se necessário flexibilizar também espaço/tempo físico e pedagógico; a organização/gestão administrativa e pedagógica/docente; incentivar a produção e divulgação do conhecimento; primar pela melhoria da infraestrutura e das condições de trabalho dos professores e da valorização da categoria docente.

Nessa perspectiva de inovação e flexibilização, a Univasf utiliza em sua estrutura didático-pedagógica os Núcleos Temáticos, que são definidos a partir de três eixos:

- a) *Conteúdos temáticos típicos*: oferecidos através de conteúdos obrigatórios, próprios de cada Núcleo Temático;
- b) *Conteúdos optativos afins à temática*: fundamentalmente articuladores das diversas áreas de conhecimento, estabelecidos pela atividade “seminários interdisciplinares teórico-metodológicos”;
- c) *Ações extensivas*: que buscarão a aproximação paulatina dos estudantes, sob orientação de seus professores, às comunidades do semiárido e aos serviços oferecidos à população, através do desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão.

Ressalta-se a importância dos professores fazerem parte de um Núcleo Temático (NTs), com uma visão transdisciplinar acerca do fenômeno a ser abordado, considerando a importância de outras áreas de conhecimento para compreensão do tema em questão. Neste sentido, a ementa da disciplina deve ser construída a partir destes pressupostos e deve contemplar conteúdos pertinentes ao desenvolvimento das ações locais, a partir de diferentes perspectivas teórico-científicas.

Trata-se de uma disciplina com 120 horas, a ser desenvolvida em trabalho multidisciplinar com os demais Colegiados da Univasf. Sendo assim os NTs são propostas de um coletivo de docentes envolvidos na problematização de uma temática e não uma atividade exclusiva de cada um dos colegiados existentes. Tais coletivos podem vir a se estabelecerem como linhas e/ou núcleos de pesquisa e extensão na Univasf.

Cabe ao PDI traçar os princípios norteadores de um currículo que venha contribuir na elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos, princípios estes que demarquem o compromisso social e a responsabilidade ético-política da Universidade. Portanto, esses princípios devem nortear toda e qualquer ação pedagógica de flexibilização curricular, respeitadas as peculiaridade e a autonomia de cada curso. Assim, para se alcançar as metas do PDI em questão, três eixos de princípios norteadores fazem-se necessários: Projeto Pedagógico dos Cursos: Gestão e Flexibilização; Gestão Administrativa e Flexibilização e Avaliação e Flexibilização.

#### *Projeto Pedagógico dos Cursos: Gestão e Flexibilização*

- Garantir a discussão coletiva dos Projetos Pedagógicos dos Cursos na definição dos Currículos dos mesmos, de forma que se prime por cursos com identidade própria capaz de viabilizar uma formação de qualidade;
- Garantir que cada curso mediante suas especificidades defina a flexibilização pretendida. Portanto, o Projeto Pedagógico deve ser o orientador da flexibilização curricular pretendida em cada curso;
- Utilizar como um dos meios para viabilizar a flexibilização curricular as atividades complementares;
- Possibilitar o uso de 20 % da carga horária das disciplinas para atividades de ensino à distância;
- Possibilitar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular por meio das disciplinas e atividades complementares, sem, contudo, limitar-se a mobilização e mobilidade de cargas horárias;

- Criar ações no âmbito da Universidade que promovam debates e ações sobre flexibilização curricular visando esclarecer e motivar a comunidade acadêmica acerca das suas possibilidades;
- Promover ações pedagógicas no decorrer dos cursos que propiciem uma interface entre as diversas áreas do conhecimento da Universidade, bem como, entre ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo novos conhecimentos com gênese nos processos investigativos demandados pelas necessidades sociais;
- Perceber as trajetórias discentes nos níveis intra e inter-institucionais de modo que possa aproximar os sujeitos de diferentes experiências e permitir as possibilidades de mobilidade acadêmica;
- Utilizar a tutoria acadêmica como uma das estratégias para viabilização da flexibilização curricular.

#### *Gestão Administrativa e Flexibilização*

- Garantir a instância colegiada dos Cursos da Universidade como fórum privilegiado de discussão e implementação da flexibilização curricular;
- Buscar condições que garantam a articulação entre administração superior e instâncias colegiadas dos cursos para que as propostas de flexibilização sejam exeqüíveis, pois, entende-se que a implementação da flexibilização compreende questões como: estruturação do sistema de controle acadêmico e administrativo; adequação de espaços físicos e investimento em recursos humanos;
- Buscar consonância da flexibilização curricular com a legislação acadêmica interna e externa que norteiam e definem o perfil da instituição;

#### *Avaliação e Flexibilização*

- Operacionalizar o processo de avaliação institucional de forma que seja um alimentador do diagnóstico e do planejamento das ações no âmbito da flexibilização curricular;
- Desenvolver um processo de avaliação da aprendizagem que possibilite o desenvolvimento das capacidades formativas e alcance os objetivos acadêmicos pretendidos;

- Verificar a operacionalização da flexibilização curricular em nível dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, estabelecendo parâmetros que apontem o alcance das mudanças pretendidas com a flexibilização em cada curso;
- Definir conforme os princípios da flexibilização as possibilidades de mobilização de saberes em outros espaços de aprendizagem além do espaço da academia, bem como, regulamentar, caso necessário, as formas de avaliação desses saberes;
- Criar mecanismos que avaliem os resultados da flexibilização curricular no interior dos cursos em que esta ocorrer.

### *2.2.2 Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular*

Várias são as atividades possíveis para integralização dos cursos da Univasf, sejam as implicadas nos componentes curriculares ou nas atividades complementares. As primeiras, de caráter obrigatório ou eletivas, são organizadas em seqüência primando pela coerência e qualidade na formação. Essas disciplinas obrigatórias são as exigidas pelo Conselho Federal de Educação e apresentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso e são consideradas pela Univasf como necessárias para formação integral do discente.

As atividades complementares também são norteadas pelas Novas Diretrizes Curriculares, e objetivam oportunizar aos discentes um maior contato com atividades que contribuam para suas formações. Assim, vislumbra-se uma flexibilização curricular capaz de estimular a interação dos discentes em diversos ambientes de formação/aprendizagem.

Buscando garantir diferenciadas formas de flexibilizar o currículo a Univasf apresenta as seguintes metas:

- Estabelecer critérios para análise de solicitação de integralização curricular atentando para os dispositivos da legislação educacional que prevê o período mínimo e máximo de permanência nos diferentes cursos da instituição;
- Instituir um Relatório de Integralização Curricular, a ser expedido pela Diretoria de Registro e Controle Acadêmico, com finalidade de apresentar a

situação do aluno com referência ao currículo de seu curso de forma que aponte limite para integralização curricular do curso em questão;

- Estabelecer um Coeficiente de Progressão capaz de acompanhar a quantidade de créditos cumpridos pelo discente e a relação com o total exigido para integralização do currículo de cada curso;
- Instituir uma notificação ao discente com baixo Coeficiente de Progressão, visando o aumento da quantidade de créditos cursados para garantir a integralização do currículo;
- Disponibilizar, em qualquer época, uma simulação do Relatório de Integralização Curricular para que o discente tenha conhecimento da sua situação no curso, bem como das possibilidades de integralização/aproveitamento em relação a outro curso que não aquele no qual está matriculado.

### *2.2.3 Atividades Práticas e Estágio*

Os diversos cursos ofertados pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) seguem as orientações legais que orientam os estágios obrigatórios e não obrigatórios. Entendendo que esse componente curricular é composto por atividades de aprendizagem Social, Profissional e Cultural, a Universidade proporciona ao discente um amplo campo de estágio para que, através da participação em situações reais de trabalho e de vida, coadunada com sua área de formação, contribua para inserção dos discentes no mercado de trabalho correspondente aos cursos existentes.

Uma ação profícua nesse componente curricular requer a possibilidade da aplicação de conhecimentos através da mobilização das competências adquiridas durante o curso. Assim, o contato dos docentes e discentes com as situações cotidianas e com os profissionais já inseridos no mercado de trabalho, aliado aos conhecimentos teóricos, deve conduzir às atividades práticas e a estágios com vistas a identificar problemas no campo de formação, e assim, apontar soluções para os mesmos.

Delineado a concepção dos Estágios, advém que esses configuram-se nas atividades práticas que integram o currículo dos cursos que os adotam. No âmbito da Univasf os Colegiados de Curso são responsáveis pelos estágios referentes aos seus cursos. No entanto, a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), por



meio do Departamento de Planejamento e Ensino se responsabiliza pelas normas complementares dos Estágios, seja ele obrigatório ou não obrigatório, tendo as mesmas que serem aprovadas pelo Conselho Universitário. Nesse sentido, as atividades de estágio precisam estar em consonância com as normatizações legais vigentes Resolução nº 13/2006 que regulamenta as atividades de estágio curricular no âmbito da UNIVASF e a Lei nº 11.788 de 26/09/2008, lei federal que dispõe sobre as novas regras para estágios de estudantes de ensino superior, médio, profissionalizante e supletivo, bem como, atender as diretrizes apontadas pelo Comitê de Estágio, que tem o objetivo de “organizar e acompanhar o desenvolvimento das atividades de estágio da Univasf recomendando e/ou propondo medidas para o seu aprimoramento ou saneamento de situação que demandem intervenção de gestão na mesma”. O Comitê de Estágio é presidido pelo representante da Pró-Reitoria de Ensino, sendo composto também por um docente de cada colegiado acadêmico da Univasf.

As atividades práticas são definidas nos Projetos Pedagógicos de Cursos e buscam integrar as diversas ações com as construções teóricas de cada área de saber. Além dos componentes curriculares que já trazem uma carga horária prática, a instituição institui os Núcleos Temáticos. Estes fazem parte de todas as matrizes dos cursos de graduação da Univasf, tendo como meta levar o estudante a atuar sobre uma situação/problema concreta da sociedade, objetivando: a) cumprir parte do papel social da universidade, colocando professores, técnicos e alunos para trabalharem junto à sociedade; b) criar um ambiente de aprendizagem onde os estudantes possam interpretar e analisar criticamente uma dada realidade, gerenciar demandas existentes, solucionar problemas com criatividade e iniciativa, transformando o conhecimento adquirido na academia em informação e propagá-la; c) possibilitar que os estudantes avaliem as conseqüências de suas atitudes no meio ambiente onde atuam, seguindo a ética profissional.

Para que as atividades práticas e os estágios alcancem os objetivos apontados, faz-se necessária a busca incessante pelas seguintes metas:

- Estabelecer a integração da Univasf com órgãos públicos e privados da região, ou seja, com o sistema de ensino básico e superior, com os setores

de produção e serviços, com os Governos Municipais, Estaduais e Federal e com a comunidade em geral;

- Firmar as parcerias por meio de instrumento jurídico adequado seguindo o disposto no Art. 31 da seção VIII da Resolução nº. 008/2004, no qual é estabelecido que os Colegiados coordenem os estágios curriculares de seu âmbito, cabendo-lhes:

I Captar e negociar ofertas de estágio curricular junto a instituições ou entidades podendo valer-se da integração com as Pró-reitorias;

II Estabelecer e executar normas de supervisão e controle pedagógico, bem como seus critérios de avaliação;

III Elaborar os instrumentos jurídicos pertinentes, quando couber, submetendo-os ao Conselho Universitário;

IV Planejar e executar as tarefas didáticas relativas ao estágio curricular;

Cabe ainda aos Colegiados e à Instituição como um todo:

- Acompanhar o processo de duração do estágio obrigatório, respeitando a carga horária exigida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para cada curso especificamente;
- Supervisionar os estágios mediante relatórios técnicos e de acompanhamento individualizado durante o período de realização das atividades práticas;
- Garantir ao discente a possibilidade de freqüentar, para fins de “Enriquecimento da formação profissional”, estágio não obrigatório ou voluntário, desde que não haja interferências nas atividades curriculares. Possibilidade esta assegurada pelo inciso II, Artigo 3º, Capítulo II do Anexo da Resolução Nº. 13/ 2006, do CONUNI, que regulamenta as atividades de estágio na Univasf;
- Distribuir a carga horária total do estágio em atividades de orientação com o professor e em atividades práticas de estágio propriamente ditas;
- Proporcionar aos discentes condições epistemológicas que contribuam para produção de conhecimento sob forma escrita (relatório, artigo, projetos de pesquisa ou de extensão etc.), possibilitando articulação do conhecimento aprendido em sala com suas vivências durante o estágio,

- Definir os Campos de Estágio, sendo estes compreendidos como os locais de realização das atividades práticas de Estágios Curriculares (obrigatórios ou não obrigatórios). Os campos de estágio serão definidos pelo Coordenador de Estágio e Professores Orientadores que formalizarão a parceria entre a unidade concedente e a Universidade. Para tanto, observar-se-á as características de cada curso e das unidades parceiras.

#### *2.2.4 Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos*

Para o constante aprimoramento da prática docente e discente fazem-se necessárias ações de apoio no que tange às atividades didáticas e construções de materiais pedagógicos. Para tanto, a Univasf dispõe de setores voltados para essas demandas, sendo eles: Divisão de Suporte e Apoio Técnico ao Ensino e o Serviço de Apoio Pedagógico.

A Divisão de Suporte e Apoio Técnico tem como objetivo colaborar com o funcionamento dos laboratórios da instituição, tanto na oferta de insumos, quanto na disponibilidade de equipamentos e da oferta de serviços técnicos especializados, a fim de atender às demandas das disciplinas de graduação e pós-graduação da universidade.

O Serviço de Apoio Pedagógico (SAP), além da tarefa de assessorar ao corpo docente e discente na superação das dificuldades e problemas vivenciados pela comunidade acadêmica, principalmente com relação aos aspectos pedagógicos (relação professor-aluno, dificuldades de aprendizagem, prática educativa, processo de avaliação). Além desta atividade, o SAP configura-se num importante serviço para o desenvolvimento de eventos acadêmicos, de integração e de produção de materiais pedagógicos.

Outra ferramenta em utilização na instituição é a plataforma *Moodle*, que permite a interatividade entre discentes e docentes, a partir de atividades de fixação de aprendizagem e possibilidades de aplicação do conteúdo. Os cursos da Instituição possuem páginas eletrônicas, no qual é possível disponibilizar material didático e artigos diversos.

#### *2.2.5 Incorporação de Avanços Tecnológicos*

Pensar as perspectivas atuais da educação é pensá-las em consonância com as complexas transformações do mundo contemporâneo, onde a terceira

revolução – a tecnológica – abre possibilidades tanto para produção e disseminação do saber quanto apontam desafios frente à exclusão dos que não conseguem acompanhar as novas demandas sociais. Assim, a Universidade tem grande responsabilidade frente à velocidade imprimida por essas mudanças. Nesse sentido, as reflexões relacionadas ao uso da Tecnologia da Informação e Comunicação e os demais avanços tecnológicos são absorvidos pela Univasf com o intuito de contribuir para que se desfaçam alguns mitos e apontem as possibilidades para a prática docente e a formação discente.

A Univasf ao pautar-se na elevação dos seus níveis de eficiência e eficácia acadêmica, busca incorporar os avanços tecnológicos ao seu cotidiano acadêmico, investindo na informatização das suas atividades, adequando aos avanços a sua estrutura organizacional e solidificando a integração e aprimoramento técnico-administrativo com a dimensão acadêmica da Instituição.

A inserção acadêmica no mundo tecnológico requer ações e metas como:

- Garantir o acesso e orientar o uso das fontes de informações de toda comunidade acadêmica;
- Atualizar permanentemente e divulgar os atos acadêmicos por meios impresso e eletrônico;
- Implantação e manutenção de uma biblioteca digital de teses e dissertações;
- Elaboração, atualização e disponibilização semestral de um banco de dados, visando a unificar as informações relativas às produções científica (ações de pesquisa e de integração), artística, cultural e tecnológica;
- Criação de revista *on line* para divulgar trabalhos, estudos e pesquisas de conclusão de cursos, entrevistas, material didático e outros materiais, dando oportunidade para produção e divulgação discente;
- Criação do Canal Universitário do Vale do São Francisco visando evidenciar o potencial acadêmico, artístico e cultural da Universidade, focando as diversas áreas formativas da Instituição.

### **2.3 Política de Ensino**

O compromisso com a realidade indicou a proposição de ações de caráter operacional que devem possibilitar as mudanças que se fazem necessárias a uma Universidade fundada no compromisso de participar da resolução dos problemas da região onde ela está inserida, a partir da compreensão do tipo de sociedade que se deseja construir.

De acordo com a LDB, educação não é um serviço disponível para consumo, é um direito conquistado; não é tão-somente ensino, nem se restringe às preocupações de formação da força produtiva para o mercado de trabalho. Educar é explicitar na solidariedade constitucional o desenvolvimento humano (artigo 2.º) que deve almejar uma prática social emancipatória (artigo 1.º, § 2.º). É promoção humanística, científica e tecnológica do País (artigo 214, incisos IV e V), desenvolvida nos ambientes universitários como espaços privilegiados de pesquisa e construção do saber. Trata-se de ação social que abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana em sociedade, por meio do trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (artigo 1.º, LDB).

A educação é plural nas idéias e nas concepções pedagógicas (artigo 206, inciso III), no respeito à alteridade e tolerância (artigo 3.º, inciso IV), na igualdade de oportunidades, desenvolvida pelo corpo discente, docente e com a colaboração dos servidores técnico-administrativos em ambiente que assegure a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento e o saber (artigo 206, inciso II).

A construção do desenvolvimento social e humano voltada a melhorar a qualidade de vida da maioria da população brasileira implica associar políticas emergenciais de combate a exclusão e a miséria com uma proposta de Educação para além da escola, em especial na zona rural e nas periferias urbanas. Da consciência de participação das mulheres e dos homens na construção da sociedade depende a saúde de todo o planeta. Por isso, é preciso saciar a sua fome de comida, de emprego, de trabalho, de renda, de água potável, de moradia, de saneamento básico, de liberdade, de participação, de conhecimento, de saber e de saber pensar.

A formação do Ser deve transformar o seu arquivo de informações em conhecimento aplicável, em saber crítico que o auxilie a lutar por seus direitos de cidadania. Só assim estará a universidade firmando os pilares de uma nova cultura de paz, de justiça, de respeito humano, de solidariedade, por meio da qual mulheres e homens possam garantir, para além da sobrevivência, a própria vida com mais qualidade e dignidade. Para tanto, faz-se necessário:

- a. a reestruturação do fazer acadêmico articulando descentralização administrativa e integração institucional.
- b. a interação efetiva com os diversos segmentos da sociedade.
- c. a construção de pontes para o futuro, revendo os paradigmas que norteiam as atividades acadêmicas, tanto no processo de formação, envolvendo currículo, ensino-aprendizagem, avaliação, como na articulação da graduação com a pós-graduação, na produção e disseminação do conhecimento, e na gestão que deverá ser exemplar.
- d. carreiras com atribuições adequadas.
- e. a qualidade das condições de trabalho para docentes, pesquisadores e técnico-administrativos, pela valorização e qualificação profissional, traduzida por salários dignos, correspondentes a cada função.
- f. aproveitamento da experiência acumulada dos docentes aposentados em Fóruns Permanentes de interação Universidade/Sociedade e em Conselhos Consultivos.
- g. a autonomia universitária como condição do Ser Universidade.

### ***Diretrizes para o Ensino Superior***

As diretrizes e propostas para a política de Educação Superior pressupõem o lugar estratégico no conjunto das políticas públicas orientadas pela cidadania, para a justiça social e o desenvolvimento auto-sustentável, que se expressa no compromisso que o Estado deve ter com a definição e a manutenção dos padrões institucionais de referência, tais como a expansão de vagas e a gratuidade do ensino nas instituições públicas e a autonomia da universidade.

Essa proposta que assegura a educação como direito na UNIVASF, tomará como referência três diretrizes gerais:

1. Democratização do acesso e garantia de permanência para os discentes;

2. Qualidade social da educação;
3. Gestão democrática.

No seu cumprimento, a educação superior na UNIVASF passa a atender aos seus compromissos básicos com a comunidade acadêmica e a sociedade, através de:

- a. Promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (Artigo 207 da CF);
- b. Reconhecimento do seu papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social do semiárido, do nordeste e do Brasil;
- c. Expansão significativa da oferta de vagas, em especial em cursos noturnos;
- d. Envolvimento da UNIVASF com a qualificação profissional dos professores para a educação básica, em cursos que garantam formação de alta qualidade acadêmico-científica e pedagógica e associem ensino, pesquisa e extensão.

### ***Propostas para o Ensino de Graduação***

As Instituições Federais de Ensino Superior, legalmente obedecem a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que definiu a abrangência dos cursos e programas da educação superior brasileira: aos cursos tradicionais, foram acrescentados os cursos seqüenciais. Assim sendo, a Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu o Parecer n.º 968, orientador da nova modalidade de educação superior aprovado em 17 de dezembro de 1998. Esse parecer deu origem à Resolução CNE n.º 01, de 27 de janeiro de 1999, definindo os tipos de Cursos Seqüenciais, considerados (1) de Formação Específica, com destinações coletivas, conduzindo a diploma e (2) de Complementação de Estudos, com destinação coletiva ou individual, conduzindo a certificado. A resolução estabeleceu ainda as normas a serem obedecidas para que as IES implementassem os cursos seqüenciais. Em complementação, têm-se a Portaria do MEC n.º 514/01, de 22 de março de 2001, dispondo sobre a oferta e o acesso a cursos seqüenciais.

A política de ensino superior, por meio do entendimento das leis educacionais gerais e da documentação complementar, regula o movimento das práticas universitárias na implementação dos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) e dos seqüenciais (formação específica e complementação de estudos) em particular. Conforme a Resolução CNE/CES nº 02, de 19 de maio de 1999, pode a UNIVASF, pelo Art.6º oferecer cursos superiores de complementação de estudos com destinação coletiva, por um ou mais cursos de graduação reconhecidos, não dependendo de prévia autorização. Nesse mesmo sentido, mas versando sobre os cursos seqüenciais de formação específica, pode a Univasf pelo Art.4º ministrá-los através dos seus cursos já avaliados e reconhecidos pelo MEC.

De acordo com o § 1º os cursos referidos no caput do Art.4º, estão dispensados de obedecer ao ano letivo regular e podem ser encerrados a qualquer tempo pela Univasf, desde que assegurada a conclusão dos estudos, no próprio curso, dos alunos nele matriculados. Esses cursos superiores de formação específica estarão sujeitos a processos de autorização e reconhecimento com procedimentos próprios e que resguardem a qualidade do ensino, ressalvada, quanto à autorização e a autonomia da universidade nos termos do art. 53 da Lei 9.394 de 1996. A carga horária desses cursos não pode ser inferior a 1.600 horas, nem poderá ser integralizada em prazo inferior a 400 dias letivos, nestes incluídos os estágios ou práticas profissionais ou acadêmicas, ficando a critério da Univasf os limites superiores da carga horária e do prazo máximo de sua integralização.

Pelo entendimento da legislação educacional, devem os cursos superiores permitir inovações e expansão com vistas às demandas sociais, se expressando de acordo com a realidade, assim, propõe-se:

- Ampliar a oferta de vagas na Univasf.
- Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação, visando estimular o desenvolvimento de recursos humanos para produção e difusão de conhecimento em articulação com o ensino de graduação, em conformidade com meta estabelecida pelo PNE – Plano Nacional de Educação
- Promover a autonomia universitária nos termos constitucionais, vinculando à democracia interna, baseada na tomada de decisões por órgãos



colegiados representativos e no controle social mediante mecanismos abertos de prestação de contas e de avaliação institucional.

- Planejar e incentivar a oferta de cursos e vagas em áreas de conhecimento que melhor respondam às necessidades do projeto regional de desenvolvimento.
- Estabelecer mecanismos e critérios que superem os limites do atual processo de seleção e considerem a possibilidade de novas formas de acesso ao ensino superior, em especial para negros e estudantes egressos da escola pública. Tal medida deve-se fazer acompanhar, quando necessário, de programas de nivelamento de conhecimento sob a responsabilidade da universidade.
- Estabelecer medidas com vistas a reduzir a evasão escolar, nos seus cursos.
- Implantar de forma progressiva, após capacitação do seu corpo docente, uma rede local de ensino superior à distância, com exigente padrão de qualidade.
- Ampliar os programas de iniciação científica e de iniciação à docência e à extensão.
- Implementar programas de incentivo à educação básica cultura e artes na universidade.
- Criar condições para que os hospitais sob a responsabilidade da universidade, integrem suas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa e extensão com as necessidades da população.
- Envolver a universidade na formação e qualificação profissional dos trabalhadores urbanos e do campo.
- Envolver a universidade nos programas de apoio e difusão tecnológica às micros, pequenas e médias empresas.

Embora a Univasf tenha muitas funções a cumprir, duas apresentam-se como centrais no cumprimento da sua missão: reconstruir conhecimento e educar. Para tanto, *mister* se faz discutir o papel da pesquisa, tanto como princípio científico, quanto como princípio educativo (Demo, 2001). Como regra, não se busca formar o pesquisador profissional, mas o profissional

pesquisador, ou seja, aquele que sabe usar a pesquisa como expediente permanente de aprendizagem e atualização. Professor não é quem dá aula, mas quem se compromete a fazer o aluno aprender.

Com essa compreensão, faz-se necessário pensar a carga horária do docente em sala de aula, que não deve ultrapassar a 120 horas semestrais, a fim de que outras atividades típicas da docência com qualidade possam ser exercitadas, a exemplo da orientação a alunos pesquisadores e publicações, que é a forma dos docentes submeterem a avaliações externas a sua capacidade de reconstrução do conhecimento.

Ao analisar o contexto da globalização e da reforma do Estado, observa-se que a educação tem sido induzida a se reestruturar para se coadunar com as transformações da sociedade nas dimensões econômicas, políticas e culturais, gerando um movimento reformista em todos os níveis de ensino e, especialmente, no ensino superior. Na Univasf, esta situação se reproduz e, para construir um processo de formação de cidadãos e profissionais que desenvolvam a sua capacidade de pensar, isto é, estar em permanente trabalho de reflexão, precisa ela começar a escrever um novo capítulo de sua própria história, adaptando-se de forma crítica às demandas desse novo tempo, buscando a construção de um projeto político institucional que a coloque em condições de ser multidiversa, por compreender muitos saberes e ser constituído por diferentes gerações.

Desafiada, a Univasf, precisa imergir na sua realidade estrutural, promovendo mudanças que permitam maior flexibilidade funcional e organizacional, permeabilidade às pressões externas e sensibilidade para o novo. Uma política pública de educação superior deve considerar além do rigor científico, da condição geradora de cultura, da liberdade de pensamento e de expressão, seu compromisso com os segmentos mais fragilizados da sociedade por responsabilidade social.

## **2.4 Política de Pesquisa**

A história do homem no mundo confunde-se com seu próprio desejo de dominar o conhecimento sobre este mundo e, na busca por tal poder, o saber científico abriga uma espécie de garantia de verdades e de certezas. A pesquisa científica na universidade constitui-se numa prática fundamental, não apenas pelos benefícios que gera na formação acadêmica do aluno, posto que lhe aguça o raciocínio lógico e o espírito investigativo, mas também pelo sentido estratégico que desempenha para a sociedade que dela se beneficia direta ou indiretamente, em sua permanente busca das soluções para os problemas que afetam a coletividade.

Para o desenvolvimento da carreira docente, assegura o bom desempenho das atividades de ensino e de extensão “...*quem ensina carece pesquisar, quem pesquisa carece ensinar*” (Demo, 2003). Para Paulo Freire (2002) não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Ensina-se porque se busca, pesquisa-se para constatar, e assim intervir e então educar e educar-se.

Demo (2002) *apud* MOREIRA (2005) aponta dois valores para a pesquisa: o científico – de produção do conhecimento - e o educativo – de instrumentação criativa para a emancipação, o aprender a criar, a pesquisa sendo um dos instrumentos essenciais da criação. Parte do princípio de que “*em termos cotidianos, pesquisa não é ato isolado, intermitente, especial, mas atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem*”. A pesquisa, originalmente, é uma inquietação, uma busca perene, uma insatisfação em se contentar com as respostas disponíveis para compreender o mundo, que é inacabado e, portanto, perene de perguntas. A educação libertadora e sua associação com a atividade de pesquisa devem ser mediações na formação também do homem, e não apenas do professor ou do pesquisador, devendo a pesquisa dialogar com a comunidade, no sentido de troca de saberes entre o científico e o cotidiano.

Assim, pode-se concluir que “*pesquisar coincide com a vontade de viver, de sobreviver, de mudar, de transformar, de recomeçar. Pesquisar é demonstrar que não se perdeu o senso pela alternativa, que a esperança é sempre maior que qualquer fracasso, que é sempre possível reiniciar*” (Demo,

2003). Assim encarada, a pesquisa reconhecida como uma atividade humana, desmistifica-se e vai tomando forma de uma atividade que, guiada pelo método científico, também sofre as vicissitudes da vida, desde seu ato criativo até os erros a que está sujeita, mas que constrói o caminho de seus acertos. Se pesquisa é vida, mudança, transformação, recomeço, esperança, a universidade, como lócus privilegiado do fazer pesquisa, deve estar conectada com a vida concreta, porque, diante das incertezas dos tempos e das profissões o seu papel é formar espíritos inquietos, com aposta no desconhecido.

De modo geral, em todos os produtos nos quais o Brasil apresenta vantagens competitivas no cenário internacional é possível identificar um longo processo histórico de aprendizagem e acumulação de conhecimentos científicos e competência tecnológica, envolvendo importantes articulações entre esforço produtivo, governo e instituições de ensino e pesquisa, o que indica que o principal meio de produção e troca, ou seja, de relação econômico-social, é o conhecimento, a criatividade e o talento intelectual.

Lévy (1996) *apud* Pimenta (2001) considera o papel relevante que o saber tem desempenhado nas sociedades avançadas, onde as informações são bens econômicos primordiais. Para Negri (2002) *apud* Candido (2005), o cérebro das pessoas hoje é o principal meio de produção.

Neste contexto, a pesquisa torna-se o epicentro da universidade, devendo orientar o caminho de toda a instituição, pois somente onde há pesquisa há produção e criação do conhecimento. Em todas as Instituições Federais de Ensino, a pesquisa é indispensável, tornando-se um diferenciador institucional, necessitando-se desta atividade em todos os segmentos sociais produtivos, sendo determinante para a possibilidade de sucesso competitivo.

Toda a comunidade acadêmica deverá se envolver com a pesquisa, porque é exatamente a partir deste processo coletivo inteligente institucional que poderá emergir novas formas e práticas institucionais, conseqüentemente mais criativas e inteligentes.

Assim, independentemente de vínculo formal, a pesquisa tornou-se uma necessidade emergente em todos os níveis institucionais, pois a fantasia de uma separação entre pesquisa e ensino é, obviamente, uma fantasia de burocratas. Todo conhecimento explorado e produzido deve ser divulgado para

efetivamente contribuir com os indicadores da pesquisa, ensino e extensão. Desta forma, uma sala de aula onde a pesquisa está ausente carece de vitalidade e entusiasmo, visto que conhecer é sempre um compartilhar, um tecer junto.

A Universidade que separa o ensino da pesquisa e na qual o ensino não é ele mesmo parte da pesquisa de professores e alunos está condenada ao passado, ainda mais considerando que numa sociedade da era digital, o fluxo de informação e saber é aberto e se movimenta continuamente. Neste sentido, toda atividade de pesquisa é necessariamente uma atividade viva de ensino e aprendizagem e não há dúvida de que o debate proporcionado por tais atividades alimenta e qualifica a vida acadêmica.

A divisão burocrática entre pesquisa e administração e seus procedimentos deve ser evitada, visto que quanto mais as atividades de pesquisa estiverem inseridas na instituição, maiores são as chances de consolidação e sustentabilidade da instituição.

Desta forma, em todos os níveis da atividade acadêmica, habilidades e competências para pesquisa e para o aprendizado permanente, são indispensáveis para atuação eficiente no mercado de trabalho. Contudo, é preciso criar as condições institucionais adequadas para a atividade de pesquisa permanente dos professores. Neste sentido, a pesquisa não é apenas um direito, mas um dever de todo trabalho da atividade docente qualificada.

Propostas para a política de pesquisa:

- I. Consolidar e ampliar os Grupos de Pesquisa, visando à articulação entre as várias áreas do conhecimento, bem como o fortalecimento das áreas específicas, potencializando a missão institucional e a inserção da Universidade no contexto nacional.
- II. Acompanhar o desenvolvimento da produção científica, tecnológica e a contribuição para formação de recursos humanos, do corpo docente da Universidade,
- III. Desenvolver as linhas de pesquisa dos Grupos certificados da Universidade de forma integrada aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e às atividades de extensão da Universidade e ainda, em consonância com propostas dos cursos de pós-graduação.

- IV. Estimular qualitativa e quantitativamente a produção científica da Universidade por meio da interação dos Grupos de Pesquisa com as agências de fomento, visando à captação de recursos.
- V. Priorizar a criação de Programas de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, a partir de uma avaliação institucional baseada na produção científica dos Grupos de Pesquisa e em consonância com a vocação da região, visando o fortalecimento das atividades de pesquisa e o desenvolvimento regional.
- VI. Fortalecer o papel dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* como agentes promotores de atividades de cooperação científica com instituições e organizações, nacionais e internacionais.
- VII. Incentivar a criação de periódicos científicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e ao Sistema Qualis da CAPES, imprimindo visibilidade à Universidade no contexto da produção intelectual do País.
- VIII. Divulgar os programas de desenvolvimento científico e tecnológico dos governos municipal, estadual e federal;
- IX. Organizar e manter atualizado um sistema de informações sobre assuntos relacionados à pesquisa, incluindo o cadastramento dos líderes de grupos de pesquisa e certificação dos respectivos grupos no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq;
- X. Normatizar a tramitação de processos inerentes à PRPPG, visando dar maior transparência e agilidade aos trâmites;
- XI. Coordenar e aperfeiçoar formas de divulgação interna e externa dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito da Universidade;
- XII. Estimular a submissão de projetos científico-tecnológicos nas diferentes áreas do conhecimento, buscando fontes alternativas de recursos;
- XIII. Estimular parcerias de pesquisa universidade e setor empresarial;
- XIV. Incentivar e aprimorar o Programa Institucional de Iniciação Científica

### ***Diretrizes de Pesquisa na Univasf***

A pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica ou tecnológica. Na Univasf, fundamenta-se nas seguintes diretrizes:

1. Para a caracterização de uma atividade como de pesquisa, é requisito imprescindível a geração de produção intelectual.
2. Considera-se produção intelectual o resultado da atividade de pesquisa abrangendo a produção científica, artística, técnica e cultural representada por publicações ou formas de expressão usuais e pertinentes aos ambientes acadêmicos específicos.
3. A pesquisa pode ocorrer nas categorias Básica e Aplicada. A pesquisa básica caracteriza-se pelo estudo teórico ou experimental que visa contribuir de forma original e incremental para a compreensão dos fatos, fenômenos observáveis ou teorias, sem ter em vista o seu uso ou a sua aplicação imediata. A pesquisa aplicada é realizada para determinar os possíveis usos para as descobertas da pesquisa básica ou para definir novos métodos ou maneiras de alcançar certo objetivo específico e predeterminado.
4. As atividades de pesquisa na Universidade serão desenvolvidas com recursos materiais e financeiros próprios, recursos de agências de fomento oficiais, recursos de fomento de interesse público resultante de aplicação compulsória conforme legislação, recursos de convênios com instituições públicas ou privadas, recursos de incentivos fiscais, ou recursos de cooperação com o setor empresarial.
5. Todos os repasses de recursos externos à Univasf serão formalizados por meio de contratos ou convênios.
6. Todas as atividades de pesquisa serão desenvolvidas na forma de projetos específicos e deverão ser aprovadas pelos órgãos vinculados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
7. O projeto de pesquisa será coordenado por servidor docente ou técnico-administrativo em efetivo exercício na Universidade.
8. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação deverá organizar um sistema de registro, informação e divulgação dos projetos de pesquisa

- da Universidade, bem como promover a publicação da produção intelectual dos servidores docentes e técnico-administrativos da Univasf.
9. Os projetos de pesquisa, observadas as suas peculiaridades, deverão observar as normas de saúde, segurança e ao meio ambiente.
  10. O projeto de pesquisa que envolva a experimentação com seres vivos, humanos ou animais, será submetido à apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e Animais da Univasf.
  11. O projeto de pesquisa que utilize técnicas de engenharia genética ou organismos geneticamente modificados, deverá ser submetido à apreciação e aprovação de uma Comissão de Biossegurança.
  12. Os projetos de pesquisa deverão observar as normas específicas sobre propriedade intelectual estabelecidas na legislação pertinente.
  13. Alocar em seu orçamento anual, percentual de recursos para viabilizar atividades de Pesquisa, que deverá ser encaminhado ao Conselho Universitário para aprovação.

## **2.5 Política de Extensão**

A sistematização da Política de Extensão na Univasf tem como meta estabelecer referências institucionais para a prática extensionista, dado que esta ação faz parte da Política Acadêmica da Universidade. Neste sentido, a contribuição efetiva da extensão está nas possibilidades que essa atividade pode oferecer para facilitar ao aluno a interação entre a teoria e a prática, por constituir o momento do processo de construção do conhecimento no qual essas dimensões aparecem indissociadas.

A Extensão Universitária é, portanto, considerada como uma prática acadêmica e pedagógica, capaz de interpretar as demandas sociais, constituindo-se como interlocutora para definir os rumos em relação ao ensino e à pesquisa.

No âmbito institucional, espera-se que a Política de Extensão oriente as ações extensionista na Univasf e, ao mesmo tempo, incentive docentes, técnicos-administrativos e discentes a se envolverem com estas ações,



interligando-as com as atividades de ensino e pesquisa com as demandas sociais, contribuindo, assim, para a Universidade cumprir seu compromisso social.

A Extensão é uma das atividades fim da Universidade que melhor permite compreender a realidade social e, conseqüentemente, possibilita a atualização das suas práticas de ensino e de pesquisa, abrindo caminho para a plenitude do seu destino na comunidade. Deve ser entendida como um processo educativo, cultural e científico que articule o ensino e a pesquisa, viabilizando as funções básicas da Universidade junto à sociedade. Neste sentido, possibilita uma relação de interação, intercâmbio e transformação mútua e de complementaridade recíproca entre as diferentes áreas de conhecimento e os diferentes segmentos da sociedade.

Para atingir esse objetivo na Univasf, recursos materiais devem ser assegurados, tanto para a implementação da atividade como para a sustentação de tarefas administrativas e de controle a elas inerentes, cabendo à Pró-Reitoria de Integração, em harmonia com os proponentes de projetos e órgãos envolvidos nas atividades, articular as ações necessárias à captação de recursos, quer no setor público, quer no setor privado, para viabilizar a sua realização, respeitando-se a Lei nº 8958 de 20 de dezembro de 1994, que rege a celebração de convênios e contratos de órgãos públicos com agências de fomento e outras organizações não governamentais.

A universidade vivencia em seu cotidiano, situações de alto grau de complexidade que descortinam possibilidades, mas também limitações para suas ações. A sociedade vem, a cada dia, exigindo ensino de qualidade, investigações transformadoras e relações efetivas de intervenções no seu meio, razão pela qual para que se possa pensar na extensão faz-se necessário que se reflita sobre o cenário que ora se apresenta, considerando as questões sócioeconômicas e políticas de um país com grande diversidade; a desarticulação entre o ensino básico e o superior; as contradições que se apresentam em relação à função da extensão nas instituições; a necessidade de se entender a extensão como espaço para a construção de conhecimento; e o afastamento definitivo da extensão como assistencialismo.

A partir dos itens apresentados, é importante que se reflita sobre o conceito de extensão, articulando-o ao próprio conceito de universidade, reforçando o

vínculo com a Pesquisa, com o Ensino e com a identidade e missão da instituição, que não se dá de forma direta, autônoma e voluntarista, mas está articulado a um movimento de gestão e a uma dinâmica de compreensão, que constituem forças mobilizadoras para a transformação social. A Universidade precisa ter um ouvido atento aos conhecimentos gerados e sistematizados na academia e outro aos rumores da realidade social. Para tanto, ela precisa se aproximar do seu entorno e observar a realidade não apenas partindo da racionalidade ética, mas, demonstrando competência humana, tecnológica e científica que possa contribuir com o desenvolvimento sustentável.

É com essa perspectiva que se concebe a Extensão na Univasf, na busca constante de compartilhar um conhecimento que pense o mundo atual, que interroge a realidade contemporânea e que contribua com o direcionamento da história. Assim, ratifica-se a missão da Pró-Reitoria de Integração, de integrar universidade e comunidade por meio de programas, projetos, eventos e educação continuada, oportunizando a socialização do conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento sustentado.

A história da Extensão Universitária está ligada à origem das Universidades européias, caracterizando-se por campanhas de saúde e assistência às populações carentes (Rocha, 2002) e apontando para uma atividade pensada para redimir a Universidade do seu distanciamento de um determinado grupo social que não tinha acesso a ela.

O que se nota desde a sua origem é que, além do caráter opcional, a extensão sempre apareceu como a maneira de aproximar a Universidade da população, principalmente de forma assistencial, esvaziada de qualquer significado emancipatório, mas como uma forma de realização das políticas de governo.

Muitas das atividades de extensão universitária serviram, e ainda servem como reveladora da abertura da Universidade para as comunidades, onde algumas propostas funcionam como as políticas sociais compensatórias, suficientes para acalmar os conflitos sociais sem criar ou possibilitar a criação de novas possibilidades e saídas para os grupos envolvidos. Porém, existem avanços na reflexão sobre a extensão universitária e os questionamentos feitos através dos anos trazem para o debate acadêmico a discussão de sua verdadeira função e quais devem ser suas características.

A trajetória da extensão evidencia o fato de que as propostas para rediscutir as suas funções surgem em épocas de transformações conjunturais, significando que cabe à universidade dar respostas às questões colocadas pela sociedade. Ver a extensão como prática social, significa para a Univasf qualificá-la junto aos setores organizados da sociedade que denunciam as desigualdades sociais.

Na Univasf, a extensão desenvolvida vai além da compreensão tradicional de disseminação de conhecimento, prestação de serviços e difusão cultural, sendo concebida sob o ponto de vista pedagógico/acadêmico como atividade indissociável do processo ensino-aprendizagem, traduzido também nas atividades de ensino, estágio e pesquisa. Em sua fase atual objetiva convergir dois aspectos fundamentais do projeto de Universidade: qualidade acadêmica/científica e compromisso social, relacionando os grandes temas sócio-político-culturais com os processos educativos.

A sua afirmação como espaço constitutivo do ensino e pesquisa aprofunda as possibilidades de reconhecimento dos vínculos entre as práticas profissionais e as práticas sociais, ampliando a relação entre formação profissional, compromisso social e transformação do saber acadêmico em um bem público.

### ***Princípios Norteadores da Extensão da Univasf***

A extensão universitária na Univasf deve ser capaz de transformar o saber acadêmico em um bem público a que todos possam ter acesso, estabelecendo parcerias com a sociedade para a construção de um projeto social que traga dignidade de vida às pessoas. Dessa forma:

1. as atividades da extensão voltam-se para o desenvolvimento de práticas acadêmicas que interligam a Universidade nas suas atividades de Ensino e Pesquisa com as demandas da sociedade, contribuindo para a formação do profissional e do cidadão;
2. as atividades de ação comunitária voltam-se para apoiar e auxiliar a comunidade acadêmica, objetivando o atendimento das suas necessidades por meio de oportunidades que promovam a sua integração e manutenção na universidade.

Nessa perspectiva, a extensão universitária na Univasf, passa a reger-se pelos seguintes princípios:

- a. Socialização do conhecimento - compartilhando o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular, promovendo a socialização dos saberes da universidade com os saberes populares;
- b. Inserção comunitária - compreendendo iniciativas de educação continuada, prestação de serviços, ações comunitárias promovendo a parceria entre Universidade, comunidade e outras organizações;
- c. Articulação com Ensino e Pesquisa - na sua interface com o Ensino, a Extensão deve contribuir para o desenvolvimento de um processo pedagógico participativo, possibilitando um envolvimento social com a prática do conhecimento e, na sua interface com a Pesquisa, deve responder cientificamente às demandas suscitadas pela comunidade;
- d. Respeito às diferenças - valorizando as potencialidades e as peculiaridades de cada universo social, compartilhando o desenvolvimento cultural, biopsicossocial, ecológico e histórico;
- e. Acessibilidade e permanência - assegurando condições para acesso e permanência do estudante na universidade, propiciando-lhe experiências importantes para o desenvolvimento de habilidades/competências, estabilidade e integração na vivência acadêmica.

### ***Diretrizes para a Extensão Universitária***

A política de extensão promove a integração da universidade com os setores tradicionalmente marginalizados do conhecimento acadêmico, levando o conhecimento ao alcance da maioria da população e permitindo aos alunos e professores descobrir uma realidade social que não conhecem, formas de conhecimento às quais não tem acesso (Buarque, 1994).

Na Univasf, a extensão deve ser compreendida como uma atividade com dimensões de intervenção e de investigação, apresentando-se como diretrizes:

1. Impacto e transformação - estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária. Frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social. Definida a questão, é preciso estudá-la em todos os seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança, e atuar;
2. Interação dialógica - desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão;
3. Interdisciplinaridade - caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas;
4. Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão - reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo “universitária” –,

em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso.

5. Reconhecimento da natureza da Extensão como atividade-fim da Universidade - com o papel de promover, de modo direto e sistemático, o compartilhamento do conhecimento com distintos sujeitos sociais.
6. Concentração coordenada de Ações de Extensão - nos Territoriais Urbanos e Rurais implantados pela Universidade.
7. Respeito aos valores culturais e às práticas de convivência e de vizinhança - que caracterizam os grupos sociais destinatários de Ações de Extensão.
8. Apoio a políticas públicas - em direta função de demandas sociais identificadas no espaço de Núcleos Territoriais de Extensão.
9. Execução de Serviços de Extensão - preferencialmente na órbita de Programas Setoriais de Extensão institucionalizados na Universidade, contemplando campos de atenção delimitados em função de homogeneidades características.
10. Apoio a atividades de difusão cultural - divulgação de informações de interesse geral, desenvolvidas de modo sistemático e duradouro, preferencialmente na esfera de Programas Setoriais de Extensão
11. Afiliação das Ações e Serviços de Extensão - às Áreas Temáticas e Linhas de Extensão adotadas pela Instituição, preferencialmente na conformidade de Projetos de Extensão institucionalizados na Universidade.
12. Estabelecimento de parcerias – com instituições e entidades, públicas ou privadas, bem como, com movimentos sociais, ou de ligações com Programas e Projetos de Extensão de outras organizações, para o desenvolvimento conjunto de Ações e Serviços de Extensão, desde que preservada, em qualquer caso, a influência da Universidade na condução das correspondentes atividades.

13. Estímulo a Cursos de Extensão - que atendam as expectativas da Sociedade e tenham perspectiva de auto-sustentação financeira.
14. Promoção de Eventos de Extensão - que preservem e reforcem a imagem institucional da Universidade.
15. Priorizar para efeito de investimentos financeiro, material e de recursos humanos - as atividades de extensão a serem desenvolvidas no município e na região, junto aos movimentos, entidades e organizações sociais, governamentais ou não governamentais, que potencializem ações multiplicadoras e contínuas, direcionadas para a autonomia da comunidade formada por pessoa empobrecidas, objetivando a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade, o maior número de cursos envolvidos, o impacto das ações para a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento institucional da Universidade.
16. Mobilização da comunidade universitária - para, em parceria com a sociedade civil e o poder público, promoverem a intervenção por meio de ações nos campos: ambiental, político, ético, cultural, social e econômico, prioritariamente nos municípios e nas regiões de sua atuação, organizadas em programas e projetos permanentes.
17. Promover a conscientização de alunos, professores e coordenadores de estágio supervisionado e das práticas de ensino das licenciaturas, de que estas atividades devem integrar programas e constituir projetos que priorizem e contribuam para a solução de problemas sociais, propiciando a participação crítica dos alunos e professores nas propostas que visem o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.
18. Favorecer o rompimento com as práticas restritas à sala de aula, que não constitui o único lugar para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, propiciando a interação recíproca de professores, alunos e sociedade em todos e quaisquer espaços e momentos.
19. Criar um sistema de informações sobre e para a Extensão na Univasf, como forma de viabilizar o intercâmbio e a socialização das experiências.
20. Criar o Fórum Permanente de Extensão da Univasf, enquanto espaço estruturado da Extensão na Universidade, visando constituir-se em um

instrumento de debate e de intervenção nas políticas sociais e culturais, buscando articular-se com as instâncias do governo e da sociedade.

21. Consolidar metodologias que garantam a integração do ensino, da pesquisa e da Extensão, efetivadas em torno de programas e projetos construídos com base em critérios científicos, tecnológicos e em experiências comunitárias.
22. Fazer do planejamento, do acompanhamento da avaliação e do monitoramento, uma dinâmica significativa de interação entre a universidade e a sociedade.
23. Alocar em seu orçamento anual, percentual de recursos para viabilização das atividades de Extensão, que deverá ser encaminhado ao Conselho Universitário para aprovação.

Para a institucionalização dessas diretrizes é essencial que uma política de extensão – que inclua conceito, finalidades ou funções, seja definida em instância superior - o CONUNI - Conselho Universitário, e normalizada no Estatuto e Regimento da instituição. Entre os aspectos a serem normalizados devem ser incluídos o processo de aprovação das ações de extensão, os programas de bolsa para alunos, as formas de financiamento da Extensão Universitária, as formas de participação do aluno nas ações de extensão, o aproveitamento curricular do aluno pela participação em projetos, a valorização da participação do docente nas ações de extensão, as formas de participação da comunidade externa no processo decisório da extensão, as formas de participação de servidores docentes nas ações de extensão, as formas de participação de servidores técnico-administrativos nas ações de extensão, entre outros.

A operacionalização das ações deve ocorrer por meio de:

**Programa** - conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integradas a atividades de pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.



**Projeto** - ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico, a curto e médio prazo. O projeto ou não estar vinculado a um programa.

**Curso** - ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos.

**Evento** - ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

**Prestação de serviço** - realização de trabalho oferecido pela Univasf ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.). A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem. Quando a prestação de serviço é oferecida como curso ou projeto de extensão, deve ser registrada como tal.

**Publicações e outros produtos acadêmicos** - caracterizam-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica.

Dentre os objetivos dos diversos projetos que compõem os seus programas, é importante à Univasf: criar condições para o desenvolvimento de parcerias com os vários segmentos sociais; articular o saber existente na sociedade com o saber sistematizado na academia, visando uma produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática; possibilitar a reflexão e a produção de conhecimento na área de atuação do docente; contribuir para o aprimoramento da formação ética, política, científica e técnica dos docentes, técnicos-administrativos e discentes; incentivar a formação de grupos interdisciplinares; promover parcerias voltadas para a construção de um projeto de sociedade referenciado na justiça social e na igualdade; contribuir para a (re)definição do conceito de currículo, de maneira a incorporar a extensão como atividade rotineira do discente; e, finalmente democratizar o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da sociedade na vida da universidade.

Somente a definição da missão da extensão na universidade não basta para o seu desenvolvimento. É preciso exercitar uma postura de acolhimento para as expectativas das organizações, reinventando permanentemente o trabalho, construindo a trajetória a que se propõe realizar juntos, amadurecendo um sentido de responsabilidade com o outro, transformando a realidade que aí está.

A Extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à Universidade, cuja existência, em todo o território nacional, sempre foi pensada para contribuir no desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação, constituindo-se em espaços privilegiados para a produção, adaptação, acumulação, socialização do conhecimento e formação de profissionais cidadãos, visando contribuir significativamente para a mudança da sociedade.

## ***2.6 Política De Gestão Institucional***

Em consonância com o momento histórico nacional, a estrutura de poder da Univasf, bem como sua gestão administrativa deve ser aperfeiçoada por meio de um amplo, representativo e participativo processo de reforma estatutária, onde transparência nas decisões e aplicação de recursos financeiros tenha o envolvimento das representações nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Devido à grande importância que tais questões assumem atualmente, sugere-se a adoção das seguintes ações:

- Reforma do estatuto geral da universidade como prioridade imediata, por meio de um processo ágil, democrático e de curto prazo.
- Elaboração do Regimento Interno da Universidade.
- Elaboração do projeto político institucional discutido com a comunidade universitária.
- Aperfeiçoamento da avaliação institucional por meio de diagnóstico que produza resultados capazes de auxiliar a administração na construção do planejamento e na realização de ações que melhorem a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

- Elaboração orçamentária e implementação de planos de aplicação de recursos financeiros transparentes e orientados pelo Projeto Pedagógico Institucional e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Mobilização do corpo técnico-administrativo na formulação de soluções que permitam agilizar o funcionamento das instâncias administrativas da universidade.
- Desenvolvimento de programas continuados voltados para a qualificação pessoal e profissional dos servidores técnico-administrativos.

### ***Ensino de Graduação***

Na UNIVASF, o ensino de Graduação deve articular competência científica e técnica com inserção social, além de postura ética e visão política. A construção desse perfil profissional deve integrar a formação técnica com a humana, colocando o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem de modo participativo e crítico, tendo a qualidade como foco, ensejando o aprendizado de conteúdos, com a formação de valores humanos e a formulação e solução de problemas. Para tanto, deve contemplar os seguintes aspectos:

### ***Organização do Ensino***

Elaborar participativamente e adotar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) para a universidade, que seja um instrumento de gestão, tanto no âmbito geral da instituição quanto no âmbito específico de cada curso, a partir dos seguintes objetivos:

- Estimular os colegiados de curso a desenvolverem/reestruturarem os projetos pedagógicos de forma que os currículos contemplem a inter e transdisciplinaridade.
- Desencadear uma formação sintonizada com a realidade social, tempo livre para vivências em estágios curriculares supervisionados, atividades de extensão ou pesquisa científica, de modo que a articulação teoria-prática seja fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

- Implementar ações emergenciais definidas pelos colegiados de curso, fórum de coordenadores e representação estudantil, visando a melhoria da qualidade de ensino.
- Oferecer a todas as coordenações de curso infraestrutura básica para o seu funcionamento, inserindo-as na dotação orçamentária da universidade, com centro de custo próprio.
- Desenvolver uma política institucional de redução da evasão escolar e de ocupação das vagas ociosas.

### ***Condições de Ensino-Aprendizagem***

- Atualização semestral do acervo de livros didáticos das Bibliotecas de cada Campus, com base nas solicitações dos professores e estudantes, dando especial atenção às condições de funcionamento da Biblioteca.
- Estabelecimento, junto aos usuários e aos servidores da Biblioteca de uma estratégia de funcionamento e de um programa de ações e de investimentos que apontem para a otimização dos serviços de atendimento à comunidade.
- Melhoria do acesso aos computadores, através da recuperação e ampliação dos laboratórios de informática.
- Ampliação dos horários de funcionamento dos laboratórios de informática, por intermédio do aumento do número de estágios para alunos de graduação.
- Criação de um programa para apoio financeiro a projetos de colegiados de cursos ou de iniciativa de docentes e técnicos-administrativos que visem a melhorias e inovações na qualidade do ensino de graduação.
- Realização, junto com coordenadores de cursos e representantes discentes de um diagnóstico dos pontos de estrangulamento dos diferentes cursos apontados pelo sistema de avaliação da Universidade, elaborando e executando projetos que reduzam tais dificuldades.
- Efetivação, através de vigoroso trabalho junto ao MEC, de uma política de ampliação de vagas para concursos de docentes e de técnico-administrativos, por meio de programas e projetos de melhoria da qualidade do ensino.

- Incentivo à produção de materiais didáticos por docentes da Univasf, organizando e desenvolvendo políticas específicas para esse fim.
- Criação de um centro de manutenção para torná-lo capaz de recuperar, de forma rápida e eficiente, equipamentos básicos para o funcionamento do ensino, tais como, projetor de multimídia, retroprojetor, impressora, máquinas, equipamentos de laboratório, etc.
- Estabelecimento de ações para acompanhamento de programas de interiorização, visando integrá-los, plenamente na estrutura acadêmica da universidade, a partir da estruturação integral e de qualidade dos cursos da sede
- Aumentar o número de bolsas de monitoria e sua distribuição mediante critérios acadêmicos democraticamente estabelecidos.
- Buscar, junto a diferentes órgãos de fomento, a ampliação do número de bolsas de Iniciação Científica.
- Incentivar projetos de pesquisa e de extensão de caráter interdisciplinar envolvendo produção agrícola e animal, saúde pública, esportes, geração de renda nas comunidades vizinhas, formação continuada de professores da rede pública, conservação e educação ambiental, dentre outros, capazes de ampliar as oportunidades de estágios e inserção social dos estudantes de graduação.
- Apoiar a semana de integração dos cursos de graduação, viabilizando infraestrutura para organização e financiamento de despesas básicas.
- Estabelecer um programa de acompanhamento dos egressos da Univasf como suporte para atualização e adequação de novos cursos.
- Apoiar, por meio de dotação orçamentária específica, a participação de docentes, técnicos-administrativos e discentes em eventos acadêmicos.

## ***Pesquisa e Pós-Graduação***

O desenvolvimento científico deve ser um dos principais responsáveis pelo avanço da melhoria das condições de vida e de relacionamento humano, tanto por meio da pesquisa básica como de sua aplicação, justificando assim todo o investimento financeiro do Estado. Sem ciência e, portanto, sem o avanço tecnológico, nenhuma nação pode ser autônoma e desenvolvida. A ciência e a tecnologia constituem instrumentos essenciais para a soberania de um país.

Assim, propõe-se para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação na Univasf:

- Apoiar todos os docentes recentemente pós-graduados, visando a estimular o início de suas atividades de pesquisa na Univasf.
- Divulgar as linhas de pesquisas existentes na universidade, estimulando a interação e a elaboração de projetos inter e transdisciplinares entre os grupos de pesquisa.
- Incentivar a criação de cursos de especialização *lato sensu* gratuitos, com permanente avaliação de sua qualidade.
- Incentivar a criação de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.
- Garantir a manutenção e expansão do Programa de Bolsas de Iniciação Científica.
- Incentivar a capacitação dos docentes e técnico-administrativos conforme estabelecido no Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (Planfor) e no Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento do Pessoal Técnico-Administrativos (PCA).
- Apoiar a elaboração de trabalhos científicos com vista a estimular o docente a divulgar os resultados dos seus trabalhos em periódicos indexados e de impacto.
- Levantar, cadastrar e acompanhar as atividades de pesquisa em efetivo andamento na instituição, objetivando orientar a captação de recursos financeiros das agências de fomento e de outras fontes de financiamento.
- Apoiar os cursos de pós-graduação em andamento, buscando a melhoria de sua conceituação na Capes e consolidação na formação de

recursos humanos, no aumento da produção e divulgação científica e tecnológica.

- Apoiar todos os programas de pós-graduação em fase de estruturação, buscando inclusive, colaboração de outras instituições de ensino e pesquisa.
- Aumentar a visibilidade das pesquisas realizadas na universidade por meio de uma sólida política de comunicação, visando ampliar a participação nos programas federais, estaduais e municipais de financiamento e apoio a programas e projetos de pesquisa.
- Criar um núcleo de apoio a registros de patentes e de direitos autorais para produtos científicos, artísticos, tecnológicos e culturais.

### ***Extensão***

A extensão universitária tem como referência as reflexões sobre a relação entre a Univasf e seu entorno, articulada às dimensões do conhecimento histórico, científico e cultural produzido pela humanidade, e como princípio a reafirmação do seu caráter indissociável do ensino e da pesquisa, exigindo, portanto, o real envolvimento de todos os setores da universidade. Pensada como filosofia política e estratégica, se assume enquanto metodologia de uma universidade voltada para os problemas sociais, buscando soluções pela via da pesquisa e da ressignificação do processo de ensino-aprendizagem, visando intervir na realidade social concreta. Assim, a extensão universitária deixa de ser meramente uma atividade de divulgação de conhecimentos, de prestação de serviços ou de difusão cultural, tornando-se um dos pilares orientadores dos processos educativos, culturais e científicos que articulam o ensino e a pesquisa, possibilitando uma relação transformadora entre universidade e sociedade.

Essa forma de ensino e de pesquisa possibilita a troca de saberes, científicos e populares, permitindo a democratização e popularização do conhecimento; a atuação direta dos grupos e setores sociais envolvidos e a produção de novos conhecimentos e práticas, que garantam a autonomia e outras formas de relacionamento e dignidade de vida. Na extensão universitária, a Univasf visa:

- Priorizar o uso de metodologias participativas, que favoreçam o diálogo entre pesquisados e pesquisadores, visando às transformações sociais como critério na avaliação e seleção de projetos.
- Adotar um conceito de aula que compreenda todos os espaços fora e dentro da universidade onde ocorre o processo histórico-social e se expressa um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência da prática.
- Implantar o estágio curricular como espaço determinante da prática profissional, da consciência social e do compromisso político acadêmico, integrado a projetos dos colegiados acadêmicos e a temática curricular e sendo computado para a integralização do currículo de docentes e discentes.
- Valorizar programas interinstitucionais sob a forma de consórcios, redes ou parcerias e intercâmbios de solidariedade internacional.
- Desenvolver projetos em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais e Organizações não Governamentais, voltados para a formação e reorientação profissional, qualificação para o trabalho e capacitação de gestores de políticas públicas.
- Construir por meio de programas, atividades e projetos, a abertura do campus para a população, implantando o conceito de Universidade Aberta, permitindo o uso do campus enquanto *locus* de vivências culturais, esportivas, políticas e sociais e possibilitando o fluxo de saberes e a inserção social da universidade.
- Desenvolver projetos com todos os movimentos sociais que visem a superação das desigualdades e segregações sócio-espaciais, políticas, econômicas e culturais.



### ***Assuntos Estudantis e Comunitários***

A Univasf deve buscar a melhoria da qualidade de vida no campus, por meio da implementação de uma política acadêmica integrada que resulte em benefícios artísticos, culturais e desportivos, privilegiando as ações no âmbito da saúde, do lazer e da segurança interna.

A transformação e a inserção dos membros da comunidade serão alcançadas através do consórcio dos conhecimentos e das experiências adquiridas ao longo do tempo pelas entidades representativas dos segmentos, grupos organizados e da própria comunidade universitária em geral. Estas informações serão valorizadas e imprescindíveis para a prática de uma gestão que envolverá o estabelecimento de campanhas educativas; o oferecimento de atividades artísticas e culturais e a captação de bens e de recursos financeiros junto aos órgãos de fomento a cultura, lazer, esporte, saúde, visando a atrair para a Univasf as várias campanhas de interesse público implementadas por ações de governos e de organismos não governamentais.

Dessa forma, propõe-se a dinamização da vida comunitária e a qualificação ininterrupta daqueles que participam do dia-a-dia no campus, em articulação com todas as áreas de conhecimento da Univasf, tendo como premissa as ações que serão descritas nas políticas de atendimento ao discente.

### ***2.7 Política de Responsabilidade Social***

Responsabilidade Social deve ser entendida como atuação orientada e comprometida para valorização do que é diretamente importante para a sociedade. A atuação orientada implica políticas e objetivos, o comprometimento implica inclusão na missão institucional, o que requer gestão com visão holística e interdisciplinar e orientação multicêntrica, englobando os diversos atores que interagem com a instituição.

Apesar de a Univasf possuir recursos humanos de alta qualificação, tem ela dificuldade em ajustar os seus processos formativos e administrativos às exigências sociais e econômicas atuais para promover o desenvolvimento e a inclusão social daqueles que, em virtude de uma ideologia cujos valores estão impregnados pelo individualismo, competitividade e falta de solidariedade,

permanecem à margem do sistema produtivo. A gravidade dessa constatação é que a universidade enquanto promotora de novos conhecimentos deve estar comprometida com a cientificidade cidadã que reflita as necessidades contemporâneas, posicionando-se pela dignidade e valorização da pessoa humana, com vistas à transformação social. Nessa perspectiva, constituem objetivos da política de Responsabilidade Social na Univasf:

- a. Reestruturar a sua convivência com a comunidade, considerando os impactos administrativos, financeiros e socioculturais desse processo.
- b. Comprometer a comunidade acadêmica com a promoção da ética e do desenvolvimento sustentável.
- c. Implementar a melhoria contínua dos programas, projetos, ações e atividades em desenvolvimento no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão.
- d. Definir e adequar as bases da sua política à legislação em vigor.
- e. Estruturar metodologicamente o processo de implementação e execução de metas de responsabilidade social na instituição.
- f. Definir procedimentos relacionados à documentação do processo de implementação da política de responsabilidade social institucional.
- g. Instituir mecanismos organizacionais que oportunizem o conhecimento e a possibilidade de inserção em atividades de todos os setores e unidades, bem como à comunidade externa.
- h. Construir um sistema de monitoramento e avaliação da política de responsabilidade social descentralizada e integrada, objetivando reconhecer o alcance das ações e a possibilidade de novas respostas às necessidades sociais, econômicas e ambientais, em conformidade com a legislação em vigor.
- i. Definir regras que possibilitem a transparência das ações vinculadas à implementação dessa política na instituição.
- j. Elaborar estratégias que oportunizem à instituição, como um todo, conhecer, planejar e executar as suas ações constitutivas.

Ao cumprir tais objetivos, a Univasf estimula a inovação e a criatividade frente aos dilemas e desafios socioeconômicos das camadas mais fragilizadas da sociedade através de programas, projetos e parcerias com organizações

públicas e privadas, numa ação consciente do seu papel enquanto agente de transformação que prioriza a justiça social, dando um retorno visível às populações e colocando o conhecimento a serviço do bem comum.

Sua institucionalização implica no trabalho de análise de indicadores sociais internos e externos, considerados como indicativos das ações a serem desenvolvidas nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, priorizando as áreas:

1. Compromisso com ações de inclusão social e promoção da cidadania;
2. Defesa do meio ambiente, especialmente no âmbito da região de sua inserção;
3. Compromisso com ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável;
4. Defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Se a universidade quer encontrar o sujeito a serviço de quem ela deve estar, deve procurá-lo em meio às manifestações histórico-culturais, porque é no contexto da multiplicidade das manifestações históricas que mulheres e homens se manifestam.

### ***Princípios da Responsabilidade Social na Univasf***

A política de responsabilidade social na Univasf está constituída a partir do conceito de universidade pública cuja identidade se caracteriza pelo compromisso histórico do fortalecimento da dimensão social e ética do fazer universitário, isto é, da produção, sistematização e difusão do conhecimento. Fundamenta-se nos seguintes princípios:

1. Implementação geral da política de responsabilidade social no âmbito das dimensões constitutivas da formação profissional, ensino, pesquisa e extensão, como também nas práticas de gestão administrativa;
2. Definição e implementação de ações de caráter integrador, onde a inclusão social e a promoção da cidadania sejam parâmetros balizadores das atividades acadêmicas;
3. Fortalecimento dos programas e projetos relacionados à defesa do meio ambiente, especialmente no âmbito da região e de sua inserção;

4. Ampliação e aprofundamento da compreensão dos dados da realidade local e regional, visando à composição de indicadores sociais quantitativos e qualitativos que subsidiem o planejamento e a implementação de ações prioritárias de enfrentamento das múltiplas formas de exclusão social;
5. Aperfeiçoamento dos programas e projetos voltados à defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
6. Fortalecimento e estreitamento das relações com os governos municipal, estadual e federal e com a sociedade civil, representada pelas instituições privadas, não governamentais e a comunidade em geral, no sentido de garantir parcerias interinstitucionais que objetivem a implementação de ações vinculadas à política de responsabilidade social da instituição em consonância com as demais políticas públicas e sociais.

O processo de consolidação da política de responsabilidade social na Univasf terá como elemento básico o estabelecimento e o aperfeiçoamento do vínculo com a comunidade e suas perspectivas de desenvolvimento social, econômico e ambiental, devendo ocorrer em todos os níveis e instâncias da instituição e envolvendo gestores, professores, alunos e técnicos administrativos, na compreensão de que ela se torne, como afirma ENGERS (2007):

*[...] uma usina de transformação para enfrentar o espaço social. Essa usina de produção e transformação será possível pelo (re) conhecimento das necessidades do grupo envolvido, pela (re) formulação de hábitos e comportamento, pelo redimensionamento de espaços e estímulo à criatividade. Isso, sem dúvida, envolve trabalho compartilhado e investigação.*

Nesse sentido, a educação é entendida como uma prática social, na qual o processo de ensino e de aprendizagem universitário objetiva não só a formação dos alunos, mas também dos próprios professores. Trata-se do enraizamento da sensibilidade solidária no cerne da própria visão

epistemológica, uma vez que aprender é construir mundos em que caibam todos; construir mundos em que caibam outros mundos. Neste entendimento, o processo de conhecimento é visto como um processo de conversão continuada, ou como um processo de dialética da complexidade (Assmann, 2000).

CANDAU (1999) complementa as colocações de Assmann ao afirmar que:

*“o desafio da Universidade de hoje é construir em cada contexto sociocultural, em cada instituição universitária concreta, esta razão solidária. Assumir esta perspectiva supõe liberar nossa capacidade criativa e crítica. Exige unir esforços com todos aqueles que, na vida universitária e desde outras mediações científicas, culturais e sociais, acreditam na necessidade de repensar e transformar estruturalmente o mundo em que vivemos”.*

Para BUARQUE (2000), o papel da universidade deve ser o de estimular e desafiar a razão, o de liberar a inteligência para a plenitude de sua possibilidade e, mais do que tudo, para a descoberta apaixonada do outro, esse nosso parceiro na imensa e enigmática aventura de viver. Sendo assim, a educação pode facilitar esse processo, na medida em que possibilita compreender o significado do desenvolvimento humano, criando condições para seu aprimoramento.

A dimensão ética da educação adquire um novo valor quando concilia a competição que estimula, a cooperação que partilha e a solidariedade que une, criando para os estudantes um ambiente de aprendizagem contínua que os capacite a seguir aprendendo ao longo de toda a vida e a permanecerem receptivos a mudanças conceituais, científicas e tecnológicas que vão surgindo ao longo do tempo. A responsabilidade social da universidade passa justamente por esse entendimento.

Pode-se afirmar que a sociedade industrial, até meados do século XX buscava o sucesso assumindo uma dimensão estritamente econômica, entendida como a capacidade empresarial de geração de lucros, criação de empregos, pagamento de impostos e cumprimento de obrigações legais. No entanto, o aumento da qualidade de vida, a valorização do ser humano, o

respeito ao meio ambiente, a organização institucional com variados fins e a valorização das ações sociais e dos indivíduos deve ser buscada.

Nos anos 80, a discussão sobre o processo de globalização enfrentado por inúmeros países no mundo, juntamente com uma retomada da ideologia liberal formaram argumentos muito fortes a favor do mercado, tornando-o o principal responsável pela regulação e fiscalização das atividades institucionais. Mas, essa retomada do liberalismo econômico foi acompanhada da intensificação dos problemas sociais.

Na década de 1990, esta mesma ideologia, denominada neoliberal, conduziu o debate sobre a responsabilidade das instituições perante a sociedade, dando origem ao conceito de desenvolvimento sustentável, elaborado pelo *World Business Council for Sustainable Development*, segundo o qual a responsabilidade social faz parte do desenvolvimento sustentável. Apesar dos sonhos modernos, a humanidade continua apresentando um rosto desfigurado pela pobreza, pela fome, pela ignorância, pela violência de um ser humano prejudicado pelas fraturas entre suas dimensões epistêmicas, éticas e estéticas.

A responsabilidade social coloca, portanto, a educação superior diante do desafio de refletir criticamente sobre suas atividades de ensino e de pesquisa, bem como sobre suas práticas culturais à luz do sentido social. Mulheres e homens contemporâneos estão desafiados a conviverem com as diferenças, mediante o permanente exercício do diálogo e da tolerância. Essa nova situação modifica profundamente o horizonte da universidade a qual se vê confrontada com a necessidade de repensar criticamente seus ideais modernos a partir de um novo leque de temas e preocupações de grande urgência para a humanidade em geral e para cada indivíduo em particular como a paz, o meio ambiente, a interculturalidade, a transdisciplinaridade, o desenvolvimento sustentável.

No contexto da crise gerada pelos desequilíbrios ambientais e pelas desigualdades sociais vêm à tona também a insuficiência e a incongruência dos paradigmas científicos tradicionais, com suas formas simplificadoras, disciplinares e fragmentadas de conhecer. A ideologia do desenvolvimento, focada exclusivamente no econômico, ameaça provocar um colapso social e ecológico da civilização humana. Os sintomas de esgotamento de um estilo de

desenvolvimento ecologicamente predador e socialmente injusto já são bastante conhecidos. Importa agora descobrir, reconhecer e corrigir suas causas e isso representa uma alteração radical da visão de mundo, da relação do homem com a natureza e com a vida.

É preciso devolver ao humano sua centralidade, não permitindo que o conformismo científico elimine a consciência e a política, aqui entendida no sentido originário, referente à *polis*, ao lugar onde se vive, onde se cultiva as tradições, onde se coabita com os outros, onde se faz a própria história, se constrói a identidade. A ciência não pode tornar-se uma esfera autônoma que assume decisões sobre a vida e o destino de mulheres e homens do mundo à revelia de qualquer debate no âmbito da esfera política.

Do ponto de vista da educação, não se trata, de subordinar as pessoas às demandas da nova realidade globalizada, mas da necessidade de levá-la em consideração na formação do cidadão com uma nova consciência crítica, uma nova flexibilidade e uma nova eticidade.

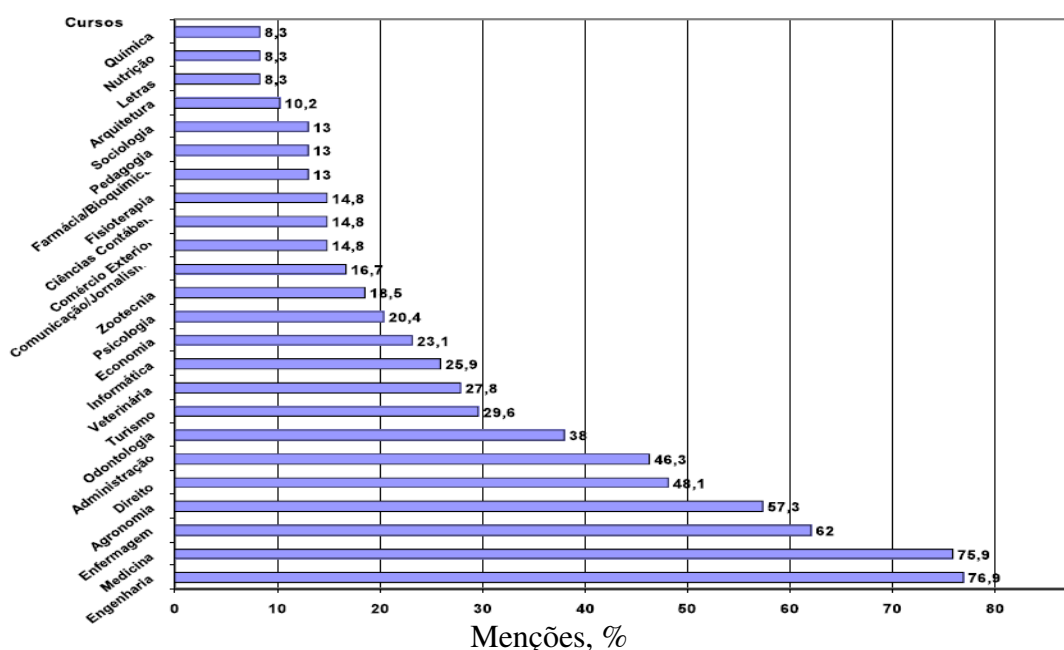
O relacionamento, que implica responsabilidade e compromisso das Instituições Universitárias com a sociedade somente se efetiva por meio da produção e transmissão do saber, já que esta é a essência da Universidade. A sua legitimidade tende a ficar comprometida se não houver uma significativa inclusão dos segmentos que até então estiveram longe do ensino superior, assegurando, a eles, a mesma formação que sempre esteve voltada aos grupos de melhor renda.

A instituição é socialmente responsável quando vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores, e faz isso por acreditar que assim será uma organização melhor e estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

### 3. IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CURSOS

Ao estabelecer como compromisso básico com a comunidade universitária e sociedade a sua função estratégica para o desenvolvimento econômico e social do semiárido, do nordeste e do Brasil, a Univasf deve assegurar aumento significativo da oferta de vagas através da implantação de novos cursos em nível de graduação e pós-graduação, nas modalidades de ensino presencial e de ensino a distância. Na ocasião da fundação da Univasf, foi prospectada a demanda de cursos na região<sup>1</sup>, e são apresentadas na Figura 6.

Diante da demanda da comunidade e do objetivo institucional de ampliar a oferta de vagas e de cursos para consolidação da Universidade, e considerando a viabilidade e a contribuição para o desenvolvimento regional, são elencados os cursos com potencial de serem criados.



**Figura 6.** Prospecção dos cursos para implantação da Univasf, realizado em 2004

<sup>1</sup> Referência do documento preparado pela Associação Brasileira de Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI), intitulado “Demandas para a criação da Universidade Federal do Vale de São Francisco – UNIVASF”.



### 3.1 Cursos de Graduação

Os cursos de ensino a distância (Quadro 2) já possuem estruturação definida e foram criados a partir da adesão da UNIVASF ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PDE – Decreto 6.094/2007) com o objeto de possibilitar a licenciatura aos professores em exercício na educação básica pública. Os cursos serão ofertados em duas categorias:

- 1) Cursos Especiais de Formação Pedagógica – para atender à bacharéis sem licenciatura em efetivo exercício no ensino público estadual e municipal.
- 2) Cursos Regulares de Primeira Licenciatura – ampliação do atendimento pelo sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com destinação de vagas a professores sem graduação em efetivo exercício no ensino público estadual e municipal.

**Quadro 2.** Cursos na modalidade de Ensino a Distância

| <b>Curso</b>    | <b>(2010)<br/>Formação<br/>Pedagógica</b> | <b>(2011)<br/>Primeira<br/>Licenciatura</b> | <b>Pólo</b>            |
|-----------------|---|---|------------------------|
| Artes Visuais   | 40  | 0   | Irecê/BA               |
| Artes Visuais   | 40  | 40  | Ouricuri/PE            |
| Artes Visuais   | 40  | 0   | Remanso/BA             |
| Artes Visuais   | 40  | 40  | Salgueiro/PE           |
| Biologia        | 40  | 40  | Irecê/BA               |
| Biologia        | 40  | 0   | Juazeiro/BA            |
| Biologia        | 40  | 40  | Ouricuri/PE            |
| Biologia        | 40  | 40  | Petrolina/PE           |
| Biologia        | 40  | 40  | Salgueiro/PE           |
| Ciências        | 40  | 40  | Irecê/BA               |
| Ciências        | 0   | 40  | Ouricuri/PE            |
| Ciências        | 0   | 40  | Remanso/BA             |
| Ciências        | 0   | 40  | Salgueiro/PE           |
| Ciências        | 0   | 50  | São Raimundo Nonato/PI |
| Ciências        | 0   | 40  | Senhor do Bonfim/BA    |
| Educação Física | 40  | 0   | Irecê/BA               |
| Educação Física | 40  | 40  | Ouricuri/PE            |
| Educação Física | 40  | 0   | Remanso/BA             |
| Educação Física | 40  | 40  | Salgueiro/PE           |
| Educação Física | 0   | 40  | Senhor do Bonfim/BA    |

|            |    |    |                           |
|------------|----|----|---------------------------|
| Física     | 40 | 40 | Irecê/BA                  |
| Física     | 40 | 40 | Juazeiro/BA               |
| Física     | 40 | 40 | Ouricuri/PE               |
| Física     | 40 | 0  | Petrolina/PE              |
| Física     | 40 | 40 | Salgueiro/PE              |
| Matemática | 40 | 40 | Irecê/BA                  |
| Matemática | 40 | 40 | Juazeiro/BA               |
| Matemática | 40 | 40 | Ouricuri/PE               |
| Matemática | 40 | 0  | Petrolina/PE              |
| Matemática | 40 | 40 | Salgueiro/PE              |
| Matemática | 0  | 40 | Senhor do Bonfim/BA       |
| Pedagogia  | 0  | 40 | Campo Alegre de Lurdes/BA |
| Pedagogia  | 0  | 40 | Petrolina/PE              |
| Química    | 40 | 0  | Irecê/BA                  |
| Química    | 40 | 0  | Juazeiro/BA               |
| Química    | 40 | 40 | Ouricuri/PE               |
| Química    | 40 | 0  | Petrolina/PE              |
| Química    | 40 | 40 | Salgueiro/PE              |

Os cursos na modalidade presencial (Quadro 3) foram sugeridos a partir de demanda interna da comunidade universitária. Estes cursos serão implantados a depender dos recursos financeiros (Univasf e MEC), físico (salas de aula, biblioteca, laboratórios) e humano (pessoal docente e técnico-administrativo). A criação de cada curso deverá preceder a elaboração de um projeto pedagógico para análise do Conselho Universitário (CONUNI), onde deverá ser observado, no mínimo: número de vagas, entrada da turma (anual ou semestral), quadro docente, matriz curricular, turno de funcionamento, proposta pedagógica, relação com outros cursos, relevância para o desenvolvimento regional.

**Quadro 3.** Cursos na Modalidade Presencial

| <b>Curso</b>              | <b>Ano de Implantação</b> | <b>Turno</b> | <b>Campus</b> |
|---------------------------|---------------------------|--------------|---------------|
| Odontologia               | 2012                      | Diurno       | CPS           |
| Matemática (licenciatura) | 2011                      | Noturno      | CJ            |
| Engenharia de Pesca       | 2014                      | Integral     | CCA           |
| Engenharia de Alimentos   | 2014                      | Integral     | CCA           |
| História (licenciatura)   | 2011                      | Noturno      | CJ            |

|  |      |          |      |
|--|------|----------|------|
| História (bacharelado)                   | 2012 | Integral | CSRN |
| Artes Cênicas                            | 2013 | Noturno  | CJ   |
| Artes Visuais (bacharelado)              | 2014 | Noturno  | CJ   |
| Música                                   | 2011 | Noturno  | CJ   |
| Geografia ( bacharelado)                 | 2011 | Noturno  | CJ   |
| Geografia (licenciatura )                | 2011 | Noturno  | CJ   |
| Filosofia (bacharelado )                 | 2011 | Noturno  | CJ   |
| Filosofia (licenciatura )                | 2011 | Noturno  | CJ   |
| Educação do Campo (licenciatura)         | 2011 | Noturno  | CJ   |
| Relações Internacionais<br>(bacharelado) | 2011 | Noturno  | CJ   |
| Ciências Contábeis                       | 2011 | Noturno  | CPS  |
| Direito                                  | 2012 | Noturno  | CPS  |
| Direito                                  | 2012 | Diurno   | CSB  |
| Ciências Econômicas                      | 2013 | Noturno  | CPS  |
| Letras (bacharelado)                     | 2011 | Noturno  | CSRN |
| Letras (licenciatura)                    | 2014 | Noturno  | CPS  |
| Física (licenciatura)                    | 2011 | Noturno  | CJ   |
| Química (licenciatura)                   | 2011 | Noturno  | CJ   |
| Geologia                                 | 2011 | Integral | CSB  |
| Geologia                                 | 2011 | Integral | CSRN |
| Turismo                                  | 2011 | Noturno  | CJ   |
| Turismo                                  | 2011 | Diurno   | CSRN |
| Sistemas de Informação                   | 2014 | Noturno  | CJ   |

### **3.2 Cursos de Pós-Graduação**

A expansão do ensino de pós-graduação deve atender ao desenvolvimento artístico, cultural, social e econômico da região de abrangência da Univasf, sem perder o foco quanto às questões nacionais e internacionais. Os cursos de pós-graduação, na modalidade presencial (Quadro 4), deverão ser implantados a partir do fortalecimento e consolidação dos grupos de pesquisa, articulados com as demandas e vocação da região, respeitando os critérios internos e da legislação federal pertinente em vigência.

**Quadro 4. Cursos de Pós-Graduação Modalidade Presencial**

| <b>Nível</b>                | <b>Curso</b>                                | <b>Ano de Implantação</b> | <b>Campus</b> |
|-----------------------------|---|---------------------------|---------------|
| Especialização              | Desenvolvimento Sócio-Ambiental             | 2011                      | CJ            |
| Especialização              | Arqueologia e Preservação Patrimonial       | 2010                      | CSRN          |
| Mestrado                    | Arqueologia e Preservação Patrimonial       | 2013                      | CSRN          |
| Mestrado                    | Ciências Sociais                            | 2012                      | CJ            |
| Mestrado                    | Ciências da Saúde                           | 2012                      | CPS           |
| Mestrado                    | Biologia Evolutiva                          | 2011                      | CCA           |
| Mestrado                    | Ecologia                                    | 2011                      | CCA           |
| Mestrado Profissionalizante | Engenharia Industrial                       | 2012                      | CJ            |
| Mestrado                    | Engenharia de Sistemas                      | 2011                      | CJ            |
| Mestrado                    | Engenharia Agrícola                         | 2011                      | CJ            |
| Mestrado                    | Biotecnologia                               | 2011                      | Multicampi    |
| Mestrado                    | Agrossistemas e Desenvolvimento Sustentável | 2011                      | CCA           |
| Doutorado                   | Ciência Animal                              | 2011                      | CCA           |
| Doutorado                   | Ciência dos Materiais                       | 2011                      | CJ            |

*CJ–Campus de Juazeiro; CPS–Campus de Petrolina-Sede; CCA–Campus de Ciências Agrárias; CSRN–Campus de São Raimundo Nonato*

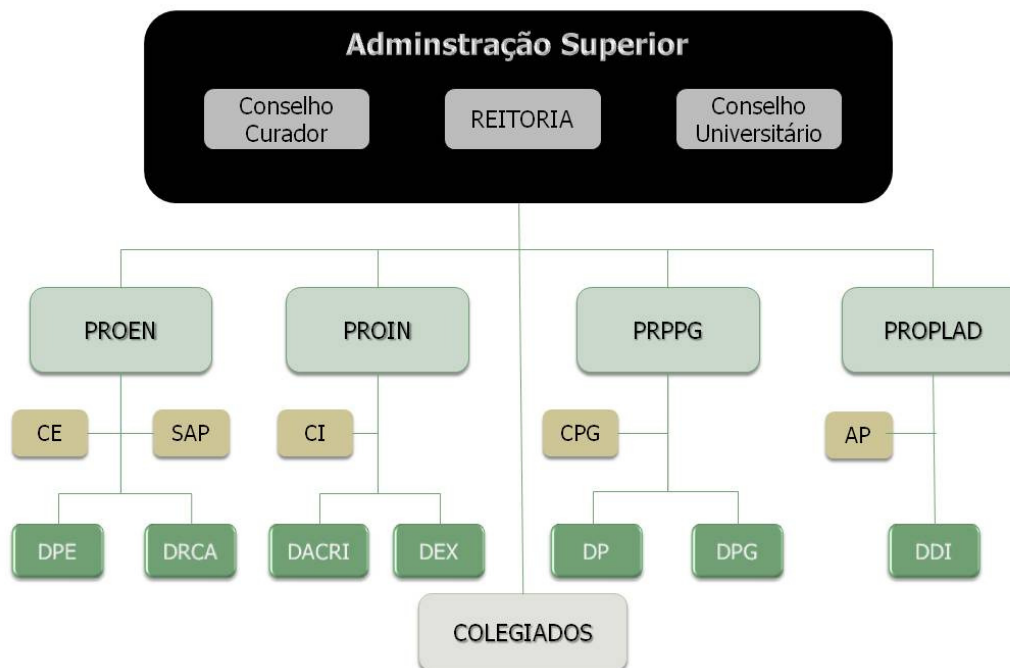
#### **4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

A atual estrutura organizacional-administrativa da Univasf está prevista no Título II de seu Estatuto, aprovado pelo MEC através da Portaria n° 2.337 de 10 de agosto de 2004, e publicado no DOU de 11 de agosto de 2004. Esse diploma normativo, além da organização administrativa, traz em seus dispositivos iniciais (Título I) os princípios, finalidades e objetivos dessa instituição, que vinculam toda a atividade acadêmica e administrativa da Univasf. Conforme o art. 3º desse estatuto, a organização e o funcionamento da Univasf serão disciplinados, primeiramente, pela legislação Federal pertinente - principalmente pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo próprio Estatuto, pelo Regimento Geral e, em caráter complementar e integrativo, por normas auxiliares que devem ser aprovadas pelo Conselho Universitário, em estrita consonância com as normas supracitadas.

Assim, os atos administrativos no âmbito da Universidade, sejam de caráter decisório, sejam de caráter procedimental, ou mesmo de mero expediente, devem se balizar pelas normas Federais que versam sobre educação superior, e pelas demais normas internas já mencionadas. O Estatuto aborda, dentre outras definições, os princípios gerais de funcionamento, a composição básica e a competência dos órgãos deliberativos (colegiados e singulares) e consultivos.

A Univasf traz no seu Estatuto uma proposta inovadora de gestão, sendo a primeira a abolir o sistema de departamentos, adotando um organograma bastante horizontalizado, uma medida prevista na reforma universitária do MEC. Todos os cursos adotam estruturas curriculares flexíveis e interdisciplinares, com o objetivo de valorizar temas e atividades pertinentes ao desenvolvimento da região.

## 4.1 Organograma Institucional



CE–Câmara de Ensino; CI–Câmara de Integração; CPG–Câmara de Pós-Graduação; SAP–Serviço de Apoio Pedagógico; AP–Assessoria de Planejamento; DPE–Diretoria de Planejamento e Ensino; DRCA–Diretoria de Registro e Controle Acadêmico; DACRI–Diretoria de Ação Comunitária e Relações Regionais e Internacionais; DEX–Diretoria de Extensão; DP–Diretoria de Pesquisa; DPG–Diretoria de Pós-Graduação; DDI–Diretoria de Desenvolvimento Institucional

## 4.2 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão

### 1. Administração Superior:

- **Conselho Universitário – CONUNI**

O Conselho Universitário é o órgão superior deliberativo e consultivo em matéria de política universitária e administrativa, financeira e de planejamento, de supervisão de ensino, da pesquisa e da extensão e compor-se-á:

- I. do Reitor, como seu Presidente;
- II. do Vice-Reitor;
- III. dos Coordenadores de Cursos;
- IV. do Pró-Reitor de Planejamento e Administração;
- V. do Pró-Reitor de Ensino;
- VI. do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;
- VII. do Pró-Reitor de Integração;
- VIII. de representantes do corpo técnico-administrativo, eleitos por seus pares;

- IX. de representantes do corpo discente, eleitos por seus pares;
- X. do Reitor imediatamente anterior, desde que tenha exercido integralmente seu mandato;

A Univasf promoverá, por meio de reforma estatutária prevista neste documento, a ampliação da representatividade das categorias técnico-administrativo e discente nos órgãos colegiados, consultivos e deliberativos da Instituição, em percentuais a serem definidos dentro das margens estabelecidas pela LDB.

- **Conselho Curador**

O Conselho de Curadores é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômico-financeira e compor-se-á de:

- I. 3 (três) membros eleitos pelo Conselho Universitário, em votação secreta, dentre docentes em exercício na Univasf;
- II. 1 (um) docente representante do Ministério da Educação;
- III. 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo;
- IV. 1(um) representante do corpo discente;
- V. 2 (dois) representantes da Comunidade, escolhidos, em votação secreta, pelo Conselho Universitário, conforme normas por este estabelecidas.

- **Reitoria**

A Reitoria é o órgão executivo da Administração Superior da Univasf composta pelo Reitor, Vice-Reitor, Gabinete da Reitoria, Secretaria de Gestão e Orçamento (SGO), Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e Prefeitura Universitária (PU).

Compete ao Reitor:

- I. Representar a Univasf em juízo ou fora dele, administrá-la, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;
- II. Convocar e presidir o Conselho Universitário, cabendo-lhe, nas reuniões, além do voto ordinário, o voto de desempate;

- III. Promover a elaboração da proposta orçamentária e do orçamento interno da Univasf, para exame e aprovação dos órgãos competentes;
- IV. Outorgar graus e assinar diplomas conferidos pela Univasf;
- V. Administrar as finanças da Univasf de conformidade com o orçamento;
- VI. Nomear, exonerar, exonerar *ex-officio*, conceder aposentadoria, licenças e afastamentos, efetuar contratação e rescisão de contrato de pessoal contratado por tempo determinado e praticar outros atos, da mesma natureza, na forma prevista em lei;
- VII. Firmar convênios entre a Univasf e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- VIII. Exercer o poder disciplinar na jurisdição de toda a Univasf;
- IX. Dar posse, em sessão do Conselho Universitário, a Coordenador e Subcoordenador de Colegiados;
- X. Propor ao Conselho Universitário a criação ou extinção de órgãos suplementares;
- XI. Submeter ao Conselho de Curadores a prestação de contas anual da Univasf;
- XII. Incluir docentes no regime de dedicação exclusiva, ou, excepcionalmente, no de 40 (quarenta) horas semanais;
- XIII. Fixar a pauta das sessões do Conselho Universitário propondo ou encaminhando assuntos que devam ser apreciados;
- XIV. Vetar deliberação do Conselho Universitário;
- XV. Encaminhar ao Conselho Universitário recursos de professores ou alunos, no prazo de oito dias úteis;
- XVI. Proceder à entrega de prêmios e títulos conferidos pelo Conselho Universitário;
- XVII. Baixar resoluções e portarias decorrentes das decisões do Conselho Universitário;
- XVIII. Desempenhar as demais atribuições inerentes ao cargo de Reitor.



## **2. Pró-Reitorias**

Compete aos Pró-Reitores:

- I. Colaborar com os órgãos da Administração Superior na definição da política da Univasf;
- II. Exercer ação disciplinar na esfera de sua competência, submetendo seus atos à autoridade do Reitor;
- III. Baixar atos normativos tendo em vista o melhor rendimento das atividades na esfera de sua competência;
- IV. Colaborar com os órgãos da Administração Superior, as unidades de ensino, pesquisa e extensão e os Órgãos Suplementares, segundo suas áreas e esferas de competência;
- V. Executar, supervisionar, coordenar e controlar todas as atividades ligadas à administração do pessoal, do material e das finanças, relacionados, respectivamente, com cada uma das Pró-Reitorias;
- VI. Exercer as demais atribuições que lhes forem conferidas

### ***Pró-Reitoria de Ensino***

A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é o órgão auxiliar de direção superior incumbido de planejar, coordenar e controlar todas as atividades de ensino nos cursos de graduação.

São atribuições da PROEN:

- Coordenar a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação;
- Coordenar os processos de Autorização e Reconhecimento dos cursos de graduação;
- Coordenar e apoiar administrativamente as atividades de matrícula de estudantes;
- Registrar a movimentação de alunos da graduação e pós-graduação e expedir diploma dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Auxiliar no planejamento e controle das atividades Acadêmicas;
- Elaborar, anualmente, a proposta de Calendário Acadêmico dos Cursos de Graduação;
- Emitir pareceres técnicos relacionados ao ensino de graduação;

- Expedir documentos relativos à vida acadêmica dos docentes e discentes;
- Elaborar propostas de editais referentes ao Processo Seletivo de ingresso nos cursos de graduação;
- Supervisionar a execução dos programas especiais no âmbito da graduação, tais como PET (Programa Especial de Tutoria), mobilidade acadêmica, tutoria e monitoria acadêmica;

### ***Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação***

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) é o órgão auxiliar de direção superior incumbido de planejar, coordenar e controlar todas as atividades de pós-graduação, pesquisa e capacitação de docentes mantidas pela Universidade.

São atribuições da PRPPG:

- Planejar, coordenar e controlar, em nível de direção superior, os cursos de pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*, incluindo as residências da área da saúde) mantidos pela Universidade;
- Planejar, coordenar e avaliar, em nível de direção superior, a política de pesquisa da Universidade e as atividades a ela atinentes;
- Planejar, coordenar e controlar, em nível de direção superior, a política de capacitação de docentes da Universidade e as atividades a ela atinentes;
- Assessorar a Administração superior e demais órgãos deliberativos da Universidade em assuntos relacionados à pesquisa, à capacitação de docentes, à pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*;
- Expedir, para cumprimento pelos órgãos da administração setorial, normas e instruções, de natureza regulamentar, destinadas a assegurar a normalidade e o melhor desempenho das atividades no âmbito do ensino de pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*), da pesquisa e da capacitação de docentes, e a complementar e fazer cumprir as deliberações do CONUNI e do Reitor;

- Autorizar a expedição e registro de diplomas de pós-graduação e certificados de cursos de especialização, aperfeiçoamento e de residências da área da saúde;

### ***Pró-Reitoria de Planejamento e Administração***

A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD) é o órgão auxiliar da Administração superior incumbido de funções específicas e delegada pelo Reitor nas áreas de planejamento estratégico, administração contábil e financeira, material, patrimônio e atividades auxiliares.

Compete à PROPLAD coordenar as atividades de planejamento global e setorial da Universidade, compreendendo: a) planejamento orçamentário; b) modernização administrativa; c) planejamento de infraestrutura e insumo para atendimento da demanda acadêmica; d) controle e avaliação de plano, programa e projetos de infraestrutura e e) sistematização das informações administrativas.

São atribuições da PROPLAD:

- Baixar instruções, ordens de serviço e outras providências sobre os assuntos do âmbito da Pró-Reitoria;
- Executar a programação financeira da Universidade tendo em vista os compromissos e os recursos repassados pelo Ministério da Educação, de convênios e contratos, bem como de outras agências financiadoras nacionais e estrangeiras;
- Autorizar a prestação de serviços extraordinários por parte do pessoal técnico-administrativo, observadas as limitações impostas pela legislação e as disponibilidades orçamentárias e financeiras;
- Assinar os empenhos e autorizar pagamentos das folhas mensais dos servidores da Universidade;

### ***Pró-Reitoria de Integração aos Setores Comunitários e Produtivos***

A Pró-Reitoria de Integração aos Setores Comunitários e Produtivos (PROIN) é o órgão auxiliar da Administração superior incumbido de planejar, coordenar e controlar todas as atividades de extensão, assistência estudantil, de intercâmbio interinstitucional no âmbito da Univasf.

São atribuições da PROIN:

- Promover atividades de assistência social, alimentar, habitacional e desportiva do corpo discente da universidade;
- Proporcionar ao estudante complementação educacional e prática profissional mediante sua efetiva participação no desenvolvimento dos programas e planos de trabalho no campo de estágio;
- Promover o acesso dos estudantes ao mercado de trabalho, permitindo o conhecimento antecipado da realidade de sua profissão;
- Planejar, superintender e coordenar as atividades de extensão na Universidade;
- Promover a integração da Universidade com os setores produtivos e comunitários;
- Acompanhar o cumprimento, junto às unidades universitárias, das decisões da administração superior referentes à vida estudantil e atividades extensionistas;
- Promover cursos e eventos e expedir certificados no âmbito da Universidade;
- Gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinem a execução de suas atividades;
- Coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos que constituem a sua estrutura;
- Baixar instruções, portarias e demais atos necessários ao fiel desempenho das atribuições que lhe são outorgadas;

Discute-se na Instituição a possibilidade de desmembramento da política estudantil desta Pró-Reitoria, de forma que haja maior centralização e desenvolvimento das atividades de extensão.

### **3. Colegiados acadêmicos**

O Colegiado acadêmico é o órgão deliberativo de base em matéria administrativa, didático-curricular, disciplinar e congregará docentes para objetivos comuns de ensino e da formulação de atividades multidisciplinares dos núcleos temáticos, observando as diretrizes do CONUNI.

São atribuições dos Colegiados:

- Coordenar e supervisionar o funcionamento do curso;
- Elaborar e atualizar Projeto Pedagógico do respectivo curso;
- Estabelecer o elenco de disciplinas a ser oferecido aos alunos do curso, em cada período letivo;
- Decidir sobre aproveitamento e equivalência de estudos;
- Verificar demanda de vagas para oferta no período subsequente;
- Estabelecer mecanismos de orientação acadêmica aos estudantes do curso;
- Supervisionar o processo de efetivação da matrícula;
- Apreciar os recursos e representações, em primeira instância, dos alunos e docentes;
- Monitorar e opinar sobre infrações disciplinares estudantis e encaminhá-las, em caso de ocorrência, à PROEN;
- Opinar sobre a estrutura física e recursos materiais do curso;

Esta instância administrativa é composta por todos os docentes lotados no respectivo Colegiado e por um representante discente. Os Colegiados congregam docentes de diversas formações e áreas, de forma que estes não sejam exclusivos de determinado curso. Neste sentido, estes docentes podem atuar em vários cursos de graduação da Instituição, de forma a otimizar a utilização de seus recursos humanos.

Atualmente, a Univasf possui 21 colegiados, distribuídos em cinco *campi* conforme quadro abaixo.

| <b>Campus</b>                     | <b>Cursos</b>  |
|-----------------------------------|--|
| Petrolina, PE (Sede)              | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração</li> <li>• Educação Física</li> <li>• Ciências Farmacêuticas</li> <li>• Enfermagem</li> <li>• Medicina</li> <li>• Psicologia</li> </ul>   |
| Petrolina, PE (Ciências Agrárias) | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciências Biológicas</li> <li>• Engenharia Agrônômica</li> <li>• Medicina Veterinária</li> <li>• Zootecnia</li> </ul>  |
| Juazeiro, BA                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Artes Visuais</li> <li>• Ciências Sociais</li> <li>• Engenharia Agrícola e Ambiental</li> <li>• Engenharia Civil</li> <li>• Engenharia da Computação</li> <li>• Engenharia de Produção</li> <li>• Engenharia Elétrica</li> <li>• Engenharia Mecânica</li> </ul> |
| Senhor do Bonfim, BA              | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciências da Natureza</li> </ul>   |
| São Raimundo Nonato, PI           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Arqueologia e Preservação Patrimonial</li> <li>• Ciências da Natureza</li> </ul>  |

### **Órgãos Suplementares**

- Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI)
- Coordenação Geral do REUNI
- Comissão Própria de Avaliação (CPA)
- Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)
- Assessoria de Comunicação (ASCOM)
- Ouvidoria
- Controladoria Interna (CI)
- Procuradoria Jurídica (PROJUR)
- Centro de Estudos e Pesquisa em Psicologia (CEPPSI)
- Hospital Veterinário
- Policlínica
- Núcleos e Institutos de Pesquisa e Extensão, criados por resoluções do CONUNI

### **4.3 Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional**

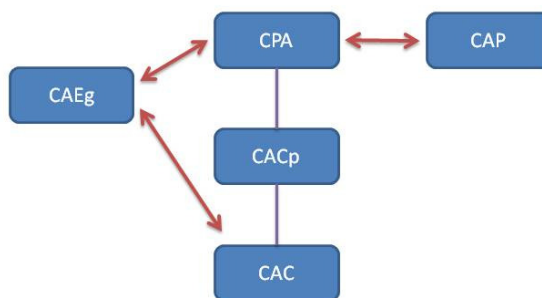
Entende-se por Avaliação Institucional na Univasf o processo de atribuição de significados por toda a comunidade universitária e membros da comunidade externa, a um conjunto de dados/informações coletados de forma sistemática e ampla, sobre os aspectos que determinam a finalidade da sua existência.

Este processo deverá ser de caráter contínuo de análise e compreensão de dados sobre a realidade da Instituição e pretende fornecer uma visão global da mesma, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, visando facilitar o redimensionamento da política e dos projetos para a Universidade, na perspectiva da melhoria da qualidade dos seus serviços em resposta às demandas da sociedade. Assim, o processo de avaliação institucional busca atender à tripla exigência de ser: a) um processo contínuo de aperfeiçoamento; b) uma ferramenta para planejamento da gestão universitária e c) um sistema de prestação de contas à sociedade, em atendimento à Lei 10.861/2004.

É através da avaliação que todos os envolvidos no processo educacional poderão explicar o que está ocorrendo, apropriar-se da situação reconhecendo a diversidade e a complexidade do problema educacional e referenciando o aperfeiçoamento constante dos sistemas e das práticas educacionais.

Um dos grandes desafios das instituições públicas de ensino é organizar e sistematizar os processos de avaliação. No entanto, este processo é imprescindível para o amadurecimento e desenvolvimento institucional, visto que os resultados advindos desta avaliação permitem uma reflexão sobre o impacto das atividades realizadas na instituição e sua contribuição efetiva para o desenvolvimento regional.

#### **4.3.1 Metodologia**



Atualmente, as comissões de avaliação que constituem o organograma da Univasf são: Comissão de Avaliação do Colegiado (CAC) e Comissão Própria de Avaliação (CPA). Posteriormente, deverá ser implantada a Comissão de Avaliação do Campus (CACp), a Comissão de Avaliação de Egresso (CAEg) e a Comissão de Avaliação do PDI (CAP).

A CAC é constituída pelo coordenador e subcoordenador do colegiado, um representante de ensino, um representante da pesquisa, um representante da extensão, um representante discente, um representante externo da comunidade científica e um representante externo da comunidade extensionista. Compete à CAC avaliar periodicamente a atuação do Colegiado nas diversas atividades, abrangendo o ensino, pesquisa, extensão e gestão. Esta avaliação deverá ser feita *in situ* e por questionários, considerando ainda, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), nos quais estão contempladas as avaliações do curso, dos discentes, dos docentes e dos egressos.

Ao final de cada ano fiscal, as CAC de cada campus deverão elaborar um relatório dos indicadores das atividades (ensino, pesquisa, extensão e gestão), das demandas e adequações por infraestrutura, pessoal docente e técnico-administrativo.

A CACp será constituída por um representante de cada CAC que será responsável pela consolidação dos relatórios de cada colegiado. O relatório da CACp será encaminhado à CPA subsidiando a avaliação institucional. A CACp deverá ao final de cada ano apresentar por meio de audiência pública os seguintes tópicos: 1) apresentação do campus (infraestrutura e pessoal); 2) indicadores do ensino (número de discentes, de evasão, de formados); 3) indicadores de pesquisa (produção científica, captação de recursos, participação de projetos, produtos e patentes); 4) indicadores de extensão (programa, projeto e eventos); 5) discussão com a comunidade externa e interna, visando articulação entre os setores e adequação de parte da oferta de serviços aos anseios da sociedade.

A CAEg será constituída por representantes indicados pela CPA e terá como objetivo acompanhar e avaliar a situação dos egressos da instituição, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação. As análises da CAEg serão baseadas em questionários que subsidiarão melhorias nos PPCs dos cursos e nos próximos PDI.



A instituição implementou a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em 2005, atualmente composta pelo presidente, representante dos docentes na categoria ensino, representante dos docentes na categoria membro de projetos de integração, representante dos docentes na categoria integrante de grupo de pesquisa institucional, representante dos técnicos administrativos, representante discente, representante da comunidade externa, representante da comunidade científica.

A CPA tem por finalidade a condução dos processos de avaliação de todos os aspectos e dimensões da atuação institucional da UNIVASF, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004, publicada no DOU de 15/04/2004, particularmente no seu Art. 3º. A CPA/UNIVASF é designada por Ato Executivo do Reitor e deve atuar em estreita relação com as pró-reitorias e segundo as disposições de seu Regimento Interno, que por sua vez baseia-se especialmente na Lei nº 10.861/2004, nos atos ministeriais que regulamentam o SINAES e nos atos da Reitoria que regulamentam a avaliação institucional na UNIVASF.

Além das comissões de avaliação descritas acima, a instituição deverá constituir uma comissão específica de acompanhamento e avaliação anual do PDI, a CAP. A CAP deverá apresentar anualmente dentre as metas propostas as que foram alcançadas e as que não foram atingidas acompanhadas de suas respectivas justificativas, subsidiando o planejamento da gestão institucional. Esta apresentação deverá ser realizada em forma de audiência pública, visando a participação da comunidade e sua contribuição para o planejamento institucional.

#### *4.3.2 Dimensões*

A avaliação ocorrerá em três níveis: no Colegiado, no Campus e na Instituição, devendo estas informações ser organizadas e interpretadas levando em consideração a percepção dentro de cada nível.

A avaliação será dimensionada com a comunidade interna e externa. A comunidade interna é formada por docentes, técnicos-administrativos, discentes e terceirizados, enquanto que a comunidade externa deverá abranger representantes da sociedade civil organizada, organizações

governamentais e não governamentais, de ensino, pesquisa e extensão. Estas organizações deverão representar os seguintes segmentos: inclusão social, desenvolvimento econômico e social, meio ambiente e arte-cultura.

Avaliação do acompanhamento do desenvolvimento institucional deverá abranger as instâncias de Gestão, Infraestrutura e Planejamento, Ensino, Pesquisa e Extensão.

#### **- Atividades de Gestão**

A finalidade educativa da Univasf requer um processo avaliativo que parta dos planos de gestão e/ou metas existente buscando perceber os alcances dos objetivos propostos e a coerência dos mesmos com o Plano de Desenvolvimento Institucional e a estrutura organizacional da Universidade. Assim, ao conhecer os seus princípios, a Universidade abre-se para que o conhecimento mobilizado no âmbito da gestão alcance as pessoas que compõem a instituição de modo que os objetivos definidos possam direcionar ações, projetos e programas que foquem o hoje e vislumbrem o amanhã.

Avaliar a gestão da Universidade passa necessariamente pela análise e acompanhamento das atribuições dos seus órgãos colegiados onde o funcionamento e a composição dos mesmos são indicadores de eficiência e qualidade institucional.

Outro indicador da proficuidade das ações institucionais está relacionado às estratégias de gestão que possibilitem a antecipação aos problemas e, conseqüentemente, apontem soluções eficazes para os mesmo. Importante também destacar a necessidade de se avaliar as questões relacionadas à forma de participação no modelo de gestão e o processo de comunicação e circulação das informações relativas à instituição.

Caberá à CPA da Univasf estabelecer os indicadores, os parâmetros de avaliação, realizar a tabulação dos dados, bem como a divulgação dos mesmos, referentes à gestão, pois dentre as competências da CPA está “definir os instrumentos a serem utilizados para a avaliação de cada dimensão ou aspecto da atuação Institucional da Univasf, de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos ministeriais de avaliação do ensino superior”

## **- Infraestrutura e Planejamento**

Sendo a PROPLAD responsável por coordenar e supervisionar todas as atividades de planejamento das demandas de infraestrutura, de materiais e de recursos humanos da Univasf, torna-se imprescindível que se submeta a um processo de avaliação que analise os atos realizados e aponte ações futuras.

Alguns apontamentos ligados à infraestrutura e ao planejamento estão relacionados à capacidade da PROPLAD e Secretaria de Gestão e Orçamento (SGO) em atuar junto às demais Pró-Reitorias, aos setores acadêmicos e administrativos da universidade, de modo a prospectar as demandas e conduzir as ações de planejamento da instituição. Assim, o presente Plano de Desenvolvimento Institucional propõe à Comissão Própria de Avaliação (CPA) indicadores para que se avalie:

- A capacidade de assessorar a Reitoria na identificação e condução das atividades de planejamento e administração da universidade;
- A capacidade gerencial do orçamento, da distribuição e aplicação dos recursos;
- As ações relacionadas à política de aperfeiçoamento de pessoal da instituição;
- As condições operacionais da Universidade, sobretudo no que tange à sua produtividade, aos custos de operação, ao dimensionamento econômico; aos financiamentos e ao plano de expansão;
- A utilização dos recursos humanos e materiais;
- A distribuição de recursos em conformidade com os fins legais e programáticos de ensino, pesquisa e extensão conforme estabelecido pela Universidade;
- A capacidade de a PROPLAD e SGO colaborarem para a definição da Proposta Orçamentária da Instituição por meio dos orçamentos anuais e plurianuais, bem como, na utilização de outros instrumentos de controle orçamentários interno;

## **- Atividades de Pesquisa**

As atividades de pesquisa serão mensuradas por meio dos indicadores de formação de recursos humanos (iniciação científica, mestrado e doutorado), produção científica, captação de recursos por meio de projetos de pesquisa, produtos e patentes.

## **- Atividades de Extensão**

A avaliação das atividades de Extensão requer a realização de um diagnóstico das ações desenvolvidas e os alcances das intervenções objetivadas, colaborando para identificação dos problemas relativos às mesmas, permitindo a definição de prioridades e metas para que a tríade acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) simultaneamente se fortaleça.

A avaliação das atividades de extensão deverá abranger minimamente as demandas do Sistema de Informação de Extensão – SIEEX, vinculado ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.

## **- Atividades de Ensino**

### **1) Avaliação dos Cursos**

Os cursos de graduação da Univasf estarão submetidos a dois processos avaliativos, um externo e outro interno. O primeiro é realizado pelo MEC e cumpre as exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, Lei 10.861/04). Esta avaliação é periódica e procura garantir as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96). Dentre os instrumentos complementares do SINAES destaca-se o **Enade** e a **Avaliação dos cursos de graduação**. Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a operacionalização é de responsabilidade do INEP.

As informações obtidas com o SINAES são utilizadas pelas IES, para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes,

instituições acadêmicas e sociedade em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

A avaliação interna na Univasf é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), e tem caráter formativo, esforçando-se para implementar uma cultura avaliativa que gere a tomada de consciência quanto aos fins acadêmicos e sociais. São aspectos levados em consideração para a sua realização: programa de avaliação de disciplinas, questionário à comunidade usuária, avaliação discente, avaliação docente, avaliação do servidor técnico-administrativo, avaliação da gestão administrativa e avaliação da infraestrutura. Estes aspectos estão relacionados às seguintes dimensões: ensino, pesquisa, extensão, gestão e infraestrutura.

Adotando os mesmos critérios institucionais, a autoavaliação dos cursos busca estrategicamente, a efetivação de uma gestão democrática, a promoção de uma melhor qualidade de ensino e o estabelecimento de relações de trabalho eficientes e salutares. A consulta à comunidade universitária proverá um diagnóstico da situação atual permitindo o desenvolvimento acadêmico e a verificação de metas estabelecidas pelos PPCs. A avaliação dos PPCs deve ser uma ferramenta que contribua para melhorar e inovar as práticas aplicadas, refletindo-se no próprio projeto pedagógico e promovendo a sua atualização contínua.

A avaliação institucional busca construir meios de identificação e correção dos problemas institucionais, tais como: a ineficiência e a letargia nas atividades administrativas; a baixa qualidade no ensino; não adequação da estrutura física permanente e dos recursos físicos; conflito nas relações de trabalho. A avaliação deve ser vista como um instrumento de construção e não de punição.

Os cursos de pós-graduação são avaliados internamente de modo similar aos da graduação. A avaliação externa da pós-graduação *stricto sensu* é realizada pela Capes, por meio dos relatórios anuais enviados pelos programas, sendo seu conceito emitido trienalmente. No caso das residências, a avaliação externa é feita por comissões estaduais e nacionais.

## **2) Avaliação do Corpo docente**

A partir da compreensão de que são os docentes que, em última instância, tornam concreto o projeto educativo da instituição e também o do curso, é necessário definir o perfil docente almejado a fim de que os objetivos do curso, guiados pelo perfil do egresso, possam se concretizar por ações, concepções, posturas e escolhas de ordem técnica, pedagógica, política e ética, realizadas pelos docentes que estejam vinculados ao curso.

Os argumentos apresentados provocam a corresponsabilização (especialmente entre os docentes, a coordenação do curso e a instituição) na formação profissional dos egressos do curso. Compartilhando posturas, concepções e objetivos educativos, estarão estes envolvidos em um processo único no qual a formação profissional e cidadã são a tônica. Daí decorre a definição de um perfil pedagógico desejável para o corpo docente dos cursos da Univasf, que deve abranger:

- a) Comprometimento ético com a profissão e com a docência;
- b) Disponibilidade para desenvolver trabalhos em equipes, preferencialmente multidisciplinares, compreendendo as relações entre a sua disciplina e outras do curso e de áreas afins;
- c) Domínio teórico e técnico da área com a qual vai atuar no curso;
- d) Ampla e crítica compreensão dos métodos que produziram o conhecimento que é objeto de sua área de atuação, de modo a introduzir o estudante nos fundamentos e métodos que produziram e produzem a ciência;
- e) Em se tratando de docentes das disciplinas profissionalizantes do curso, além da formação acadêmica necessária, é valorizada a vinculação com o mercado de trabalho;
- f) Estar preparado para trabalhar o conhecimento científico com os estudantes em formação e influenciá-los positivamente pela cultura, ética e cidadania, incentivando o trabalho em equipe nas experiências em projetos e atividades extraclasse;
- g) Ser ético e sentir-se responsabilizado socialmente;
- h) Possuir uma visão generalista da área que possibilite o diálogo com professores/disciplinas;
- i) Apresentar formação acadêmica necessária para o exercício da docência no ensino superior, preferencialmente em nível de mestrado ou doutorado;

- j) Desenvolver no Curso não apenas atividades de ensino, mas vincular-se à programas e/ou projetos de pesquisa e extensão;
- k) Disponibilidade para o aprender contínuo, pela capacitação e atualização profissionais continuadas;
- l) Possuir habilidades didático-pedagógicas e relacionais como comunicabilidade, liderança, tolerância e apreço pela diversidade.

Cabe destacar que o corpo docente da Univasf deverá ser pedagogicamente aperfeiçoado por seminários, cursos de curta duração, reuniões semanais nas equipes didáticas e outras atividades, para adquirirem uma filosofia de educação que oriente sua prática docente e seu comportamento na sala de aula.

Para a formação de um bom profissional não basta somente ter a percepção de mudanças curriculares, é necessário também que se vislumbre um processo de gerenciamento dos currículos, sendo, ainda, imprescindível que se pense nas mudanças de postura pedagógica dos docentes nas universidades.

A avaliação será realizada pelos discentes, orientados de programas institucionais (monitoria, tutoria e iniciação científica) e acompanhada pela própria CAC do curso.

A avaliação dos docentes pelos discentes, longe de se instituir uma ferramenta que transforma o ensino em processo de clientelismo, no sentido do aluno ser uma espécie de cliente e que precisa estar satisfeito com o produto comprado (ensino), visa avaliar a complexidade do processo de aprendizagem que envolve os múltiplos atores na dinâmica que compõe a Universidade.

Não contemplar a perspectiva do discente avaliando o docente, significa não ampliar a possibilidade de conhecer os potenciais, os limites, os acertos e as dificuldades envolvidos no próprio processo. Para facilitar esse tipo de avaliação, alguns instrumentos estão sendo experimentados por parte dos professores e da coordenação dos cursos ao final de cada semestre letivo. Além desses instrumentos, os professores vêm também mantendo uma prática de avaliar, juntamente com os alunos, o processo vivido nas respectivas disciplinas.

Esse mecanismo integrado de avaliação visa à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão dos docentes, visto que os resultados da pesquisa podem subsidiar estratégias para dirimir os entraves e planejar ações.

### **3) Avaliação do Corpo docente**

A avaliação do docente ocorre interna e externamente, entende-se por avaliação interna aquela realizada pelo docente averiguando o processo de aprendizagem, e por avaliação externa àquela realizada pelo ENADE. A avaliação fornece dados ao professor para repensar e melhorar sua ação didática, visando aperfeiçoar o processo de aprendizagem.

Além desse aspecto diagnóstico, a avaliação será trabalhada na perspectiva formativa. Isso significa que a avaliação será encarada como um processo contínuo, em que os sujeitos implicados terão oportunidade de reconhecer seus potenciais e atuar nesses níveis, visando o desenvolvimento integral de suas capacidades.

O ENADE será um instrumento aliado, que se somará ao processo de avaliação docente no sentido de nortear as aprendizagens dos alunos, possibilitando, inclusive, possíveis ajustes no processo de aprendizagem.

Em geral, os docentes dos cursos da Univasf avaliam as seguintes características do docente: domínio dos conteúdos de formação básica; habilidades instrumental e profissional; raciocínio lógico, crítico e analítico; competência para atuar em equipes interdisciplinares; comunicação interpessoal; resolução de problemas e de desafios com flexibilidade e adaptabilidade; incorporação de estratégias; responsabilidade social, ética e justiça social.

As formas de avaliação dos docentes se darão por meio de provas objetivas e discursivas (parciais e globais), seminários, trabalhos em grupo e relatórios de atividades, realizadas de forma a avaliar o processo de aprendizagem, culminando com os critérios determinados pelo Regimento Geral de Funcionamento do Ensino de Graduação da Univasf.



#### **4) Avaliação do corpo técnico-administrativo**

Esta avaliação será desenvolvida pela CPA visando aferir o desempenho das funções inerentes ao cargo de técnico-administrativo, de forma a subsidiar metas para melhoria dos indicadores institucionais.

#### **5) Avaliação dos Egressos**

Os egressos da Univasf poderão participar, juntamente com os estudantes, professores e profissionais da sua área, do processo de aprimoramento do curso. A Univasf deverá manter um banco de informações sobre o profissional, de modo a mapear a sua trajetória pelo menos até cinco anos após a sua formatura. Desse modo, a Univasf enviará, anualmente, um questionário sobre a evolução do profissional e sobre os modos de enfrentamento das situações cotidianas referentes às atuações profissionais e resultantes da articulação entre teoria e prática. Os resultados dessa pesquisa deverão subsidiar as reformulações dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Univasf.

#### *4.3.3 Instrumentos utilizados no processo de autoavaliação*

Questionários são aplicados pela CPA e pelas CACs, sendo a dimensão avaliada por cada comissão distinta. A CPA buscará avaliar a gestão, infraestrutura, pessoal docente e técnico-administrativo e o projeto pedagógico do curso, enquanto a CAC avaliará de forma mais detalhada e abrangente os aspectos relacionados ao curso. Além disso, a CAC irá avaliar *in loco* a infraestrutura disponível.

Para avaliação dos egressos a instituição, por meio da CAEg, criará um questionário *online*, no qual o egresso informará aspectos relacionados a articulação entre sua formação acadêmica e seu desempenho profissional. Este acompanhamento será tabulado em dois momentos, após dois e cinco anos da sua formatura.

Os questionários serão utilizados para a elaboração dos relatórios de cada comissão (CAC, CACp, CPA e CAEg). No caso da CAP seu acompanhamento será feito com base nos indicadores de cada meta proposta no PDI.

Os questionários estruturados para cada categoria de análise (professores, instituição, acadêmicos, cursos, técnicos administrativos entre outros), buscam a coleta de informação e opinião sobre a multiplicidade de aspectos da

Universidade, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura e gestão.

#### *4.3.4 Formas e utilização dos resultados das avaliações*

O processo de autoavaliação e avaliação externa tem caráter estratégico de verificar os tipos de relação na comunidade universitária visando identificar os pontos positivos e negativos, ou seja, forças e fraquezas com o intuito de melhorar e aperfeiçoar aspectos, tais como: conflito institucional, relação ensino-aprendizagem e consciência pedagógica, na perspectiva de: a) Manter o princípio de respeito à diversidade; b) Diagnosticar a atual situação da UNIVASF nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão; c) Subsidiar a definição de políticas de desenvolvimento institucional; d) Criar a cultura de avaliação, que pressuponha a autoavaliação e a avaliação externa como instrumentos de busca de qualidade; e) Estimular a inter-relação das tarefas acadêmicas de modo a contemplar as dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão; f) Analisar as informações obtidas, redigir relatórios parciais e finais e divulgar os resultados, culminando com um balanço crítico dos resultados.

A avaliação em todas as instâncias deverá prever uma sistemática de trabalho com vistas à realização de sua avaliação interna de forma continuada, reavaliando suas metas, indicadores e estratégias, como processo de reflexão permanente sobre as experiências vivenciadas, os conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional.

Tal avaliação deverá levantar a coerência interna entre os elementos constituintes dos Projetos Pedagógicos do Curso, Plano Desenvolvimento Institucional e a pertinência do desempenho da Instituição e os impactos advindos da sua atuação para o desenvolvimento regional.

A participação da comunidade é de extrema importância para readequação e também para servir de retroalimentação do processo, para fundamentar tomadas de decisões institucionais que permitam a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

Todo processo de avaliação implica, a partir de objetivos pré-estabelecidos, a mensuração dos resultados obtidos, em função dos meios disponibilizados.

Deste modo, variáveis como qualificação, titulação, regime de trabalho, infraestrutura de pesquisa, biblioteca etc., que são de responsabilidade das IES e de seus mantenedores, devem ser também referenciais para todo e qualquer processo de avaliação.

A partir dos relatórios gerados em cada comissão e do resultado das audiências públicas, a CPA encaminhará a cada instância da universidade, responsável por cada aspecto avaliado, as recomendações pertinentes, visando à adequação e melhoria da instituição.

#### ***4.4 Políticas de Atendimento aos Discentes***

Para que se cumpra o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência para todo e qualquer estudante nas instituições de ensino superior, é necessário que se tome como prioridade a assistência acadêmica, concebida como direito e como política de inclusão social dos diferentes segmentos da população, operando, pois, com o horizonte de universalidade da cidadania. Considera-se, pois, a assistência acadêmica como o direito de todo estudante de ter condições de permanecer na Universidade, independentemente de sua condição física ou financeira, e ser tratado com igualdade, respeitando-se as diferenças, e possibilitando a todos uma formação universitária consistente e compatível com as atuais exigências da sociedade.

Em relação aos alunos com deficiência, a Univasf, por meio do Núcleo “Univasf e Diversidade”, promove cursos de capacitação em Libras, Braille e Acessibilidade ao corpo docente e técnico-administrativo, de forma a se preparar para a inclusão destes alunos.

A Univasf pauta sua Política de Atendimento Estudantil, visando promover o acesso e a permanência de todos os discentes no Ensino Superior, independentemente de sua condição física ou socioeconômica. Assegurando, a todos os discentes, igualdade de condições para o exercício da atividade acadêmica. Os discentes serão estimulados a formação integral, incentivando a participação em atividades científicas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer, buscando garantir e ampliar os direitos sociais relativos ao acesso e a permanência dos discentes de baixa renda na graduação através de

programas de assistência estudantil. A política de atendimento aos discentes é pautada nos quatro itens descritos a seguir:

1. Formas de acesso e programas de apoio pedagógico e financeiro
2. Estímulos à permanência
3. Organização Estudantil e espaço para participação e convivência
4. Acompanhamento dos egressos.

#### *4.4.1 Formas de Acesso, Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro*

##### *Formas de acesso*

A Univasf aderiu ao processo de seleção para ingresso no ensino superior proposto pelo MEC, utilizando o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como fase única para todos os cursos. O CONUNI também decidiu pela adoção de política afirmativa, reservando 50 % (cinquenta por cento) das vagas dos cursos de Graduação para candidatos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas.

A Univasf, em atenção à necessidade de preenchimento de possíveis vagas remanescentes ou ociosas, que por motivos diversos possam vir a existir, e em detrimento das demandas advindas de toda a sociedade, possibilita o ingresso de estudantes que já possuam vínculo em curso superior ou já são graduados, através de outras modalidades de acesso. As vagas serão preenchidas por intermédio de edital próprio que permitirá ingresso pelas seguintes modalidades: reopção de curso, transferência externa, reintegração e portador de diploma de curso de graduação reconhecido pelo MEC.

##### *Programa de apoio pedagógico*

O Serviço de Apoio Pedagógico (SAP) é um instrumento de assessoria ao corpo docente e discente da instituição, no tocante às dificuldades e problemas vivenciados pela comunidade acadêmica, principalmente com relação aos aspectos pedagógicos (relação professor-aluno, dificuldades de aprendizagem, prática educativa), visando contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos pela Univasf.

Além do apoio pedagógico prestado pelos docentes durante o desenvolvimento das atividades didático-pedagógica das disciplinas, o SAP tem como objetivo minimizar a evasão e otimizar o aproveitamento acadêmico

por meio do acompanhamento da vida acadêmica dos alunos. O SAP busca desenvolver uma gestão participativa, considerando as contribuições dos profissionais e pessoas envolvidas e integrando-as no planejamento de ações que contribuam para a oferta de um ensino de qualidade.

Entre as ações do SAP destacam-se: Recepção dos Calouros; Concurso Interno de Trote; Organização e realização de Encontros Pedagógicos; Assessoria ao Núcleo Temático; Apoio à realização dos Seminários de Inclusão Social; Realização de pesquisa sobre a atuação do SAP junto ao corpo docente; Formação continuada: temas propostos pelos colegiados; Ambiente virtual do SAP; Pesquisa sobre as atividades acadêmicas junto à comunidade estudantil; Apoio à realização de Feiras das Profissões.

#### *Programa de bolsas de estudo e apoio financeiro*

Atualmente, a Univasf oferece juntamente com os demais órgãos de fomento, bolsas de estudo e auxílio alimentação. Os programas e respectivos números de bolsas de estudo por agência são listados:

- Programa Institucional de Bolsas de Integração (PIBIN) – 30 bolsas (Univasf)
- Conexões de Saberes – 23 bolsas (Univasf)
- Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA) – 6 bolsas (FACEPE)
- Auxílio Alimentação – 569 discentes contemplados (PNAE/MEC)
- Monitoria – 30 bolsas (Univasf)
- Tutoria – 10 bolsas (Univasf)
- Iniciação Científica – 115 bolsas (70 CNPq, 20 FAPESB e 25 Univasf)
- Pós-graduação – 33 bolsas (11 Capes, 17 FACEPE, 04 FAPESB e 1 CNPq)

Ressalta-se que a concessão destas bolsas é feita por meio de Editais específicos, nos quais um dos quesitos considerados é o rendimento acadêmico dos alunos.

#### *4.4.2 Estímulos à permanência*

A educação, em todos os seus níveis e modalidades, deve ser encarada como referencial permanente de formação geral que encerra como objetivo primordial o desenvolvimento do ser humano formado por valores éticos, sociais e políticos, de maneira a preservar a sua dignidade e desenvolver ações junto à sociedade com base nos mesmos valores. As especificidades da

formação do sujeito requerem ações práticas que levem a um nivelamento acadêmico, possibilitando a permanência da comunidade discente, buscando minimizar a evasão escolar.

Uma política de assistência que vise promover o acesso e a permanência de todos os estudantes na Universidade, independentemente de sua condição física ou socioeconômica, deve assegurar: igualdade de condições para o exercício da atividade acadêmica; formação integral, garantindo a participação em atividades científicas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer; inclusão digital; acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras; acesso à saúde, moradia, alimentação, transporte e creche. Além disso, deve assegurar ao estudante portador de necessidades especiais as condições básicas para seu pleno desenvolvimento acadêmico.

Diversas são as dificuldades encontradas por jovens que chegam à Universidade: lacunas na formação do ensino médio e fundamental, alimentação, moradia, transporte, necessidade de trabalhar para garantir as condições mínimas de sobrevivência, entre outros, configurando-se muitas vezes em motivo de retenção e mesmo evasão dos cursos de nível superior, gerando, por conseqüência, vagas ociosas nas Universidades Federais.

É fundamental que uma Universidade democrática proporcione condições para o estudante dar continuidade ao seu curso e concluí-lo no menor tempo possível, não permitindo que as desigualdades socioeconômicas reproduzam-se em seu interior.

A Univasf finalizou a construção da residência estudantil no campus de Ciências permite que estudantes de regiões fora do local em que se encontra a Universidade possam ter acesso aos cursos oferecidos. Na medida em que se propõe a democratização da Universidade, deve-se ampliar e revitalizar os espaços de residências estudantis possibilitando local de moradia para estudantes egressos, inclusive, do interior.

O restaurante universitário é uma necessidade fundamental, possibilita a permanência do estudante no campus e viabiliza o desempenho de atividades acadêmicas e culturais em turnos diferentes do curso ao qual o estudante está vinculado.

Uma das ações implantadas na instituição, iniciada em agosto de 2008 é a Tutoria Especial de Nivelamento. Este projeto piloto é de responsabilidade da

Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), sob a Coordenação das Atividades de Monitoria e Tutoria (CAMT). O objetivo da tutoria é atender alunos ingressantes provindos do ensino médio, que obtiveram rendimento inferior a 30 % no processo seletivo do vestibular, nas áreas de matemática, física e química.

As atividades da Tutoria Especial de Nivelamento visam: diminuir os índices de reprovação em disciplinas de graduação relacionadas com as áreas de conhecimento do projeto; reduzir a evasão nos cursos de graduação e; colaborar com o professor responsável pelas respectivas disciplinas, no sentido de facilitar a comunicação das dificuldades de aprendizado dos alunos.

São ofertadas dez bolsas de tutoria especial de nivelamento, distribuído entre as áreas de química, física e matemática, sendo requisito para o aluno tutor que ele tenha nota mínima 7,0 (sete) em todas as disciplinas da área escolhida que tiverem sido cursadas. O processo seletivo para escolha do tutor é realizada por meio de prova escrita (eliminatória); prova didática (eliminatória) e entrevista (classificatória). Para se classificar, o aluno deverá obter nota mínima 7,0 (sete) tanto na prova escrita quanto na prova didática da área à qual ele estiver concorrendo. Em caso de empate, será usada como critério de desempate a nota da prova didática. Persistindo o empate, será utilizado como critério de desempate o Coeficiente de Rendimento Escolar do candidato.

A listagem dos alunos ingressantes e que apresentaram rendimento inferior a 30% nas áreas atendidas pela tutoria especial de nivelamento estará disponível nos Núcleos de Assistência ao Docente (NAD) dos *campi*.

O atendimento psicopedagógico ainda não foi criado na Univasf, mas deverá ser implantado.

#### *4.4.3 Organização estudantil*

Os alunos estão organizados em Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Diretórios Acadêmicos dos Cursos de Graduação (DA), com representação no Conselho Universitário e nos Colegiados de Curso, respectivamente, possibilitando a participação estudantil nos processos decisórios da universidade.

Quanto aos espaços de convivência, a Univasf tem atualmente duas áreas: um no Campus Juazeiro, local onde foram construídas duas quadras

poliesportivas, piscina e um espaço para a realização de eventos estudantis e outro no *Campus* de Petrolina-Sede, onde está sediado o DCE.

A universidade dispõe de uma moradia estudantil no Campus de Ciências Agrárias onde os discentes poderão dispor de instalações apropriadas para residir e realizar as diversas atividades ligadas aos cursos que ingressarem.

São propostas as seguintes ações:

- Incrementar as ações do SAP, criando um núcleo de assistência psicopedagógica para a orientação de acadêmicos recém-chegados à Universidade, que estejam em dificuldades pessoais (doença, perda de familiares, não adaptação as novas situações).
- Criar em cada campus um Centro de Convivência, um Jornal Acadêmico e uma Rádio Livre dos Estudantes, como espaços para discussões científicas, políticas e culturais na universidade, sob a coordenação da representação estudantil.
- Ampliar o número de telefones públicos nos corredores e na frente de cada prédio.
- Aumentar o espaço e número de computadores com acesso a internet para a comunidade acadêmica, em cada campus, inclusive com funcionamento noturno.
- Implantar posto médico, creche, restaurante e residência universitária em todos os campi.
- Incentivar a criação e ampliação de grupos organizados que desenvolvam atividades científicas, culturais, desportivas e de lazer, tais como: escolinhas esportivas, grupos de teatro e dança, capoeira, vídeo-clube, grupos regionais, coral, conjuntos musicais, proteção ambiental, dentre outras.
- Instituir ciclos de palestras sobre assuntos de interesse da comunidade, promovendo campanhas de esclarecimento, discussão de conseqüências, elaboração e distribuição de panfletos e cartazes e atividades educativas.



#### 4.4.4 Acompanhamento dos Egressos

A Univasf está formando as primeiras turmas dos cursos de graduação e portanto vem adotando gradualmente mecanismos de acompanhamento dos egressos. Estes mecanismos serão baseados na criação de uma comissão institucional de acompanhamento de egressos (CAEg) e de uma associação de ex-alunos perpassando pela criação de um site onde os egressos se cadastrarão, mantendo suas informações atualizadas. Adicionalmente, o acompanhamento será realizado através de consulta aos Conselhos Regionais e entidades profissionais para verificar o número de egressos credenciados e o direcionamento junto ao mercado de trabalho.

## 5. PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

### 5.1 Perfil do Corpo Docente

A UNIVASF tem atualmente 350 vagas de docentes de ensino superior, das quais 339 encontram-se ocupadas, incluindo-se nelas 19 docentes afastados para qualificação. As 11 vagas restantes estão em fase final de ocupação por meio de concurso público.

Em função do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), até 2011, estão pactuadas com o MEC autorizações para o provimento de mais 107 vagas para professores efetivos.

**Quadro 05.** Titulação dos docentes do quadro permanente.

| Titulação      | Número de Docentes | Percentual de Docentes (%) |
|----------------|--------------------|----------------------------|
| Graduação      | 10                 | 2,9                        |
| Especialização | 77                 | 22,7                       |
| Mestrado       | 145                | 42,8                       |
| Doutorado      | 107                | 31,6                       |
| <b>Total</b>   | <b>339</b>         | <b>100,0</b>               |

*Fonte: Departamento de Recursos Humanos – DRH (Out/2009)*

**Quadro 06.** Regime de trabalho dos docentes do quadro permanente.

| <b>Regime de Trabalho</b> | <b>Número de Docentes</b> | <b>Percentual de Docentes (%)</b> |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Dedicação Exclusiva       | 283                       | 83,5                              |
| 40 horas                  | 10                        | 2,9                               |
| 20 horas                  | 46                        | 13,6                              |
| <b>Total</b>              | <b>339</b>                | <b>100,0</b>                      |

*Fonte: Departamento de Recursos Humanos – DRH (Out/2009)*

Em 2009, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) elaborou o Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes – Planfor (2009-2013). Os prazos e as normas de afastamento para capacitação de docentes da Univasf em programas de pós-graduação são regulamentados pela Resolução N° 04/2007.

Além disso, a instituição tem buscado parcerias com outras instituições de ensino, que tenham programas de pós-graduação com conceitos acima de 4, para a implantação de programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (MINTER e DINTER). Esta iniciativa visa, além da formação dos docentes e técnicos-administrativos estáveis em nível de mestrado e doutorado, diminuir as assimetrias regionais, promover a produção científica, fortalecer as pesquisas demandadas relacionadas ao desenvolvimento da região e ainda estimular a promoção de cooperação entre grupos de ensino, pesquisa e pós-graduação.

## **5.2 Perfil do Corpo Técnico Administrativo**

O Corpo técnico-administrativo da UNIVASF, composto predominantemente por profissionais graduados e pós-graduados, atualmente dispõe de 224 servidores. A categoria, dentro das especificidades de cada cargo, mantém estreita relação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, atuando, direta ou indiretamente no desenvolvimento de tais atividades.

**Quadro 07.** Formação dos técnicos administrativos do quadro permanente.

| <b>Titulação</b> | <b>Número de Técnicos</b> | <b>Percentual de Técnicos (%)</b> |
|------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Ensino Médio     | 53                        | 23,7                              |
| Graduação        | 112                       | 50,0                              |
| Especialização   | 55                        | 24,6                              |
| Mestrado         | 04                        | 1,7                               |
| <b>Total</b>     | <b>224</b>                | <b>100,0</b>                      |

*Fonte: Departamento de Recursos Humanos – DRH (Out/2009)*

Em função da consolidação dos cursos e do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), até 2011, estão pactuadas com o MEC autorizações para o provimento de mais 43 vagas para professores efetivos.

Em 2008, por iniciativa do Departamento de Recursos Humanos da Univasf, foi implementado o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento do Pessoal Técnico-Administrativo (PCA).

Regulamentado pela resolução nº 2/2008 – CONUNI, o PCA tem por objetivo a capacitação e aperfeiçoamento de seus servidores técnico-administrativos para o atendimento das demandas institucionais, proporcionando por meio da formação continuada, condições adequadas para o desempenho de suas atividades profissionais, visando especificamente:

- I. Que o servidor possa adquirir e exercitar conhecimentos voltados para o desenvolvimento integral de forma a permitir que o mesmo construa um pensamento crítico acerca do papel da Instituição e do seu próprio, como profissional e como cidadão.
- II. Que o servidor possa se preparar para o atendimento ao público.
- III. Que o servidor possa se habilitar para o exercício de suas atividades de forma articulada com a responsabilidade social da Instituição.
- IV. Que o servidor possa se instrumentalizar de forma a prevenir a sua alienação do processo de trabalho.
- VI. Que a universidade possa atender as suas diversas necessidades de capacitação de seus *campi*.

Para viabilizar a participação de servidores técnico-administrativos em cursos de pós-graduação, que requeiram afastamento, a Universidade poderá,

dentre outros pontos a serem definidos em regulamento específico, contratar servidores terceirizados, desde que atendam às exigências para o cargo.

Adicionalmente, nos setores em que haja viabilidade, a Universidade poderá viabilizar regimes de turnos ininterruptos.

## 6. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

A Univasf possui infraestrutura distribuída em cinco *campi*, apresentados de forma sucinta nos quadros abaixo.

Todas as salas e laboratórios são climatizados e parcialmente acessíveis à pessoas com deficiência, e ainda pontos para acesso a internet.

| <b>Juazeiro/BA</b>   |                 |                             |
|--|-----------------|-----------------------------|
| <b>Descrição</b>   | <b>Situação</b> | <b>Área (m<sup>2</sup>)</b> |
| Laboratórios de uso geral  | Construído      | 3.400                       |
| Bloco de salas de aulas e laboratórios                             | Construído      | 6.800                       |
| Laboratório de mecânica  | Construído      | 850                         |
| Instituto de pesquisa  | Construído      | 500                         |
| Bloco de salas de aulas II   | Em construção   | 4.541                       |
| Área de convivência  | Construído      | 2.000                       |
| Complexo multieventos  | Construído      | 4.659                       |
| Ginásio poliesportivo  | Construído      | 1.380                       |
| <b>Petrolina/PE - Sede</b>   |                 |                             |
| <b>Descrição</b>   | <b>Situação</b> | <b>Área (m<sup>2</sup>)</b> |
| Campus de Petrolina, 02 edificações - salas de aula e laboratórios | Construído      | 6.200                       |
| Centro de ensino e pesquisa em psicologia -CEPPSI                  | Construído      | 400                         |
| Centro de convivência  | Construído      | 800                         |
| Biblioteca   | Construído      | 1.800                       |
| Pavilhão administrativo  | Em construção   | 7.202                       |
| Guarita  | Construído      | 100                         |
| Complexo de educação física  | Em construção   | 2.260                       |
| Policlínica  | Em construção   | 3.442                       |
| Infraestrutura viária 2 <sup>a</sup> etapa                         | Em construção   | 5.383                       |

| <b>Centro de Ciências Agrárias</b>                         |                       |                             |
|--|-----------------------|-----------------------------|
| <b>Descrição</b>   | <b>Situação</b>       | <b>Área (m<sup>2</sup>)</b> |
| Bloco de sala de aula e biblioteca                         | Construído            | 552                         |
| Sala aula  | Construído            | 223                         |
| Pavilhão administrativo                                    | Construído            | 158                         |
| Centro de referência em recuperação de áreas degradadas I  | Construído            | 646                         |
| Pavilhão de laboratórios I                                 | Construído            | 552                         |
| Pavilhão de laboratórios II                                | Construído            | 1.982                       |
| Pavilhão de salas de aulas I                               | Construído            | 1.651                       |
| Hospital veterinário                                       | Em construção         | 2.366                       |
| Cantina  | Construído            | 170                         |
| Bloco de aves e apoio-programa conservação fauna e flora   | Em construção         | 816                         |
| Castelo d'água   | Em construção         | 35.000                      |
| Infraestrutura viária                                      | Em construção         | 16.544                      |
| Centro de convivência                                      | Em construção         | 759                         |
| Museu de anatomia animal                                   | Em construção         | 1.094                       |
| Centro de referência em recuperação de áreas degradadas II | Em construção         | 905                         |
| Laboratório de reprodução animal                           | Em construção         | 447                         |
| Setores de produção animal, fase I                         | Em construção         | 1.391                       |
| <b>São Raimundo Nonato/PI</b>                              |                       |                             |
| <b>Descrição</b>   | <b>Situação</b>       | <b>Área (m<sup>2</sup>)</b> |
| Bloco de sala de aulas e laboratórios                      | Construção            | 1.160                       |
| Subestação e guarita                                       | Construção            | 90                          |
| Pavilhão de serviço de apoio                               | Construção            | 343                         |
| <b>Senhor do Bonfim/BA</b>                                 |                       |                             |
| <b>Descrição</b>   | <b>Obra realizada</b> | <b>Área (m<sup>2</sup>)</b> |
| Bloco sala de aulas, laboratórios e sala de professores    | Em construção         | 2.351                       |

| <b>LABORATÓRIO</b>                             | <b>SITUAÇÃO</b>  |
|--|------------------|
| <b>CAMPUS JUAZEIRO</b>                         |                  |
| Laboratório de Automação e Controle            | em funcionamento |
| Laboratório de Botânica e Cons. Biodiversidade | em funcionamento |
| Laboratório de Drenagem                        | em funcionamento |
| Laboratório de Ensaio Mecânicos                | em funcionamento |
| Laboratório de Física Experimental I e II      | em funcionamento |

|   |                  |
|---|------------------|
| Laboratório de Citologia e Fisiologia Vegetal                     | em funcionamento |
| Laboratório de Hardware   | em funcionamento |
| Laboratório LCISE   | em funcionamento |
| Laboratório de Eletrônica e Sistemas Digitais (LESD)              | em funcionamento |
| Laboratório de Materiais de Construção e Técnicas Construtivas    | em funcionamento |
| Laboratório de Meteorologia                                       | em funcionamento |
| Laboratório de Metrologia Dimensional                             | em funcionamento |
| Laboratório de Microbiologia Geral e Ambiental                    | em funcionamento |
| Laboratório de Oficina Mecânica                                   | em funcionamento |
| Laboratório de Poluição Ambiental                                 | em funcionamento |
| Laboratório de Processos Químicos                                 | em funcionamento |
| Laboratório de Produção   | em funcionamento |
| Laboratório de Química Geral                                      | em funcionamento |
| Laboratório de Química dos Solos e Analítica                      | em funcionamento |
| Laboratório de Saneamento   | em funcionamento |
| Laboratório de Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos                 | em funcionamento |
| Laboratório de Soldagem   | em funcionamento |
| Laboratório de Topografia   | em funcionamento |
| Laboratório de Tratamentos Térmicos                               | em funcionamento |
| Laboratório de Simulação e Práticas Empresariais                  | em funcionamento |
| Laboratório de Mecânica dos Solos e Pavimentação - Geotecnia      | em funcionamento |
| Laboratório LAEEI   | em funcionamento |
| Laboratório de Bioquímica e Química Orgânica                      | em funcionamento |
| Laboratório de Microscopia  | em funcionamento |
| Laboratório de Mobilidade   | em funcionamento |
| Laboratório de Expressão Gráfica I                                | em funcionamento |
| Laboratório de Expressão Gráfica II                               | em funcionamento |
| Laboratório de Ergonomia e Segurança de Trabalho Agrícola (LESTA) | em funcionamento |
| Laboratório de Metalografia                                       | em funcionamento |
| Laboratório de Física dos Solos                                   | em funcionamento |
| Laboratório de Maq. e Mecânica Agrícola                           | em funcionamento |
| Laboratório de Hidrologia e Irrigação                             | em funcionamento |
| Laboratório de Ciências Térmicas                                  | em funcionamento |
| Laboratório de Redes  | em funcionamento |
| Laboratório de Oficina Mecânica                                   | em funcionamento |
| Laboratório LACC  | em funcionamento |
| Laboratório LACC  | em funcionamento |
| Laboratório de Caracterização de Materiais Estratégicos (LACAME)  | em funcionamento |
| Laboratório de Química  | em funcionamento |
| Laboratório de Óptica Não Linear                                  | em funcionamento |

|   |                  |
|---|------------------|
| Laboratório de Crescimento de Cristal   | em funcionamento |
| Laboratório de Fotônica e Nanoestruturas  | em funcionamento |
| Laboratório de Supercondutividade e Magnetismo                                  | em funcionamento |
| Laboratório de Espectrometria e Impedância de Materiais Orgânicos I (LEIMO I)   | em funcionamento |
| Laboratório de Espectrometria e Impedância de Materiais Orgânicos II (LEIMO II) | em funcionamento |
| Laboratório de Física das Radiações   | em funcionamento |
| Laboratório de Saneamento   | em funcionamento |
| <b>CAMPUS PETROLINA</b>   |                  |
| Laboratório de Anatomia   | em funcionamento |
| Laboratório de Bioquímica   | em funcionamento |
| Laboratório Biotério  | em funcionamento |
| Laboratório de Des. e Ap. de Proc. Psicossociais                                | em funcionamento |
| Laboratório de Fisiologia   | em funcionamento |
| Laboratório de Genética e Biologia Molecular                                    | em funcionamento |
| Laboratório de Habilidades  | em funcionamento |
| Laboratório de Informática  | em funcionamento |
| Laboratório de Microbiologia  | em funcionamento |
| Laboratório de Microscopia  | em funcionamento |
| Laboratório de Núcleo de Estudos de Plantas Medicinais (NEPLAME)                | em funcionamento |
| Laboratório de Parasitologia  | em funcionamento |
| Laboratório de Práticas Empresariais  | em funcionamento |
| Laboratório de Semiologia e Semiotécnica  | em funcionamento |
| Laboratório de Imunologia   | em funcionamento |
| Laboratório de Análise Experimental do Comportamento                            | em funcionamento |
| Laboratório de Fitoterapia  | em funcionamento |
| Laboratório de Técnicas Cirúrgicas  | em construção    |
| <b>CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO</b>   |                  |
| Laboratório de Prática Arqueológica   | em funcionamento |
| Laboratório de Bioarqueologia   | em funcionamento |
| <b>CAMPUS SENHOR DO BONFIM</b>  |                  |
| Laboratório de Química  | em construção    |
| Laboratório de Física   | em construção    |
| Laboratório de Biologia   | em construção    |
| <b>CAMPUS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS</b>  |                  |
| Laboratório de Microbiologia e Imunologia Animal                                | em funcionamento |
| Laboratório de Microfisiologia Animal e Fitoterapia                             | em funcionamento |
| Laboratório de Química e Bioquímica   | em funcionamento |
| Laboratório de Informática  | em funcionamento |
| Laboratório de Genética e Biotecnologia Animal                                  | em construção    |
| Laboratório de Forragicultura   | em funcionamento |

|  |                  |
|--|------------------|
| Laboratório de Zoologia e Parasitologia                        | em funcionamento |
| Laboratório de Bromatologia e Nutrição Animal                  | em funcionamento |
| Laboratório de Meteorologia Agrícola e Bioclimatologia         | em funcionamento |
| Laboratório de Biofísica                                       | em construção    |
| Laboratório de Doenças Parasitárias                            | em construção    |
| Laboratório de Patologia Veterinária                           | em construção    |
| Laboratório de Fisiologia e Biotecnologia da Reprodução Animal | em construção    |
| Laboratório de Tecnologia de Produtos de Origem Animal         | em construção    |
| Laboratório de Botânica  | em construção    |
| Laboratório de Citologia e Histologia                          | em funcionamento |
| Laboratório de Aquicultura                                     | em funcionamento |
| Laboratório de Anatomia Animal                                 | em funcionamento |
| Setor de Bovinocultura de Leite                                | em funcionamento |
| Setor de Caprinocultura de Leite                               | em construção    |
| Setor de Caprinocultura de Corte                               | em construção    |
| Setor de Ovinocultura  | em construção    |
| Setor de Avicultura de Corte                                   | em construção    |
| Setor de Apicultura e Casa de Mel                              | em construção    |
| Casa de Vegetação  | em construção    |
| Setor de Bovinocultura de Corte                                | em construção    |
| Setor de Suinocultura  | em construção    |
| Setor de Avicultura de Postura                                 | em construção    |
| Fábrica de Ração   | em construção    |
| Laboratório de Metabolismo Animal                              | em construção    |

### ***Infraestrutura de informática***

Em cada campus da Univasf é disponibilizado um laboratório de informática, que possui em média 30 computadores, exceto o campus de Juazeiro, que em virtude da oferta do curso de Engenharia da Computação, possui dois laboratórios. Na Instituição todos os professores de dedicação exclusiva possuem o seu computador, sendo a impressão de documentos realizada pela disponibilidade de uma impressora em rede.

Em relação à disponibilidade de projetor de multimídia, os *campi* possuem números distintos, em função da oferta de cursos. Atualmente, o campus de Juazeiro possui 23 projetores de multimídia, seis computadores portáteis e 11 retroprojetores; campus de São Raimundo Nonato – dois projetores de multimídia e um computador portátil; campus de Ciências Agrárias – dez projetores de multimídia e dois computadores portáteis; campus Senhor do



Bonfim – um projetor de multimídia e; campus de Petrolina-Sede – 16 projetores de multimídia e três computadores portáteis. Entretanto, em virtude da crescente demanda, este número não atende plenamente as necessidades dos *campi*.

### ***Programa de Expansão***

Após a consolidação da infraestrutura de salas de aula e de laboratórios, será necessária a construção de pavilhões de colegiados e salas de professores para melhor adequação das instalações. A depender da implementação de novos cursos, a ampliação de laboratórios específicos será necessária.

Os *campi* da Univasf possuem infraestrutura em redes de água, esgoto, energia elétrica, telefonia e fibra ótica, sendo que essa última necessita de ampliação.

Os resíduos laboratoriais ainda carecem de adequação para descarte. Encontra-se em fase de planejamento a construção do sistema de tratamento de descarte laboratorial e de dejetos gerados pelos setores de produção animal do Campus de Ciências agrárias.

Visando atender às necessidades dos discentes, serão necessárias as construções de creches, postos de saúde e restaurantes universitários e áreas de convivência estudantil em todos os *campi*.

Quanto aos portadores de necessidades especiais, a Univasf vem fazendo um grande esforço para dotar seus prédios dos equipamentos que permitam acessibilidade plena aos seus edifícios. Como a maioria de suas edificações é nova, estas já contam com rampas de acesso e banheiros adaptados. Entretanto, os prédios precisam ser adequados para os portadores de deficiência visual, o que já está em planejamento.

Com relação à infra-estrutura computacional, serão expandidos os laboratórios de computação com o aumento do espaço físico e do número de computadores existentes. Adicionalmente, serão instalados aparelho de projeção de multimídia em cada sala de aula, permitindo o aumento da vida útil dos mesmos.

No setor de logística, será necessária a ampliação da rede telefônica e de internet a cabo, além da viabilização do acesso à internet sem fio. Atualmente a

Univasf conta com uma sala de videoconferência no campus Petrolina Sede. Visando aumentar a comunicação e interação entre os diversos *campi*, será implantada uma sala de videoconferência em cada campus da Univasf.

No Campus Petrolina Sede, será construído o centro de saúde e complexo de educação física. Para o campus de Ciências Agrárias, serão necessárias novas edificações: Biblioteca, Centro de Vivência, complexo poliesportivo, segunda etapa dos setores de produção animal, implantação de áreas para produção agrícola, biotério e incinerador para descarte de material biológico. No Campus de São Raimundo Nonato serão construídas obras de implantação do curso, sendo prevista a construção de quatro novas salas de aula, quatro laboratórios (Arqueologia, Preservação Patrimonial, Bioarqueologia e Desenho) e a construção da biblioteca.

No Campus de Senhor do Bonfim, será necessária a construção do pavilhão de laboratórios, contemplando os laboratórios de Química, Física, Biologia e de Ensino de Ciências, Biblioteca, Auditório e centro de vivência. Além disso, para melhor desenvolvimento das atividades didáticas e popularização da ciência está previsto a construção do Museu de Ciências.

Além disto, é desejável a construção de espaço para o Núcleo “Univasf e Diversidade” e adequação das construções da instituição para acessibilidade das pessoas com deficiências.

### ***Infraestrutura das Bibliotecas da Univasf***

#### **• *Campus Petrolina***

A biblioteca do campus Petrolina-Sede é constituída por duas bibliotecárias, cinco servidores assistentes e um assistente terceirizado. O espaço físico para estudos é de 656 m<sup>2</sup> e conta com um acervo por tipo de obra com 9.410 unidades, com horário de funcionamento das 7h30 às 22h00. Os serviços oferecidos são: a) Catálogo do acervo online; b) Empréstimo local e domiciliar; c) Reservas online; d) Renovações online; e) Ficha catalográfica; f) Serviço de Referência; g) Comutação bibliográfica (Comut e Scad); h) Disponibilização do acervo “Biblioteca Depositária do IBGE”; i) Disponibilização online do Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos da Univasf. O cronograma de expansão do acervo está dimensionado numa média anual de 300 obras.

- ***Campus Juazeiro***

A biblioteca do campus de Juazeiro é constituída por duas bibliotecárias, dois servidores assistentes e três assistentes terceirizados. O espaço físico para estudos é de 84 m<sup>2</sup> e conta com um acervo por tipo de obra com 9.890 unidades, com horário de funcionamento das 8h00 às 20h00. Os serviços oferecidos são: a) Catálogo do acervo online; b) Empréstimo local e domiciliar; c) Reservas online; d) Renovações online; e) Ficha catalográfica; f) Serviço de Referência; g) Comutação bibliográfica (Comut e Scad); h) Disponibilização online do Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos da Univasf. O cronograma de expansão do acervo está dimensionado numa média anual de 350 obras.

- ***Campus Ciências Agrárias***

A biblioteca do campus de Ciências Agrárias é constituída por um bibliotecário, um servidor assistente e um assistente terceirizado. O espaço físico para estudos é de 400 m<sup>2</sup> e conta com um acervo por tipo de obra com 2.657 unidades, com horário de funcionamento das 8h00 às 17h00. Os serviços oferecidos são: a) Catálogo do acervo online; b) Empréstimo local e domiciliar; c) Reservas online; d) Renovações online; e) Ficha catalográfica; f) Serviço de Referência; g) Comutação bibliográfica (Comut e Scad); h) Disponibilização online do Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos da Univasf. O cronograma de expansão do acervo está dimensionado numa média anual de 100 obras.

- ***Campus São Raimundo Nonato***

A biblioteca do campus de São Raimundo Nonato é constituída por uma bibliotecária, um servidor assistente e um assistente terceirizado. O espaço físico para estudos é de 42,6 m<sup>2</sup> e conta com um acervo por tipo de obra com 1.622 unidades, com horário de funcionamento das 8h00 às 17h00. Os serviços oferecidos são: a) Catálogo do acervo online; b) Empréstimo local e domiciliar; c) Reservas online; d) Renovações online; e) Ficha catalográfica; f) Serviço de Referência; g) Disponibilização online do Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos da Univasf. O cronograma de expansão do acervo está dimensionado numa média anual de 80 obras

- ***Campus Senhor do Bonfim***

O campus ainda está em construção, portanto não há biblioteca da Univasf.

### ***Formas de Atualização e Cronograma de Expansão do Acervo***

A Univasf destina, anualmente, uma verba para compra de material bibliográfico. É definido um valor para cada colegiado e estes fazem os pedidos de aquisição de acordo com o disponível.

## **7. ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS**

Segundo Adiron (<http://www.adiron.com.br/site/index.php?page=inclusao>) quando se fala de uma sociedade inclusiva, pensamos naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. É dentro dela que aprendemos a conviver, contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais (não obrigatoriamente iguais) para todos.

A inclusão social e, a partir desta, a inclusão nas diversas modalidades de educação, deve ser entendida, como uma reorganização da sociedade, tendo em vista os diferentes modos do existir humano e permitindo a ‘todos’ o exercício da cidadania. Nesse sentido, a cidadania compreende apenas direitos civis, políticos e sociais do ponto de vista individual, ficando de lado a idéia de autonomia na perspectiva da solidariedade, equitatividade e responsabilidade social. Tal conceito põe em reflexão a forma como as pessoas com deficiências estão inseridas no processo de inclusão e acessibilidade que marcam a sociedade contemporânea. As reflexões podem ser vistas na conceituação do que vem a ser deficiência. Durante todo processo histórico, a deficiência, em linhas gerais, foi compreendida a partir do modelo biomédico, ou seja, deficiência enquanto lesão corporal que impossibilita o funcionamento ‘normal’ do corpo, da mente e das demais aptidões. Ao longo dos últimos anos, entretanto esse modelo passou a ser revisto e, embora, se reconheça a limitação que acomete uma pessoa com deficiência, também se percebe uma ‘deficiência’ social em relação às mesmas. Essa concepção vai implicar numa nova formulação de paradigmas, no qual deficiência passa a ser compreendida também, como uma forma social de organização onde não se considera a diversidade humana, nem as peculiaridades de cada existir (Diniz, 2007). É exatamente a concepção social de deficiência que possibilita reflexões e ações de inclusão e acessibilidade, voltadas à integração de pessoas que

funcionam (ou mesmo existem) de modo diversificado. Daí porque a necessidade de adequação de espaços de ensino, dentro dessa perspectiva.

Neste sentido, busca-se construir um PDI que abranja e aprofunde essa temática, ou seja, em todos os aspectos, tais como estrutura física, capacitação da comunidade acadêmica, revisão de metodologia de ensino e aprendizagem, capazes de incluir 'efetivamente' alunos com deficiência. Adotando essa perspectiva, a Univasf rompe paradigmas históricos com relação à inclusão de pessoas com deficiência, afinal a 'academia' foi constituída tradicionalmente para humanos sem deficiência. Ainda, dentro dessa perspectiva, a inclusão dessas pessoas nos levará a novas formas de ensino, pesquisa e extensão; não se tratando apenas da preocupação com a acessibilidade física, mas com a acessibilidade atitudinal.

As ações e discussões sobre os aspectos relacionados à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência iniciaram-se em maio de 2008 a partir do projeto “Univasf e Diversidade – políticas de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência ao ensino superior” e deverão ser enfatizadas nos próximos cinco anos.

No momento a Univasf já conta com o Núcleo “Univasf e Diversidade”, constituído a partir de aprovação no Edital INCLUIR/2008 do MEC. Atualmente o Núcleo está situado na Pró-reitoria de Ensino e possui os seguintes objetivos:

- \* promover políticas de ações continuadas que visem à inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior;
- \* Incentivar a produção de projetos de pesquisa e extensão que se destinem a pessoas com ou sem deficiência, respeitando as especificidades de cada existência e atendendo igualmente aos objetivos propostos
- \* estimular em todos os cursos a realização de projetos de pesquisa e extensão voltados para a pessoa com deficiência
- \* assessorar a comunidade acadêmica no que diz respeito à pessoa com deficiência

Esse último objetivo desdobra-se em:

- Atuar na remoção de barreiras atitudinais (preconceitos, atitudes estereotipadas).

- Auxiliar estudantes e professores dos cursos de saúde no atendimento profissional às pessoas com deficiência.
- Assessorar professores com relação à *metodologia de ensino* diante de estudantes com deficiência.
- Apoiar os estudantes e servidores técnico-administrativos no convívio com pessoas com deficiência, facilitando o processo de ensino-aprendizagem de todos os envolvidos.
- Elaborar e manter um cadastro de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos que sejam pessoas com deficiência

\*Promover atividades de integração entre a comunidade e a UNIVASF no que tange políticas de inclusão da pessoa com deficiência

O Núcleo possui máquina de escrever e impressora Braille, software *Boardmaker* (para o trabalho com pessoas com paralisia cerebral, autistas, deficiências graves, etc.), materiais pedagógicos em LIBRAS e Braille, livros infantis em Braille, desktop com teclado em Braille, filmes e documentários que abordam essa temática. O Núcleo conta também com um acervo de livros doados pela Secretaria de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde. Recentemente, a Instituição aprovou na edição 2009 do EDITAL INCLUIR/MEC, o Projeto “Univasf e Diversidade”, no qual serão adquiridos novos equipamentos como livros que trabalham sobre essa temática, softwares, lupas eletrônicas.

**Cursos de capacitação:** Esse ano foi oferecido para a comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos-administrativos) os cursos de LIBRAS, Braille e Acessibilidade, ao todo cerca de **115 pessoas foram capacitadas**, sendo **50 no curso de Acessibilidade, 35 em LIBRAS e 30 em Braille**. Realizou-se ainda, o II Seminário de Inclusão Social, com o tema INCLUSÃO COMEÇA COM CONSCIENTIZAÇÃO. Esse mesmo tema rege todas as atividades propostas pelo Núcleo.

O Núcleo mantém desde primeiro semestre de 2008 parceria com a Fundação Dorina Nowill, entidade para cegos em São Paulo. A referida instituição tem fornecido livros em Braille e livros falados para a biblioteca da

Univasf (Petrolina-Sede), tornando-a acessível para pessoas cegas ou com baixa visão.

Mensalmente a Univasf realiza o “Fórum Permanente de Inclusão”, com a participação de docentes, discentes e entidades que trabalham com pessoas com deficiência. O Fórum objetiva fomentar discussões acerca de políticas públicas e pessoas com deficiência. No momento o Fórum viabiliza ações junto às empresas de transporte de Petrolina através de palestras e oficinas.

***Ações a serem realizadas:***

- Mobilização de todos os setores da Univasf, em especial colegiados, no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência
- Articulação com o MEC no que diz respeito à inserção dessa temática, de modo global, nos cursos de graduação.
- Colocação de piso tátil
- Sinalização em Braille
- Mapas táteis da universidade
- Acessibilidade do site da Univasf ([www.Univasf.edu.br](http://www.Univasf.edu.br))
- Promoção de novas turmas de LIBRAS, Braille e Acessibilidade para a comunidade acadêmica.
- Contratação de professor de LIBRAS para os cursos de licenciatura, como também intérprete de LIBRAS para os *campi* da Univasf, em cumprimento a lei 10.436 e ao decreto 5626.
- Adequação do espaço físico nos *campi* da Univasf, em conformidade com a Lei de Acessibilidade 5296

Por meio das atuais ações e transformações sociais espera-se que a universidade se torne um espaço para ‘humanos’ sejam eles com ou sem deficiência; é nesse paradigma que ela começa a se inserir.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMANN, H. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. (1994)
- CANAU, V.M. La universidad hoy: entre el “claustro” y la “palestra”. In: FRANCO, E.L., OCHOA, C.F., FLECHA, C., TORRES, I. (ed.). Lá función social de la universidad. Madrid: Narcea, 1990.
- CANDIDO, C. (2005) [www.caosmose.net/candido/.../soconhedigital\\_vi\\_simposio.pdf](http://www.caosmose.net/candido/.../soconhedigital_vi_simposio.pdf)
- CARDOSO, Carlos. **Flexibilização curricular, currículo alternativo e autonomia**. Escola Superior de Educação de Lisboa. Disponível em: < <http://www.spce.org.pt/sem/01Cardoso.pdf>> Acesso em 06/05/2010.
- CASTANHO, Maria Eugênio. A dimensão intencional do ensino. In: VEIGA, I.P.A. (Org.). **Lições de didática**. Campinas, SP: Papirus, 2006. (Col. Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- CASTANHO, S.; CASTANHO, M.E. (Org.) **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001
- CUNHA, M.I. **O Bom professor e sua prática**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- DELORS, J. et al. (Coord.) **Educação: Um Tesouro a Descobrir**. UNESCO, MEC. São Paulo: Cortez, São Paulo, 1999.
- DEMO, P. **Saber Pensar**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- DEMO, Pedro. Política científica e educacional na universidade. In: **Ensino Superior no Século XXI: Aprender a Aprender**. Bento Gonçalves: PUCRS, 2002 Disponível em <<http://www.pucrs.br/reflexoes/encontro/2001-3/documentos/04-Ensino-Superior-no-Seculo-XXI-Pedro-Demo.pdf>>. Acesso em 6/05/10.
- DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003
- DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. **Avaliação democrática – para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Editora Insular, 2002
- DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007. v. 1. 87p.
- ENGERS, M.E.A. Ensinar/Aprender e Empreender: desafios e competências para o Ensino Superior. In: ENGERS, M.E.A.; MOROSINI, M.C. (Org.). **Pedagogia universitária e aprendizagem**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **O currículo como expressão do projeto pedagógico: um processo flexível**. Textos das oficinas do ForGRAD. Niterói, 2003.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- JANNUZZI, P.M. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36(1):51-72, jan/fev 2002
- PIMENTA, J.P.F. **O conceito de Virtualização de Pierre Lévy e sua aplicação em hipermídia**. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**. 3ª ed.- Goiânia, GO: Alternativa, 2001
- LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. Ed. rev. e amp. Goiânia: Alternativa, 2004.
- MACCARIELLO, M.C.M.M; NOVICKI, V.; CASTRO, E.M.N.V. Ação pedagógica na Iniciação Científica. In: CALAZANS, M.J.C. (Org.). **Iniciação Científica: organizando o pensamento crítico**. 2ª. ed. São Paulo, 2002
- MOREIRA, J. Universidade, Pesquisa e Saberes: O professor como construtor do saber científico. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina; 2005
- ROCHA, R.M.G. A construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina. In: FARIA, D.S. (org) **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p13-29.
- Rocha, A.A.; Souza, C.J.S.; Silva, C.A.; Araújo, I.A.S.; Araújo, M.M. Perfil socioeducacional dos alunos da Univasf no período de 2007.1 a 2009.1. Anais da Jornada de Iniciação Científica da Univasf, 4, Univasf. (CD-ROM)



SANTOS, A. **Didática sob a ótica do pensamento complexo**. Porto Alegre, Sulina, 2003.

SILVA, T.T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Projeto Pedagógico do Cursode Psicologia**, 2010. Disponível em: <http://www.graduacao.univasf.edu.br/psicologia/arquivos/PPC%20%28versao%20final%20revisada%29.pdf>. Acesso em 06/05/2010.

VEIGA, I.P.A. Ensinar: uma atividade complexa e laboriosa. In: VEIGA, I.P.A. (Org.). Lições de Didática. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006, v. 1, p. 13-33.